



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

**O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG) DE 1999 A 2014:
NARRATIVAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS**

IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIM



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIM

O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG) DE 1999 A 2014:
NARRATIVAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

CATALÃO
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

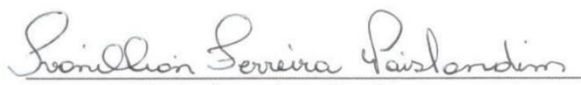
Nome completo do autor: Ivanillian Ferreira Paislandim

Título do trabalho: O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 a 2014: Narrativas dos Servidores Técnico-Administrativos.

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura da autora²

Data: 05/06/2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIM

**O INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG) DE 1999 A 2014:
NARRATIVAS DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão.

Orientador: Prof. Dr. Wolney Honório Filho

Linha de Pesquisa: História e Culturas Educacionais

CATALÃO

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

P165i Paislandim, Ivanillian Ferreira
O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 a 2014: narrativas dos servidores técnico-administrativos [manuscrito] /Ivanillian Ferreira Paislandim. - 2017.
182 f.; il.
Orientador: Prof. Dr. Wolney Honório Filho
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão, Programa de Pós - Graduação em Educação, Catalão, 2017.
Bibliografia,
Inclui siglas, lista de figuras, lista de quadros, lista de tabelas
1. Instituto Federal de Goiás. 2. Servidores Técnico-Administrativos. 3. Narrativas I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO

UAEE – UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário, Bloco I, Sala 1A – Catalão (GO) CEP – 75.704 020 - Fone: (64) 3441-5366.
Ramal 204 – Coordenação. E-mail: ppgeduc.ufg@gmail.com
Ramal 206 – Secretaria. E-mail: secretariappgeduc@gmail.com

**ATA DA LV SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIN**

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PELA MESTRANDA IVANILLIAN FERREIRA PAISLANDIN

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezessete (10/03/17), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Múltiplos da Unidade Acadêmica Especial de Educação (Sala 4, Bloco H), da UFG/Regional Catalão, teve lugar a LV Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação da UFG/Regional Catalão, da estudante Ivanillian Ferreira Paislandin, intitulada: “O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 à 2014: Narrativas dos servidores Técnico-Administrativos”. A Banca Examinadora foi composta, pelos seguintes professores: Prof. Dr. Wolney Honório Filho (PPGEDUC/UFG – Orientador e Presidente da Banca), Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC-GO – Membro Externo) e Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros (PPGEDUC/UFG – Membro Interno). Os examinadores, na ordem citada, arguiram a mestranda sobre a dissertação apresentada, tendo a mesma explicado e/ou rebatido as críticas formuladas pelos arguidores. Após a conclusão da defesa foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, os arguidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foram anunciados os resultados: Wolney Honório Filho, Aprovada; Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, Aprovada; Aparecida Maria Almeida Barros, Aprovada. Média Final: **APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação/Regional Catalão. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Comissão Examinadora. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/Regional Catalão, aos dez dias do mês de março de dois mil e dezessete (10/03/17).

Prof. Dr. Wolney Honório Filho – Wolney Honório Filho

Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros – Aparecida Maria Almeida Barros

Secretário

Vinício Veronize dos Reis Costa
Técnico Administrativo em Educação
Universidade Federal de Goiás
STAPE 1749466 - Matr. 99404

Obs: Em anexo as recomendações da Comissão Examinadora. O (a) aluno (a) deverá encaminhar, no prazo de 30 dias, a contar da data da Defesa, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento, conforme as normas definidas pelo PPGEDUC/RC/UFG

À minha filha Ísis,
Minha pequena grande companheira.

AGRADECIMENTOS

Desejo exprimir a minha profunda gratidão:

À minha família: minha mãe Ivany, minha irmã Wilvany, minha sobrinha Izabela, meus sogros Edna e Luiz Carlos, por terem acreditado em mim e feito tudo o que foi preciso para que eu continuasse estudando.

A Leandro, meu companheiro, por me apoiar incondicionalmente, ouvir incansavelmente e principalmente por, junto com nossa filha, me oferecer os melhores momentos de inspiração, conforto e descanso.

Às amigas Elisabeth, Hayane e Júlia, pelas boas conversas e contribuições.

Ao professor Wolney, pelo exemplo, pela valiosa orientação e pela compreensão. Às professoras Aparecida Maria Almeida Barros e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, pela leitura atenciosa e pelas importantes contribuições.

Às professoras e professores do Mestrado em Educação da Regional Catalão, pelas aulas inquietantes e pelas leituras indispensáveis. Às colegas da V Turma do Mestrado em Educação, pelos momentos de reflexão, e às companheiras de estrada Ana Karenine, Giselle e Luciana, pela parceria construtiva.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG/RC, ao IFG e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), por viabilizarem esta pesquisa.

Aos colegas técnicos administrativos do IFG, em especial aos participantes que aceitaram contribuir com as entrevistas, e aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão, que seguraram as atividades na minha ausência, para que eu pudesse me afastar para o mestrado. A Vinícius Ferreira e ao Pró-Reitor Sandro de Lima, por incentivarem a minha qualificação.

Registro também meu respeito e minha gratidão a todos os que me antecederam, que contribuíram para a composição deste caminho que seguimos percorrendo e construindo.

“Também é preciso ferrugem: não basta ser afiado!
Senão sempre dirão: é jovem demais!”

Nietzsche.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as transformações que ocorreram quando da passagem da Escola Técnica Federal de Goiás para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), através das biografias-narrativas dos servidores técnico-administrativos que atuaram na instituição no período de 1999 a 2014. Pretendeu-se buscar a biografia institucional do IFG, a partir da compreensão dos significados das transformações ocorridas nesta instituição de educação profissional desde sua gênese como Escola de Aprendizes Artífices e desde que deixou de existir a Escola Técnica Federal de Goiás, até a expansão IFG, na perspectiva dos servidores técnico-administrativos. São os objetivos específicos: Compreender o que significou ser servidor técnico-administrativo na instituição, nesse período, a visibilidade de seu trabalho e os limites de sua atuação na instituição; observar a avaliação que os técnicos administrativos fazem da educação profissional oferecida pela instituição; e apresentar a expansão da instituição para o interior do estado, com a criação dos novos campi do IFG. Para tanto, é utilizado o método biográfico narrativo, com foco nas histórias de vida de quatro servidores técnico-administrativos, apoiadas pela análise das narrativas oficiais, por meio dos documentos oficiais, e pela minha própria narrativa autobiográfica. Como resultado, vemos que as transformações pelas quais a instituição passou, a partir de 1999 foram, tanto para a instituição, como para os seus servidores técnico-administrativos, um período de instabilidade e incertezas, que levou a instituição a procurar novamente seu significado e a reconstrução da sua identidade.

Palavra-chave: Instituto Federal de Goiás. Técnicos-Administrativos. Narrativas.

ABSTRACT

This research aimed to understand the transformations that occurred when the Instituto Federal de Goiás passed to the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), through the narrative biographies of the administrative technicians servants who acted in the institution in the period From 1999 to 2014. It was hoped to seek the institutional biography of IFG, from the understanding of the meanings of the transformations that have occurred in this institution of professional education from its genesis as School of Apprentice Craftsmen and since the Escola Técnica Federal de Goiás ceased to exist until the IFG expansion, from the perspective of the administrative technicians servants. The specific objectives are: To understand what it meant to be a administrative technicians servant in the institution, in that period, the visibility of his work and the limits of his performance in the institution; Observe the evaluation that the administrative technicians make of the professional education offered by the institution; And to present the expansion of the institution to the interior of the state, with the creation of the new IFG campuses. For that, the narrative biographical method is used, focusing on the life histories of four administrative technicians servants, supported by the analysis of the official narratives, through the official documents, and by my own autobiographical narrative. As a result, we see that the changes that the institution has undergone since 1999 were a period of instability and uncertainties, both for the institution and its administrative technicians staff, which led the institution to seek its meaning again and the reconstruction of their identity.

Keyword: Instituto Federal de Goiás. Administrative-technicians. Narratives.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BID -	Banco Interamericano de desenvolvimento
CBBI -	Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONCEFET -	Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica
CFE -	Conselho Federal de Educação
CORAE -	Coordenação de Recursos Acadêmicos e Escolares
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EaD -	Ensino a Distância
ETFG -	Escola Técnica Federal de Goiás
ENEM -	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
FIEG -	Federação das Indústrias do Estado de Goiás
FASUBRA -	Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras
FAPEG -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
FIC -	Formação Inicial e Continuada (FIC)
FUNTEC -	Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis
IFG -	Instituto Federal de Goiás
IFGoiano -	Instituto Federal Goiano
IES -	Instituição de Ensino Superior
IF -	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
PLANFOR -	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PCC -	Plano de Cargos e Salários
PCCTAE -	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos
PDV -	Plano de Demissão Voluntária
PDI -	Plano de Desenvolvimento Institucional
PROEJA -	Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Formação Profissional Técnica
PROEP -	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROTEC -	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PIPMO -	Programa Intensivo de Formação de Mão-de-obra
PRONATEC -	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RSC -	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT -	Retribuição por Titulação
SETEC -	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEBRAE -	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINTEF -	Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Tecnológicas
SINASEFE -	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINT-IFES -	SINTIFESgo - Sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos em educação

TAE - Técnico Administrativo em Educação – TAE
TAE - Técnico em Assuntos Educacionais (TAE)
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Goiás
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFG/RC - Universidade Federal de Goiás / Regional Catalão

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Percentual de Incentivo à Qualificação – TAEs	47
Tabela 02 - Câmpus do IFG em 2008	90
Tabela 03 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil de 1909 a 2014.....	104
Tabela 04 Quantitativo de câmpus da rede federal de ensino profissionalizante, por região e fase de expansão.....	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Prédio da Escola de Aprendizes Artífices – Aproximadamente 1920 ..	64
Figura 02	Salas de Aula da Escola de Aprendizes Artífices – Aproximadamente 1920.....	64
Figura 03	Batismo Cultural da Cidade de Goiânia, realizado no pátio da Escola Técnica de Goiânia em 05/07/1942.....	65
Figura 04	Getúlio Vargas visita a Escola Técnica Federal. Década de 1940.....	66
Figura 05	Articulação entre os níveis de ensino segundo as “leis orgânicas”, 1942-1946.....	69
Figura 06	Articulação tendencial entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (1961) e legislação correlata..	72
Figura 07	Fachada da Escola Técnica Federal de Goiás – Aproximadamente 1976.....	75
Figura 08	Cerimônia de implantação da UNED Jataí.....	77
Figura 09	Greve – Ato em Defesa da ETEFG – Queima do Decreto 2.208 – 12 de maio de 1998	83
Figura 10	1ª Fase da Expansão na Região Centro Oeste.....	109
Figura 11	Mapa da Expansão do IFG.....	113
Figura 12	Estado de Goiás – Mesorregiões Geográficas.....	114
Figura 13	Expansão da Rede Federal.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Comparativo de cursos ETFG, CEFET e IFG.....	99
Quadro 02	Crêterios de escolha dos lugares dos novos câmpus por fase da expansão.....	116
Quadro 03	A Expansão no IFG.....	117
Quadro 04	Quantitativo de servidores técnico-administrativos.....	125

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A	Transcrição da Entrevista Alexandra.....	142
Apêndice B	Transcrição da Entrevista Fernando.....	150
Apêndice C	Transcrição da Entrevista Frederico.....	160
Apêndice D	Transcrição da Entrevista Helena.....	172
Apêndice E	Roteiro Semiestruturado de Entrevista.....	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES	24
METODOLOGIA.....	27
ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS	31
CAPÍTULO I - A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS: 1999- 2014.....	32
1.1 O tema na teoria, teses e artigos sobre técnicos administrativos	32
1.2 A identidade de técnico administrativo em educação	34
1.2.1 Os TAES participantes da pesquisa.....	35
1.2.2 A profissão – O ofício.....	36
1.2.3 Os impactos das terceirizações de serviços na instituição.....	42
1.2.4 Valorização Profissional.....	46
1.2.5 Greves – Sindicato	53
1.2.6 O técnico educador	58
1.3 Considerações parciais sobre o capítulo	61
CAPÍTULO II - A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OFERECIDA NA INSTITUIÇÃO PELOS PROFISSIONAIS QUE NELA ATUAM	62
2.1 Escola técnica, CEFET e IFG (a instituição de 1999 a 2014).....	79
2.1.1 O princípio da “cefetização” das Escolas Técnicas Federais	79
2.2 Fim da Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), início do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO)	80
2.3 A Transformação de CEFET em IFG	87
2.4 IFG de 2008 a 2014	89
2.5 IFG x IFGoiano.....	98
2.6 Considerações parciais sobre o capítulo	101

CAPÍTULO III - A EXPANSÃO DA INSTITUIÇÃO PARA O INTERIOR DO ESTADO, COM A CRIAÇÃO DOS NOVOS CÂMPUS DO IFG.....	103
3.1 O projeto nacional de expansão e interiorização das IFES	104
3.2 Plano de Expansão da Rede Federal	108
3.3 A expansão no IFG	117
3.4 Considerações parciais sobre o capítulo	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE A-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA ALEXANDRA	142
APÊNDICE B-TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA – FERNANDO	150
APÊNDICE C-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA FREDERICO.....	160
APÊNDICE D-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM HELENA	172
APÊNDICE E-ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS	181

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe o estudo do IFG – Instituto Federal de Goiás, a partir das histórias que seus servidores técnico-administrativos contam sobre esta instituição, pressupondo ser portadora de uma memória, que pode ser ativada em prol do aprendizado e dos planejamentos para o futuro. A identidade de um estabelecimento escolar pode, metodologicamente, ser analisada através das narrativas dos profissionais que nela trabalham (BOLÍVAR, 2014). A Instituição IFG, nesta pesquisa, foi estudada de modo a ampliar a visão dos atores que formam a instituição, ou seja, o estudo conduzido a partir da perspectiva dos servidores técnico-administrativos em educação que atuam fora da sala de aula e não somente na direção.

Nesse sentido, procura-se compreender as transformações que ocorreram na transição da Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), de 1999 a 2014, através das biografias-narrativas dos servidores técnico-administrativos que atuaram na instituição nesse período.

Além do lugar de pesquisadora, também acumulo a função de técnica-administrativa em educação, assim como os quatro colegas participantes da pesquisa, partilhamos, portanto, o mesmo espaço de trabalho e atuação profissional. A escolha do objeto de pesquisa se deu em razão da minha proximidade com a Instituição, pois nela cursei ensino médio e técnico no período de 2001 a 2004 e hoje nela atuo como servidora técnico-administrativa desde o ano de 2011.

Os participantes da pesquisa, assim como os demais técnicos administrativos que atuaram na instituição durante o período de 1999 a 2014 desempenharam importante papel em minha formação, tanto na vida educacional, enquanto fui aluna da Instituição, quanto na vida profissional, quando me tornei técnica administrativa e se tornaram referências profissionais.

O recorte histórico de 1999 a 2014 foi escolhido em razão de que esse período abarca marcos importantes na história recente da Instituição: o fim da Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), o início e o fim do projeto nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a constituição e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil e em Goiás.

Ao longo dos anos, a partir de sua criação como Escola de Aprendizes Artífices, a Instituição passou por diversas transformações, amadureceu seu papel, foi definindo sua identidade a partir de novas regulamentações nacionais e de suas consolidações junto às

comunidades. Foi habitada por trabalhadores e estudantes com diferentes perfis, conforme os formatos assumidos no percurso histórico.

Desde o início da história da regulamentação da educação profissional no Brasil, quando o então presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566/1909, em um período conhecido como República Oligárquica, criou as Escolas de Aprendizes Artífices, a oferta de educação profissional teve por finalidade o resgate social. Segundo o Decreto de criação, a Escola de Aprendizes Artífices visava oferecer oportunidade de formação profissional para que os estudantes pudessem se ocupar com aprendizagem durante a juventude e contribuir com a sociedade de forma positiva, exercendo um ofício.

O Decreto determinava que fossem criadas escolas similares em cada capital dos Estados do País para a classe proletária, com o claro objetivo de facilitar a luta pela existência e, assim, “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. [sic]

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – 2012-2016 (PDI- 2012-2016) do Instituto Federal de Goiás, o Decreto do presidente da república Nilo Peçanha deixa clara a função social ao criar as Escolas de Aprendizes Artífices.

As escolas de aprendizes artífices tiveram como função social formar jovens e adultos desvalidos oriundos da ordem escravista extinta em 1888, em ofícios tradicionais (carpintaria, alfaiataria), proporcionando profissões que tinham a função de conter condutas socialmente reprováveis à época (mendicância, “malandragem”). A escolarização oferecida se restringia ao domínio da linguagem e de cálculo básicos (PDI 2012-2016, p. 4, grifos do original).

Com a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, no ano de 1933, a Instituição foi transferida para a nova capital em 1942, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial.

No ano de 1960, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) e a ofertar cursos técnicos na área industrial. A oferta de cursos, a atuação dos egressos no meio acadêmico e as regulamentações da Escola Técnica foram redefinidas constantemente durante sua existência, mediante as delimitações federais para a educação profissional.

A partir do Decreto nº 5.692/71, sob o regime militar, ficou estabelecida a profissionalização compulsória no antigo 2º grau em todas as redes. Essa mudança fracassou no ensino estadual por falta de investimentos. Para a Escola Técnica, no entanto, representou um

salto de qualidade ao convergir formação profissional e formação geral, com a oferta de cursos técnicos integrados de 2º grau. Segundo o PDI 2012-2016, os recursos para o sucesso dessa mudança foram garantidos nas Escolas Técnicas Federais em razão de um convênio estabelecido entre o MEC e o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

O histórico do PDI 2012-2016 relata a mudança no perfil socioeconômico dos estudantes da Instituição. A presença de estudantes “filhos dos desfavorecidos da fortuna”¹ declinou, ocorrendo a ocupação das vagas por estudantes oriundos da classe média. Dada a notória qualidade de ensino, promovida pela integração do ensino técnico ao 2º grau e a admissão de estudantes por processos seletivos de livre concorrência e altamente competitivos, houve uma evidente elitização da instituição, com vários egressos abandonando a formação técnica para cursarem a universidade em áreas distintas. A própria forma de ingresso, por concorridos processos seletivos, contribuiu com o afunilamento de oportunidades de ingresso em instituições de qualidade e é tomada no relato do PDI como motivo de exclusão social e de elitização da escola. A Escola Técnica Federal de Goiás existiu, com esse perfil, até o ano de 1999.

Sob novo formato, em 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás se transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a funcionar como Instituição de Ensino Superior (IES), porém mantendo a oferta dos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio e ensino médio dissociado do técnico.

A Escola Técnica, então, deixou de ofertar uma formação completa, propedêutica e técnica integrada ao ensino médio para priorizar a oferta de cursos superiores com formação tecnológica. Os cursos superiores de tecnologia são cursos de nível superior de menor duração, dois a três anos, não somente técnicos, mas de caráter mais prático que os cursos de graduação tradicionais, com foco em áreas tecnológicas mais específicas, em inovação e nas necessidades mais particulares do mercado de trabalho.

Nesse período, entre outras mudanças, foram introduzidas algumas cobranças de taxas e mensalidades. Os servidores técnico-administrativos foram remanejados entre os setores da instituição, conforme as novas necessidades administrativas, e foram contratados trabalhadores por empresas terceirizadas que assumiram diversas funções operacionais.

Menos de uma década depois, mais uma transformação veio a redefinir os rumos da

¹ O Decreto de criação da instituição previa que está se destinaria a atender aos estudantes “filhos dos desfavorecidos da fortuna”.

Instituição. No ano de 2008, novas reformulações foram desenvolvidas pelo governo do Presidente Lula para a Rede Federal de Educação Profissional, como consequência de uma revisão do projeto para a educação no país. Entre essas reformulações consta a suspensão do Decreto que impossibilitava a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio e uma reorientação do funcionamento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Dessa forma, no ano de 2008, o CEFET-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Segundo as *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica*, documento publicado em 2010 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), cabe às instâncias superiores do MEC, através da SETEC, destacar aspectos conceituais e definir os princípios norteadores que subsidiarão a implantação e implementação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica por todo o país, enquanto a cada Instituto Federal cabe a elaboração de seu Plano de Desenvolvimento Integrado (MEC/SETEC, 2010).

A “nova” Instituição recebeu como atribuição ofertar cursos em diferentes níveis de ensino e ampliar sua estrutura para o interior do estado, envolvendo assim as regiões mais afastadas da capital. Seu papel se equipara ao das universidades, inclusive no que tange ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, o público dessa instituição hoje é tão diversificado quanto suas opções de cursos. São oferecidos: cursos técnicos integrados ao ensino médio, prioritariamente em período diurno: matutino, vespertino e integral; cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade Jovens e Adultos, prioritariamente em turno noturno; cursos técnicos subsequentes ao ensino médio para estudantes que já concluíram o ensino médio; cursos superiores de licenciatura, com reserva de vagas para professores sem formação em curso superior que já atuam em sala de aula; tecnólogos, bacharelado e pós-graduação, e ainda Ensino a Distância (EAD), certificação de conclusão do ensino médio através da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A ocupação das vagas na Instituição ocorre por meio de processos seletivos. No entanto, a concorrência não é livre entre todos os estudantes. O Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, da presidência da república regulamenta a reserva de vagas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. A partir de então, fica garantida a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, para cotas raciais e renda familiar inferior.

A Instituição, que em 1999 era composta por um câmpus na capital e uma unidade descentralizada na cidade de Jataí-GO, inaugurou doze novos câmpus no Estado entre 2007 e 2014. A expansão do IFG pelo Estado de Goiás reflete uma tendência nacional de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com multiplicação de unidades dos IFs por todo o país. Essa Rede é composta por 38 Institutos Federais presentes em todos os Estados do País, e ainda por instituições federais de educação profissional que não aderiram ao projeto de Institutos Federais: dois CEFETs, 25 escolas vinculadas a Universidades, Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica (REDE FEDERAL/ MEC, 2016).

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Conhecer uma Instituição vai além de olhar para ela no presente, com suas características contemporâneas. Compreender como ela chegou a ser o que se apresenta hoje pode nos permitir desfazer ilusões do presente sobre o passado, que a nostalgia sugere, ou alimentar uma expectativa do vir a ser.

Sobre as instituições, Saviani (2007) afirma que elas são criadas para cumprirem funções sociais de caráter duradouro. Por isso, são fundadas para permanecerem, e não para serem desfeitas após satisfazerem a uma necessidade transitória, já que para as necessidades transitórias não é necessário criar instituições. No entanto, o autor também afirma que, como todo produto humano, as instituições não deixam de se submeterem ao tempo histórico e, em última instância, também são transitórias. Elas devem se moldar, dessa forma, às necessidades que o tempo histórico lhes impõe, mantendo-se sólidas e perenes, mas adaptando-se às funções sociais que lhes são exigidas. Assim, para a transitoriedade das instituições, o autor ressalta a importância do tempo histórico, muito mais significativa que o tempo cronológico ou o tempo psicológico (SAVIANI, 2007, p. 4-5).

Segundo Sanfelice (2007), há um quebra-cabeças no interior de cada instituição educativa, formado por múltiplas instâncias variadas que agem e interagem entre si, construindo uma identidade.

Nenhuma instituição manifesta sua identidade plena apenas no interior dos seus muros, por isso é fundamental olhar para seu entorno. Um entorno que se inicia bem junto a ela, mas que pode ser uma caminhada para uma dimensão cada vez mais macro. (SANFELICE, 2007 p. 78).

Segundo este autor, ao buscar respostas fora dos muros da escola, certamente seria possível compreender melhor o que ocorre no interior da instituição. “[...] a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro”.

(SANFELICE, 2007 p. 78). Este autor também ressalta a necessidade de observar a instituição de uma perspectiva mais ampla, a fim de perceber as relações que formam a sua singularidade:

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa. Se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras. Penso então que o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica. (SANFELICE, 2009, p. 198)

Acerca da perenidade da identidade organizacional, Bolívar (2014) considera que, nos estabelecimentos escolares públicos, a identidade organizativa pode ser debilitada por haver um menor sentido de apropriação e identificação com a organização. Essa instabilidade se dá por falta de identificação com as burocracias profissionais (BOLÍVAR, 2014). As burocracias profissionais estão relacionadas a uma organização educacional macro, que se decide fora do alcance da autonomia da instituição escolar. As instituições públicas, apesar de terem seus próprios planos de atuação, pertencem a um projeto mais amplo, que conta com cada instituição para a execução de um projeto nacional. As organizações públicas passam frequentemente por delimitações que não partem da autonomia da própria instituição, mas de determinações externas, dentro de projetos pré-determinados.

Os planos e orientações nacionais são delineados a partir de retratos sociais produzidos através de indicadores de gestão, traçando metas, sem observar o objeto de perto, baseadas em conceitos de educação padronizados. Nesse conflito, Silva (2002) define a capacidade de alcance dessas políticas educacionais e a forma como se concretizam. A autora afirma que:

[...] as políticas para a educação pública são resultantes, em primeiro lugar, das imposições das instituições internacionais, particularmente do Banco Mundial, nas prescrições socioeducacionais, não apenas pelo montante financeiro de que dispõe, mas pela capacidade de gerenciar e manipular o

consentimento dos governados; em segundo lugar, resultam da capacidade de as entidades, associações, organizações e sindicatos avançarem na direção almejada pelas forças sociais opositoras; e, em terceiro, pelas práticas pedagógicas inventadas, confrontadas e inovadas no interior da escola pública, em que se conjugam histórias de vida, identidades, valores, concepções teóricas, culturas e saberes. (SILVA, 2002, p. 5)

A partir de então, as determinações econômicas para a educação deixam de ser apenas o consenso dos organismos internacionais e dos economistas que assessoram esses organismos e passam a ser um consenso também de governantes, em detrimento dos objetivos pedagógicos.

Segundo Libâneo (2013), as orientações internacionais para políticas educacionais são incorporadas pelas instituições educacionais de forma que passam a permear a cultura e a se integrar ao trabalho dos profissionais da educação, chegando a parecer originais e legítimas, ao ponto de não serem questionadas como precisam ser. Adquirem credibilidade, pois são divulgadas através de documentos oficiais.

Conforme afirma Silva (2002), há uma contradição no discurso que prega a melhora da qualidade da educação, uma vez que este desestimula os investimentos em laboratório e não enfoca os salários dos profissionais e a redução do número de alunos por professor, e, como orientações simplistas, recomenda que sejam priorizados o aumento do tempo em sala de aula, os livros didáticos e a busca autônoma dos professores por capacitação. A proposta ainda estimula que se consiga autonomia das instituições escolares, começando pelo compartilhamento dos custos da educação, requerendo uma contribuição maior das famílias e da comunidade, chegando até a aconselhar a cobrança de taxas na educação superior.

Libâneo (2016), analisando as intenções e os efeitos das orientações dos organismos mundiais para a educação, enfatiza a necessidade de questionarmos como: para que servem as escolas e, principalmente, para que servem as escolas destinadas aos pobres. O autor critica o ensino instrumental de resultados imediatistas, porque se restringe a garantir a todos - na realidade aos estudantes pobres - o mínimo ou o suficiente para a sobrevivência no mercado de trabalho. A educação vista como instrumento de redução da pobreza, na prática, possibilita uma empregabilidade precária, ao tempo em que retira dos estudantes pobres o direito a uma educação verdadeira, integral, com os conteúdos que possibilitem o conhecimento significativo e o desenvolvimento de seu potencial intelectual e humano. Segundo o autor:

Ignora-se que a especificidade da educação escolar consiste em ser uma prática social que se concretiza pelo provimento das condições efetivas de formação e desenvolvimento científico, cultural, ético-político e afetivo das crianças e

jovens, principalmente, daqueles que mais necessitam dela, a população pobre. (LIBÂNEO 2016, p. 56 e 57).

Ao estudar a história de uma instituição como o IFG, que já nasceu como um instrumento de redução da pobreza e que sempre teve a finalidade de formar profissionais para o mundo do trabalho, consiste em um desafio, portanto, pensar em para que serve esta escola.

METODOLOGIA

A opção desta pesquisa é pelo método biográfico narrativo Bolívar, (2014) com foco nas histórias de vida de quatro servidores técnico-administrativos, apoiadas pela análise das narrativas oficiais, por meio dos documentos oficiais, e pela minha própria narrativa autobiográfica.

Segundo Bolívar (2002), as narrativas têm relevância tanto como objeto de pesquisa, como enquanto metodologia. Para o autor, “a narrativa não só expressa importantes dimensões da experiência vivida, como também, mais radicalmente, media a própria experiência e configura a construção social da realidade” (BOLÍVAR, 2002, p. 4). As narrativas, considerando a subjetividade, constituem-se como um método privilegiado de construir conhecimento.

A narrativa, colhida seja através da autobiografia, de entrevistas ou de documentos institucionais, pode dar sentido e identidade às organizações. Bolívar explicita, a partir dos sentidos que os atores dão aos processos organizativos, que “as organizações, como construções sociais, estão constituídas por conjuntos de relatos coletivos, vividos e transmitidos que circulam na cultura interior e na imagem exterior” (BOLÍVAR, 2014, p. 330). A forma de narrar a instituição constitui, portanto, sua identidade.

De acordo com Bolívar (2002), a análise narrativa reúne dados e vozes em uma história, mediante um relato que unifica e dá significado a esses dados, possibilitando uma resposta compreensiva de por que algo aconteceu. Constitui-se em uma análise narrativa de dados narrativos.

Sobre o processo narrativo de análise, Bolívar (2002) afirma:

O processo de análise narrativa é, então, sintetizar um agregado de dados em um conjunto coerente, em vez de separá-los por categorias. O resultado dessa integração narrativa é uma retrospectiva dos feitos passados, segundo uma sequência temporal contínua, para chegar a um determinado fim. Aqui o processo recursivo que se move dos dados obtidos para a emergência de uma

determinada trama argumentativa. Esta trama argumentativa determina que dados devem ser incluídos, com que ordem e com que final. (BOLÍVAR, 2002, p. 18)

Por meio das narrativas analisadas, o resultado dessa pesquisa deverá ser uma nova narrativa, que contará a história da transformação pela qual a Instituição passou desde que deixou de existir a ETFG até a expansão do IFG, de 1999 a 2014.

O pesquisador se converte naquele que constrói e conta a história por meio de um relato, onde frequentemente deixa ouvir sua voz. Mas à medida em que a narrativa quer ser realista, o pesquisador deve incluir evidências e argumentos que apoiem a plausibilidade da narração oferecida. (BOLÍVAR, 2002, p. 19)

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a relação entre a história da educação profissional no Brasil, a estruturação da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica e a história institucional do IFG.

A pesquisa bibliográfica tem o objetivo de identificar outras pesquisas científicas já realizadas sobre o tema, além de tomar conhecimento sobre as informações e resultados já obtidos. De acordo com Laille e Dionne (1999), a revisão da literatura refletirá o estado da questão que a pesquisadora pretende investigar. “Fazer a revisão da literatura em torno de uma questão é, para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo que possa servir em sua pesquisa” (LAILLE; DIONNE, 1999, p. 112). Para tanto, foram buscados estudos sobre os Institutos Federais de Educação no período em questão, 1999 a 2014, sobre o Instituto Federal de Goiás e também estudos especificamente na área da educação, que tenham como sujeitos os técnicos administrativos em educação.

Como apoio à plausibilidade da narrativa, foi desenvolvida uma pesquisa documental envolvendo os documentos internos e externos que regulamentam e influenciam diretamente o funcionamento dessa Instituição pública de educação. Segundo Cellard (2008), o documento se constitui como uma fonte preciosa, pois pode superar os limites da memória. No entanto, não será a única fonte documental, pois os documentos exclusivamente institucionais podem ocultar pontos de vista não oficiais.

Cellard (2008) explica que a definição de documento não se aplica somente a textos e documentos oficiais, mas a “tudo que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou “fonte”, como é mais comum dizer atualmente” (CELLARD, 2008, p. 296). Esta pesquisa, nessa perspectiva, envolveu três fontes: os documentos

institucionais, as narrativas dos técnicos administrativos, e a autobiografia da pesquisadora. O autor destaca a necessidade de que seja feita uma seleção rigorosa e uma avaliação crítica dos documentos a serem analisados. Essa avaliação deve examinar: o contexto, o autor ou autores, a autenticidade e a confiabilidade dos textos, a natureza do texto, os conceitos chave e a lógica interna do texto.

Utilizando a abordagem proposta por Cellard, foram analisados os documentos em que a Instituição produz narrativas sobre si mesma: Relatórios de Gestão, Plano de Desenvolvimento Institucional e Relatórios de Autoavaliação Institucional. Essa massa documental foi tratada como fontes narrativas escritas institucionais, as quais, conforme Bolívar (2014), podem nos oferecer uma perspectiva biográfica institucional.

A consolidação da pesquisa de campo teve como instrumento entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade acadêmica do IFG, especialmente servidores técnico-administrativos. Foram realizadas entrevistas gravadas com quatro servidores técnicoadministrativos que vêm atuando na instituição nos últimos quinze anos.

Zago (2003) discorre sobre a personalidade do pesquisador na realização da entrevista. A autora afirma que

A entrevista se desenvolve em uma relação social. Nesse sentido, o entrevistador não pode ser interpretado como se ele não fosse tal pessoa, não pertencesse a tal sexo, etnia e profissão, ou ainda, como se não ocupasse determinado lugar na sociedade. (ZAGO, 2003, p. 301)

Levamos a entrevista como um momento de conversa franca entre pares, assim como as várias conversas diárias sobre temas semelhantes que surgem no dia a dia entre colegas, com trocas de experiências e relatos de histórias de vida, nos intervalos do trabalho. Segundo Zago (2003), há um consenso entre diversos autores de que uma boa entrevista depende mais da capacidade do pesquisador em obter a confiança dos entrevistados, do que das técnicas de condução da entrevista. Zago afirma que “[...] a relação de confiança não está dada desde o início da conversação, mas vai sendo pouco a pouco construída” (ZAGO, 2003, p. 302-303). Para a autora, o local onde a entrevista é realizada também pode influenciar positiva ou negativamente, facilitar ou produzir constrangimentos. Optei por deixar a critério dos participantes a escolha do local onde a entrevista seria realizada e os quatro participantes optaram por seus ambientes de trabalho.

O propósito de captar narrativas através das entrevistas justifica a opção por utilizar um roteiro de entrevistas semiestruturado como um norte direcionador e estimulador de temas,

esperando que a conversa se estendesse além das perguntas prévias e superasse as barreiras do roteiro pré-estabelecido.

Segundo Laville e Dionne (1999), as entrevistas semiestruturadas ou parcialmente estruturadas possuem temas particularizados e questões abertas. Apesar de as questões serem elaboradas previamente, houve liberdade quanto à ordem, retirada ou acréscimo de perguntas: “Sua flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a explanação em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 189).

Acerca da análise dos dados obtidos em entrevista semiestruturada, os autores destacam a dificuldade de enquadrá-los em categorias pré-fixadas, e da exigência de uma análise que comporte a flexibilidade do instrumento.

Em todos os casos o tratamento dos dados será exigente: é preciso com frequência transcrever cuidadosamente as frases coletadas, habitualmente registradas em gravador, para logo proceder às análises de conteúdo, que são, em geral, mais delicadas que as análises estatísticas. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 190)

Segundo Zago (2003), o uso do gravador, frequentemente presente nas pesquisas com entrevistas, exige uma negociação para obter a aprovação do entrevistado. Esse instrumento é importante, pois confere maior liberdade ao entrevistador para conduzir as questões, sem a necessidade de interromper as entrevistas para tomar nota.

Dessa forma, partindo da proposta de estudo biográfico utilizando o enfoque biográfico-narrativo foi proposto um debate sobre a atividade dos servidores administrativos na instituição, a oferta de educação profissional pública e a expansão da rede para o interior do Estado, sob a interpretação de seus técnicos administrativos. Em uma perspectiva dialética, a proposta intencionou estabelecer uma inter-relação entre a Rede Federal de Educação Profissional, como um todo, e a constituição institucional do IFG, em particular.

A necessidade de relacionar a situação particular ao contexto do todo é destacada na interpretação de Duarte (2000), que explica:

Ainda que o pensamento se detenha em uma parte do todo, jamais deve ser esquecido que essa parte não tem existência em si e por si mesma e também não deve ser esquecido que essa parte assume características distintas dependendo de a qual todo ela pertença. (DUARTE, 2000, p. 104)

Sanfelice (2007) exprime uma opinião semelhante à de Duarte quando reivindica a legitimidade das pesquisas que elegem como objeto a História das Instituições escolares e/ou educativas e afirma que não vê obstáculos quanto ao uso de novas fontes que possam enriquecê-la. No entanto, o autor ressalta que uma instituição específica é um objeto único, entre outras múltiplas instituições, e que é necessário um olhar universal, que considere as tensões entre o singular e a totalidade. Assim, segundo Sanfelice: “o estudo das Instituições escolares e/ou educativas poderá acrescentar conhecimentos históricos à história da educação se além de revelar as minúcias das singularidades escolares, inserir a compreensão e a explicação delas na totalidade histórica.”. (SANFELICE, 2007, p. 198)

Dessa maneira, a partir da compreensão de que a instituição não deve ser estudada isoladamente, esta pesquisa tem o propósito de chegar a uma narrativa singular da história do IFG, considerando sua contextualização social e histórica a partir dos relatos de seus técnicos administrativos, apoiados pelo relato autobiográfico da pesquisadora e pelas narrativas dos documentos institucionais.

ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Como uma narrativa da história da Instituição, de 1999 a 2014, esta dissertação se estrutura em três capítulos: O Capítulo I, *O que significou ser servidor técnico administrativo no IFG, de 1999 a 2014*, apresenta os participantes da pesquisa e busca compreender aspectos que deram significado à vida profissional dos técnicos administrativos na instituição nesse período. São abordadas a carreira, a identidade, a valorização da categoria, e suas participações no processo educativo.

No Capítulo II, *A avaliação da educação profissional oferecida na instituição, pelos profissionais que nela atuam*, apresenta-se um histórico da educação profissional no Brasil e da educação profissional na passagem de Escola Técnica a CEFET e a IFG construído a partir dos relatos dos documentos institucionais e dos profissionais técnicos administrativos que atuaram na instituição durante essa transição e consolidação.

No Capítulo III, *A expansão da instituição para o interior do Estado, com a criação dos novos câmpus do IFG*, são demonstrados os dados da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a expansão no IFG, seu impacto e as narrativas dos técnicos administrativos sobre o crescimento da instituição.

CAPÍTULO I

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS: 1999- 2014

1.1 O tema na teoria, teses e artigos sobre técnicos administrativos

Uma escola não se faz apenas com alunos e professores. No entanto, a participação dos servidores técnicos administrativos das instituições de educação não só é pouco abordada, mas, muitas vezes, esquecida, apesar da relevância de suas atividades para o sucesso institucional, de suas participações nas decisões democráticas e das constantes disputas por valorização do trabalho e da carreira.

Raras são as pesquisas já realizadas sobre o trabalho dos servidores administrativos no campo da educação. De fato, há diversos estudos sobre esse assunto, mas nos ramos do direito e da administração. Referem-se a seus direitos, deveres, qualidade de vida no trabalho e carreira. Os poucos escritos sobre esses profissionais na área da educação destacam a importância de sua atuação nos “bastidores” da instituição.

O IFG, o CEFET, a ETFG ou mesmo a Escola de Aprendizes Artífices sempre contaram com um quadro de trabalhadores administrativos que garantiu seu funcionamento. O Decreto² de criação da instituição já definia o quadro de trabalhadores que atuariam para garantir o seu funcionamento por seis horas diárias, das 10hs da manhã às 4hs da tarde, recebendo tantos estudantes quanto comportasse o prédio da escola: Um diretor, nomeado por decreto, com vencimento de 4:800\$ anuais, um escriturário e um porteiro contínuo, nomeados por portaria do ministro, com vencimento de 3:00\$ e 1:800\$ anuais, respectivamente. As obrigações e deveres desses trabalhadores ficariam estabelecidos no regimento interno da escola, expedido pelo ministro. Pelo Decreto, o produto dos artefatos produzidos nas oficinas constituiria renda da escola e seria dividido da seguinte maneira:

Art. 10. Constituirá renda da escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º. Esta renda será arrecadada pelo director da escola, que com ella satisfará a compra de materiais necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º. Semestralmente o director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo à Caixa Economica ou Collectoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte.

² Decreto nº 7.566/1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Art. 11. A renda líquida de cada oficina será repartida em 15 quotas iguais, das quais uma pertencerá ao diretor, quatro ao respectivo mestre e 10 serão distribuídas por todos os alunos da oficina, em prêmios, conforme o grau de adiantamento de cada um e respectiva aptidão. (Decreto nº 7.566/1909)

Observa-se que a renda gerada pelas oficinas se divide entre a manutenção da escola, o diretor, os professores e os alunos. Apenas o escriturário e o porteiro possuem renda fixa, independente do lucro das oficinas.

As carreiras e atribuições dos trabalhadores administrativos da educação pública foram influenciadas pelas três grandes reformas administrativas do Estado, que definiram as normas para ingresso na carreira, vencimentos e competências.

No ano de 1936 foi decretada e sancionada a Lei nº 284/36, que representou a primeira reforma administrativa do Estado. Essa lei criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil, reajustou os quadros e os vencimentos e definiu as carreiras do funcionalismo público civil da União, inclusive dos funcionários das Escolas de Aprendizes Artífices. A mesma lei determinou a dependência de habilitação prévia em concurso de provas ou provas e títulos para a primeira investidura em cargos técnicos administrativos e organizou as carreiras em atividades fins e meio.

Na década de 1940, as Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Capanema tiveram efeito na organização do ensino industrial, mas, só na década de 1960, uma nova reforma interferiu diretamente na carreira dos técnicos em educação.

Em 1967, pela Lei 200/67, foi formulada a segunda reforma administrativa do Estado, que refletiu na carreira dos trabalhadores não docentes em educação, criando para esse profissional uma categoria própria de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), através do Plano de Cargos e Salários do Funcionalismo Público. No ano de 1970, pela Lei nº 5.645/70, foi efetivado o plano de cargos e salários (PCC) do funcionalismo público e criada a categoria funcional de técnico em assuntos educacionais (TAE). Sua finalidade era dotar os órgãos educacionais de profissionais qualificados para solucionar os problemas de educação. (COSTA NETO, 2012).

A partir da Constituição Federal de 1988, estabelecidos os princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade e Eficiência no serviço público, firmou-se a obrigatoriedade de concurso público para investidura de cargos públicos em todas as carreiras do serviço público Federal. Tornou mais rígida ainda a exigência de concurso para ocupação de cargos na carreira TAE e se tornou um motivo para impedir a mobilidade dentro da carreira para cargos de níveis de escolaridade maiores, através da qualificação e promoção.

No ano de 1995, houve uma nova Reforma Administrativa do Estado. Desta vez, a reformulação legal trouxe uma proposta de redução do papel executor ou prestador de direitos e serviço, priorizando seu papel de regulador ou provedor desses serviços, incluindo a educação. Essa reforma abriu precedente para a terceirização do trabalho exercido pelos Técnicos Administrativos em Educação e para a redução da carreira TAE às atribuições de fiscalização, controle, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em educação, funções estas pertencentes ao Estado, não cabíveis de terceirização (COSTA NETO, 2012).

Como consequência de uma greve que durou aproximadamente três meses em 2004, a categoria dos servidores técnico-administrativos, após um processo de negociação entre governo e sindicato, teve aprovado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos (PCCTAE) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), através da Lei nº 11.091/2005. O PCCTAE 2005 deliberou sobre Plano de Carreira, Nível de Classificação, Padrão de Vencimento, Cargo, Nível de Capacitação, Ambiente Organizacional e Usuários. Segundo o Art. 4º dessa lei, fica sob a responsabilidade de cada IFES a avaliação anual de seu quadro de pessoal de acordo com suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação o seu redimensionamento, quando for o caso, considerando as demandas institucionais, a proporção entre servidores e usuários, as inovações tecnológicas e a modernização dos processos de trabalho na Instituição.

A conquista do PCCTAE, em 2005, não finalizou as expectativas de valorização da carreira dos técnicos administrativos. Na próxima seção, serão abordadas questões mais específicas que o plano de carreira ainda não alcança, como as promoções de servidores e a equiparação entre as carreiras de administrativos e docentes.

1.2 A identidade de técnico administrativo em educação

Apresentam-se nesta sessão, os participantes desta pesquisa, a trajetória profissional de cada um deles a partir do ingresso na Escola Técnica Federal de Goiás, as formações de suas identidades profissionais, os impactos das terceirizações de serviços, as lutas da categoria por valorização profissional e suas atuações fundamentais para o processo educativo. A partir de suas histórias de vida, são analisadas as relações de trabalho e de identificação dos trabalhadores com a instituição.

1.2.1 Os TAES participantes da pesquisa

No intuito de traçar a biografia da instituição, foram fundamentais as participações dos servidores técnicos administrativos que testemunharam e participaram da história da instituição nesse período. Participaram dessa pesquisa quatro servidores que atuam no IFG desde sua criação, no CEFET durante sua existência e, antes disso, na Escola Técnica Federal de Goiás. Dois são servidores do Câmpus Goiânia: Helena, assistente em administração, que exerce a função de Coordenadora de Registros Acadêmicos e Escolares; Fernando, que ocupa o cargo de vigilante, mas exerce funções administrativas no Setor de Recursos Humanos do Câmpus; um servidor do Câmpus Senador Canedo: Frederico, que ocupa o cargo de vigilante, mas exerce a função de Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio, e uma servidora do Câmpus Jataí: Alexandra, bibliotecária, Coordenadora de Biblioteca.

Helena e Frederico eu conheci durante o período em que estudei na escola, de 2001 a 2004. Recordo-me que esses, entre vários outros servidores da instituição, participaram intensamente da formação escolar dos estudantes. Na época, eu não sabia exatamente qual função ocupavam na instituição, mas percebia que em nosso dia a dia eram mais presentes que muitos professores. Quando reingressei na instituição, no ano de 2011, já como servidora técnico-administrativa, logo me recordei que então seriam meus colegas de profissão, e uma inspiração para minha atuação como TAE.

Enquanto servidora técnico-administrativa, participando de uma Comissão de Autoavaliação Institucional, para a qual fui indicada pela direção do meu Câmpus, trabalhei com Fernando, também participante dessa pesquisa. Fernando eu não conhecia até então, embora também houvesse trabalhado na instituição enquanto eu era estudante, já o conheci como colega de profissão. No entanto, logo soube que era um servidor muito requisitado para os diversos trabalhos “extras” que a instituição demanda, e um servidor muito atuante na área meio³ da instituição.

Alexandra, do Câmpus Jataí, é a única participante que eu ainda não conhecia pessoalmente, até a realização da pesquisa. Fiz contato com ela, porque soube que é uma das servidoras que trabalha há mais tempo no Câmpus Jataí, e avalio que seja fundamental ter um

³ Consideram-se áreas-meio as atividades que não consistem diretamente no principal serviço prestado pela instituição, mas são fundamentais para o seu funcionamento interno. Por exemplo: secretaria, Recursos Humanos, Comunicação.

relato da perspectiva de alguém daquele Câmpus, que, além da unidade de Goiânia, é o único que existiu durante todo o período compreendido nessa biografia institucional.

Todos os servidores participantes da pesquisa se tornaram Servidores Técnico Administrativos em Educação por meio de concurso público no final da década de 1980 e início da década de 1990. A servidora Helena ingressou na instituição no cargo de Assistente em Administração, nível D. Os demais participantes ingressaram ocupando cargos, hoje, extintos da carreira de técnico-administrativos, cujas atividades são exercidas por trabalhadores contratados por empresas prestadoras de serviço terceirizado.

É o caso de Frederico, Fernando e Alexandra. Os dois servidores chegaram à Instituição ocupando o cargo de Vigilante e a servidora ingressou inicialmente como Recepcionista/Porteira. Os três servidores exerceram as atividades dos cargos para os quais foram contratados por um curto período de tempo, e, posteriormente, conforme a gestão institucional observou a capacidade de cada um para exercer atividades mais complexas que aquelas para as quais haviam sido contratados, foram desviados para funções próprias de cargos de níveis mais altos da carreira. Esse desvio de função também fora motivado em razão da extinção dos cargos. Nessa ocasião, os servidores ocupantes dos cargos extintos foram convidados a aderirem a um Plano de Demissão Voluntária (PDV). Vários servidores que não aderiram ao PDV foram desviados de função e aproveitados conforme suas capacidades. A servidora Alexandra, após concluir sua formação no curso superior de biblioteconomia, prestou concurso novamente na instituição e assumiu o cargo de Bibliotecária, conforme formação superior e concurso público. Dos quatro participantes, esta servidora é a única que oficializou o novo cargo por meio de uma mudança de *status* de formação, atuação e novo concurso na Instituição.

1.2.2 A profissão – O ofício

Na carreira de servidor público – Técnico-Administrativo em Educação - não se encontra uma uniformidade profissional. Observa-se uma divisão dos cargos técnicos em níveis diferentes dentro da mesma carreira, conforme o grau de escolaridade exigido para cada cargo. O nível mais alto da carreira são os cargos de nível E que exigem escolaridade de nível superior, o nível D exige ensino médio, Níveis C, B e A exigem escolaridade de nível fundamental.

Os cargos de nível E, por sua natureza, possibilitam uma menor mobilidade de seus ocupantes. Exceto em situações de remoção ou redistribuição para exercerem o mesmo cargo em outras cidades; os servidores deste nível da carreira mantêm uma perenidade maior nas

funções que ocupam. Não constam, nos relatos dos servidores participantes, casos de desvio de função entre esses profissionais. Alexandra, por exemplo, enquanto bibliotecária, relata que trabalha na biblioteca desde que ocupou o referido cargo, inclusive como coordenadora da biblioteca há quatorze anos.

Já os servidores ocupantes dos cargos de outros níveis da carreira podem se movimentar entre diversos departamentos da instituição. É o caso de Helena, que desde que chegou à instituição já passou por diversos setores de trabalho. Por último, trabalhou no Departamento de Ensino e na Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares. Nos departamentos em que trabalhou inicialmente exerceu as atividades inerentes ao cargo de assistente em administração. No entanto, quando teve oportunidade, a servidora se formou em pedagogia, especializou-se e se tornou mestre em educação. Desde que se formou passou a exercer, na instituição, atividades próprias de sua formação como pedagoga. A servidora relatou que já havia assumido funções próprias de pedagoga na instituição depois que concluiu o curso superior. Contudo, quando concluiu o mestrado, a direção solicitou que ela, como pedagoga, trabalhasse no departamento de ensino, a fim de substituir algumas pedagogas que estavam prestes a se aposentarem. Nessa ocasião, a servidora manifestou seu interesse em permanecer nas atividades próprias de seu cargo de Assistente em Administração, alegando que se aceitasse ficaria em desvio de função. Mesmo assim, a servidora entende que, como Coordenadora de Registros Acadêmicos e Escolares, frequentemente precisa fazer pareceres técnicos que exigem seus conhecimentos como pedagoga. Na prática, cobra-se que a servidora exerça as atividades que é capaz, e não apenas aquelas para as quais foi contratada. A servidora ainda ressalta que ela própria arcou com os custos de sua formação em curso superior, especialização e mestrado, que recebeu como contribuição da instituição apenas um afastamento de dois anos para o mestrado. Não teria, portanto, que devolver nada para a instituição.

Com a extinção de cargos, os servidores foram afetados pelo desvio de função. Suas atividades ficaram a cargo de empresas terceirizadas, prestadoras de serviço, que contrataram trabalhadores para exercerem essa função sem concurso público, por contratos de trabalho. Os servidores que ocupavam esses cargos foram aproveitados pela instituição, conforme suas capacidades, e passaram a exercer funções próprias de outros cargos, até mesmo de nível superior, sem que fossem alterados seus assentamentos funcionais, mantendo, dessa forma, os mesmos vencimentos dos cargos iniciais. Isso aconteceu com três dos participantes desta pesquisa.

Alexandra, que ingressou na carreira com o cargo de recepcionista/porteiro, relata que em seus primeiros momentos como servidora da Escola Técnica, junto com seus colegas, começou desde o início, ajudando a montar mobiliário, reformar e limpar o espaço. Com a extinção de seu cargo inicial, passou a ser aproveitada na função de auxiliar de biblioteca. Quando a servidora concluiu curso superior de biblioteconomia foi redistribuída para o Câmpus Jataí, no cargo de recepcionista. Porém, exercendo as funções próprias de sua formação como bibliotecária, cargo de nível E. Segundo relato da servidora, ela permaneceu exercendo as funções de bibliotecária, com vencimento de porteira, por um ano, até passar em concurso público para o cargo de bibliotecária, nível E, e assumir formalmente o cargo da função que já exercia. Ela relatou também que há na biblioteca uma trabalhadora terceirizada, que normalmente trabalha na portaria, mas está trabalhando provisoriamente no guarda-volumes da biblioteca, cobrindo a licença de um servidor efetivo. Podemos perceber, então, que o desvio de função não afeta apenas os trabalhadores efetivos.

Frederico assumiu por concurso público o cargo de vigilante. No entanto, trabalhou nesse cargo por pouco tempo e logo foi aproveitado em funções próprias do cargo de assistente em administração, assumindo chefias dos setores em que trabalhou, inclusive. O servidor concluiu curso superior em Gestão Pública e passou pelos departamentos de Central de Desenhos, Coordenação de Integração Empresa-Escola, Departamento de Ensino e hoje ocupa a função de Coordenador de Almojarifado e Patrimônio do Câmpus Senador Canedo.

Fernando também assumiu por concurso o cargo de vigilante, mas relata que, como havia falta de servidores em diversos setores, passou a ser requisitado pela direção para ocupar funções administrativas e aceitou. Em seguida, assim que se formou no curso de Letras e depois de se tornar mestre, a instituição passou a aproveitar as capacidades do servidor em funções próprias de cargos de nível superior, em desvio de função, enquanto continua recebendo os vencimentos do seu cargo de vigilante. Durante sua vida funcional, o servidor passou pelos setores de protocolo, gabinete do diretor-geral, comunicação social, foi inclusive chefe da comunicação naquele tempo, quando a instituição ainda não contava com nenhum servidor no cargo de Jornalista. Também trabalhou na editora, Coordenação de Integração Escola Empresa e Recursos Humanos. Além disso, o servidor é requisitado para diversas funções extra, como tradutor, redator, revisor e para comissões de trabalho.

Representa uma evidente desvantagem financeira para os servidores manterem o mesmo *status* funcional ao permanecerem no mesmo cargo, apesar de avançarem nos estudos. O desvio de função, nessas situações, apresenta-se de forma contraditória e complexa na vida e na carreira

dos servidores e também na dinâmica da instituição, pois, com a continuidade dos estudos, é natural a busca pelo exercício da profissão escolhida para formação. No entanto, como a carreira TAE não permite que se avance hierarquicamente em seus níveis, a não ser através de um novo concurso público, os servidores precisam optar entre o exercício pleno da profissão fora da instituição, o reingresso na carreira em novo cargo através de um novo concurso ou a permanência na estabilidade da carreira TAE no mesmo cargo e nível. Torna-se viável uma quarta possibilidade, a de exercer a profissão informalmente dentro da instituição e com seu incentivo, apesar do cargo inicial e do nível na carreira, mesmo que o salário não acompanhe o seu progresso. Encontra-se, então, a seguinte contradição: é interesse do servidor exercer a profissão para a qual se formou, assim como é interesse da Instituição que o servidor a exerça. No entanto, a recompensa pelo exercício da profissão se limita à realização pessoal do profissional, pois praticamente não há recompensa financeira. Porém, essa situação se apresenta mais como um acordo entre as partes, já que o servidor não é realmente obrigado a permanecer no desvio de função.

Percebe-se que a identidade profissional do TAE não se relaciona tanto à função do cargo para o qual foi contratado, nem à profissão que escolheu para formação acadêmica. O vencimento que recebe, no entanto, acompanha sempre a função para a qual foi contratado através de concurso público.

Dubar (2005) menciona dois diferentes sentidos para a palavra Profissão: o sentido de ocupação, que abarca a totalidade dos empregos; e o sentido de profissão liberal científica. Explica que, a partir do surgimento das universidades, na idade média, as artes liberais passaram a se distinguir das artes mecânicas, gerando uma divisão de significados dentro da ideia de profissão, uma oposição entre o que a universidade se dignava a chamar “profissão”, ensinada nas universidades, atividades próprias do intelecto, desempenhadas por quem recebe reconhecimento de saber através do diploma; em oposição ao “ofício”, que se desvaloriza a partir dessa oposição por não exigir formação universitária e se relacionar a atividades mais mecânicas que intelectuais.

Se analisarmos os diferentes níveis da carreira TAE, à luz da oposição desenhada por Dubar, podemos compreender como “profissões” as ocupações dos cargos de nível E, as quais exigem um diploma universitário específico, e como “ofícios” as ocupações dos cargos de nível D, C, B e A, que exigem escolaridade de nível básico. No entanto, o que se observa na prática institucional é que tanto a identidade profissional, como os espaços que os técnicos assumem na instituição se relacionam muito menos com os cargos para os quais foram

contratados inicialmente, do que com o diploma universitário dos servidores. Assim, os técnicos são contratados para exercerem um determinado ofício, mas acabam por encontrarem espaço para o exercício de suas profissões, informalmente, nos desvios de função. Dubar (2005) explica o valor do diploma universitário:

[...] a posse de um saber teórico graças a estudos prolongados é apresentada tanto como a garantia de uma competência verdadeira e especializada em um setor de atividade e fundada em uma motivação sentida quanto como o meio mais eficaz de evitar a afluência excessiva de práticos na “profissão” (DUBAR, 2005, p. 176)

O diploma universitário na Instituição, para o efetivo exercício, tem mais valor que o cargo ocupado. No entanto, formalmente, para efeito de ocupação de cargo e recebimento de salário, o diploma não é reconhecido e o exercício da profissão não deixa de ser de certa maneira apenas prático.

A recompensa pelo exercício da profissão, em desvio de função, encontra maneiras de se concretizar dentro da formalidade. São elas: o reconhecimento das competências reais dos servidores, com a indicação para executarem trabalhos de maior exigência intelectual, a indicação dos servidores para Funções Gratificadas (FG) mediante indicação da gestão, e o pagamento do adicional percentual no salário do Incentivo à Qualificação, correspondente a um valor percentual do salário para cada nível de escolaridade adquirido, acima do exigido para o cargo, este último garantido por lei⁴.

Nos casos dos servidores participantes desta pesquisa, percebemos essas recompensas através da nomeação dos servidores Helena, Fernando e Frederico para coordenarem os setores onde trabalharam, e a nomeação da servidora Alexandra como Coordenadora de Biblioteca, com uma FG própria de bibliotecários, logo que assumiu o cargo de nível E.

O exercício de FG presume responsabilidades dos cargos de chefia, mas também garante um pagamento adicional, que varia conforme a função. Os servidores que adquirem escolaridade além da exigida para os cargos que ocupam também recebem o adicional no salário pelo incentivo à qualificação. Ao contrário da FG, o incentivo à qualificação não presume que o servidor assuma responsabilidades além daquelas para as quais foi contratado, mas também não permite que o servidor alcance, com a qualificação que adquiriu, o salário-base recebido

⁴ Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, alterado pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação.

pelos servidores contratados mediante concurso para os níveis de escolaridade. Consiste, portanto, em um incentivo, mas não em uma equiparação⁵.

A instituição conta, dessa forma, com um quadro funcional muito mais capacitado que o que efetivamente contratou. A quantidade de servidores exercendo na prática suas profissões de nível superior é muito maior que a quantidade de cargos de nível E que a instituição dispõe. Seria, portanto, pertinente questionar: se todos os servidores exercessem simplesmente as atividades para as quais foram contratados, a instituição conseguiria funcionar com a mesma qualidade?

Em contradição com as queixas dos trabalhadores em relação aos desvios de função e deficiências do plano de carreira, mostram-se expressivos a identificação e o pertencimento dos servidores efetivos, de carreira e vida na instituição. Essa identificação aparece, muitas vezes, como uma verdadeira paixão.

Quando questionados se gostam de trabalhar na instituição, o servidor Fernando respondeu:

Gosto! Gosto de trabalhar aqui. Estou aqui. Às vezes eu tiro férias e estou aqui trabalhando. Estou de recesso e estou trabalhando. Inclusive meu recesso do ano passado e esse ano eu só tirei pedaços do recesso. E o meu chefe me liberaria tranquilamente. Quer que eu tire para não ficar nada para trás, mas eu sou viciado. Gosto de vir para cá. Gosto do instituto e gosto de trabalhar aqui. Então... Não sei o que vou fazer quando aposentar. Mas gosto de trabalhar aqui. (Informação verbal)⁶ (FERNANDO, 2016)

Em resposta à mesma pergunta, a servidora Alexandra fez uma verdadeira declaração de amor pela instituição e pelo trabalho, descrevendo, inclusive, como os servidores mais antigos incentivam a identificação aos recém-chegados:

Eu amo o que eu faço. Eu atendo todo mundo aqui como muito prazer. Eu amo o que eu faço, gosto do que eu faço. E ontem eu vi uma frase [de um servidor da biblioteca que trabalha há 26 anos de instituição] que a gente está aqui esse tempo todo, a gente tem amor pelo instituto, a gente abraça o instituto e tudo o que ele oferece, tudo o que ele faz a gente está sempre presente, esse servidor que já tem 26 anos. Porque a gente, às vezes vê alguns câmpus assim que são novatos, parece que não têm esse amor pelo instituto. E quando chega um novato aqui a gente faz ele encaixar dentro dessa nossa paixão que a gente tem

⁵ Na carreira TAE não há possibilidade de promoção para níveis da carreira mediante formação. Apenas um novo concurso pode equiparar função e formação, daí o desvio de exercício funcional para os servidores que se qualificam.

⁶ Informação fornecida pelo entrevistado Fernando servidor do Instituto Federal de Goiás câmpus Goiânia, Goiânia, maio 2016

pelo instituto, pelos alunos (...) a gente abraçou o instituto e a gente ama o que a gente faz aqui. (ALEXANDRA, 2016).

Observa-se, nos relatos dos servidores, uma identificação com a Instituição, que promove não apenas o gostar da Instituição e do trabalho, mas o “vestir a camisa” próprio de quem se engaja nas tarefas e encara como seus os objetivos e projetos da Instituição. Como quando a servidora afirma: “a gente abraça o instituto e tudo o que ele oferece, tudo o que ele faz a gente está sempre presente.” (ALEXANDRA, 2016). Tal engajamento só pode acontecer com um trabalhador que tem direito a fazer parte da Instituição. Para que a Instituição possa contar com um servidor que tenha pleno compromisso com seu trabalho, é necessário que ela também se comprometa com o trabalhador.

1.2.3 Os impactos das terceirizações de serviços na instituição

Observa-se, pelas movimentações funcionais relatadas pelos participantes desta pesquisa, que, em grande parte, as movimentações de servidores para funções diferentes de seus cargos se realizaram em razão da abertura da Instituição para os contratos com empresas de prestação de serviço terceirizado. Essa abertura se deu a partir do ano de 1995.

Na década de 1990, uma reforma administrativa do Estado propôs a redução do papel do Estado executor ou prestador de direitos e serviço, o qual passou a priorizar o seu papel de regulador ou provedor desses serviços, incluindo a educação. Essa reforma abriu precedente para a terceirização⁷ do trabalho exercido pelos Técnicos Administrativos em Educação e para a redução da carreira TAE às atribuições de fiscalização, controle, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em educação, funções estas pertencentes ao Estado, não cabíveis de terceirização (COSTA NETO, 2012).

Os argumentos favoráveis à terceirização de serviços defendem que esta é uma tendência mundial que moderniza os arranjos produtivos (DIEESE, 2007). Nos serviços públicos, a terceirização proporciona uma redução da máquina pública, focando-se em um modelo gerencial de administração pública. Com a possibilidade de terceirizar alguns serviços, a

⁷ A terceirização consiste em um processo pelo qual uma empresa (contratante) deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores contratados diretamente, e transfere essa responsabilidade de contratação e prestação de serviços para outra empresa (contratada), por meio de licitações disciplinadas pela Lei 8.666/93. Uma ou mais empresas podem ser contratadas para prestarem serviços dentro da empresa contratante, para realizarem tarefas que antes eram realizadas pela própria empresa contratante.

empresa tem oportunidade de se dedicar a sua atividade-fim, fortalecer sua competitividade, concentrar a atividade da Instituição em sua área fim, e assim fortalecer sua atividade principal, que consiste em sua razão de ser, e deixar a cargo dos contratos de serviço os demais serviços essenciais para seu funcionamento. Terceirização representa uma questionável redução de custos para a empresa contratante, além de eliminar a responsabilidade da contratante com uma parte dos trabalhadores. As relações de trabalho entre empresa e trabalhadores são substituídas por um contrato entre empresas.

De acordo com o Relatório Técnico - O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as principais razões que justificam a terceirização, na opinião das empresas, são:

- é procedimento necessário para o sucesso das inovações organizacionais e gerenciais pretendidas; - o processo permite concentrar esforços no que é definido como vantagem competitiva, transferindo o conjunto de atividades que não correspondem ao seu core business, sejam elas de apoio, ou mesmo de produção, para outras empresas;
- redução de custos ou transformação de custos fixos em custos variáveis;
- simplificação dos processos produtivos e administrativos;
- a empresa terceira sempre encontra soluções mais criativas e menos onerosas para a produção, o que elimina parte do desperdício e do comodismo que, segundo os próprios empresários, é característico das grandes empresas mãe. (DIEESE, 2007, p. 10-11)

No entanto, segundo o relatório do DIEESE, a redução dos custos ou transformação em custos variáveis no Brasil é tão significativa, que “em grande parte dos processos, acaba se transformando - ou transparece ser - o principal objetivo da terceirização” (DIEESE, 2007, p. 11-12).

A alteração nas relações de trabalho, proporcionada pela terceirização, com expressiva diminuição das responsabilidades e dos compromissos da empresa contratante para com os trabalhadores, apresenta-se como “uma alternativa para a flexibilização da gestão do trabalho, apesar de ser uma opção administrativa extremamente polêmica e, não raro, perversa para os trabalhadores” (DIEESE, 2007, p. 39).

Entre as vantagens que as empresas buscam com a terceirização, algumas delas não têm relação direta com o aumento do potencial da empresa para o exercício de sua atividade-fim, mas sim com a desmobilização das ações sindicais e de busca por melhores condições de trabalho, criando um terreno propício para relações precárias de trabalho. Entre as vantagens

que as empresas buscam com a terceirização, estão as oportunidades de “enfraquecer a organização dos trabalhadores, através da pulverização das atividades em diversas empresas de menor tamanho, o que dificulta a capacidade de mobilização e facilita o controle dos movimentos”; além de também “burlar conquistas sindicais através da terceirização de atividades, de forma a fragmentar a organização e representação dos trabalhadores e diversificar a negociação e abrangência de direitos” (DIEESE, 2007, p. 12).

É importante lembrar que uma instituição de educação não é uma empresa e que no caso dos órgãos públicos a terceirização, por ser conduzida através de contratos de licitação, pode até gerar a redução de custos, mas, pela dificuldade de negociação com as empresas, não é capaz de garantir que serão contratadas empresas idôneas, que os serviços serão bem prestados e que a empresa contratada não deixará de cumprir com suas responsabilidades trabalhistas para com os trabalhadores. Segundo Lustosa da Costa e Hosana (2014), entre as desvantagens da terceirização para órgãos públicos, está o comprometimento da imagem do órgão em caso de falha do parceiro de contrato. De fato, os órgãos públicos têm o compromisso de prestarem um bom serviço para o seu público e para a comunidade em que se inserem e, com a oportunidade de se eximirem de algumas responsabilidades deixadas a cargo de empresas contratadas, o órgão também fica à mercê do comprometimento da contratada com a qualidade dos serviços prestados.

Em um órgão público, a logomarca da Instituição se sobrepõe à da empresa prestadora de serviço. Portanto, se há alguma falha na prestação de serviço terceirizado, é a imagem da Instituição pública que fica prejudicada. O nome da empresa no uniforme do trabalhador tem pouco ou mesmo nenhum destaque em contraste com o nome da Instituição onde o trabalhador presta serviço. Na prática, por exemplo, quando um vigilante guarda a porta de um prédio do IFG, ali está o guarda do IFG, nem se nota o nome da empresa que o contratou diretamente, se ele presta um bom ou mau serviço ao público que frequenta o prédio esse é um serviço bem ou mal prestado pelo IFG.

Em minha experiência de trabalho estive várias vezes em situações em que me senti realmente constrangida diante de colegas prestadores de serviço terceirizado. Constantemente, eram atrasados os pagamentos dos salários e benefícios dos trabalhadores, que reclamavam da instabilidade, de não saberem se viriam trabalhar no dia seguinte, pois faltava até mesmo recurso para o transporte. Esses colegas levavam calotes das empresas que os contratavam e muitas vezes permaneciam trabalhando na mesma Instituição, a serviço de empresas diferentes, nos mesmos postos de trabalho, mudavam apenas de uniforme.

Enquanto nas empresas privadas o descumprimento das particularidades do contrato pode gerar sua rescisão imediata, nos órgãos públicos as contratações via licitações dificultam o rompimento de relações contratuais entre o órgão e a empresa contratada para a prestação de serviços terceirizados. De acordo com Lustosa da Costa e Hosana (2014, p.06), outras desvantagens da terceirização em órgãos públicos são a “perda da identidade cultural da empresa ou órgão no longo prazo por parte dos funcionários, além da impactante responsabilidade subsidiária pelos direitos trabalhistas dos terceirizados”.

A desestruturação do mercado de trabalho provocada pelo processo de terceirização implantado no Brasil, o qual trouxe fragilização para os trabalhadores, em troca de maior acumulação e competitividade para o capital. De fato, para os trabalhadores, a terceirização representou uma piora nas condições de vida e trabalho. A empresa ou órgão contratante presencia, como se não fosse um problema seu, trabalhadores dentro da instituição desamparados pela empresa contratada, que brigam por direitos trabalhistas, e passam constantes vezes por atrasos de pagamento e descumprimento de direitos trabalhistas.

No IFG um dos desarranjos que se observa a partir das terceirizações é a coexistência de grupos distintos de trabalhadores nos mesmos ambientes, com vínculos, direitos e identidades distintos. Os servidores efetivos, admitidos por concurso público, identificam-se como pertencentes e, em alguns momentos observados nesta pesquisa, até mesmo como a própria Instituição. As relações de trabalho da Instituição com os trabalhadores dos serviços terceirizados é tão frágil que é impossível criar o mesmo vínculo. Além do mais, a diferença na contrapartida pelo trabalho é ostensiva e espantosa. Os trabalhadores dos serviços terceirizados, além de não terem os mesmos benefícios da carreira dos efetivos, recebem um salário menor, ao passo em que custam para a instituição contratante mais que o valor do seu salário.

Durante as entrevistas foram relatados alguns reflexos da terceirização nos ambientes de trabalho dos participantes. A servidora Alexandra, bibliotecária do Câmpus Jataí, conta que naquele Câmpus havia um quadro de servidores chamado de “servidores de apoio”, conforme relato da servidora:

Quando a gente iniciou, tinha um (servidor) para cada serviço: Tinha um mecânico, tinha um motorista, tinha um pedreiro, tinha as meninas da limpeza. Esses cargos, as pessoas ainda existem aqui com a gente, só que o cargo é extinto. E eles estão todos em desvio de função. Inclusive aqui na biblioteca eu tenho três serviços de limpeza e um pedreiro que me ajuda aqui na parte de auxiliar de biblioteca... E tem um vigilante aqui na biblioteca também, que faz serviço de auxiliar. Esses cargos todos estão extintos, foi decidido que eles

teriam que ficar em desvio de função, porque tem os contratos. Aí foram para os setores, e eu estou com esses quatro aqui. Na verdade, são cinco. (Informação verbal)⁸ (ALEXANDRA, 2016)

Ao pensar em uma instituição como uma corporação, pode-se afirmar que na mesma empresa ou órgão público há uma divisão entre os que têm “direito ao corpo”, ou seja, que podem fazer parte de uma corporação reconhecida, e os que não têm direito a fazerem parte (DUBAR, 2005). O engajamento dos indivíduos em suas tarefas, no entanto, tem muita relação com a identificação com a profissão, não só como trabalho, mas como carreira e meio de socialização.

Em uma instituição que prepara profissionais para o mundo do trabalho, não é ético omitir-se sobre a precarização do trabalho. Faz-se necessário abrir espaço para dialogar sobre a realidade enfrentada pelos trabalhadores e sobre as situações que têm encontrado espaço nesse cenário. É bastante contraditório que seja facultado a essa instituição delegar a empresas terceirizadas a responsabilidade social sobre trabalhadores que nela atuam.

1.2.4 Valorização Profissional

Os participantes da pesquisa relatam seu envolvimento e engajamento com as causas da instituição, ao mesmo tempo em que também fazem reflexões acerca de como são valorizados enquanto trabalhadores. Entre os temas mais levantados sobre valorização, destacam-se o incentivo à qualificação e à continuidade dos estudos dos servidores, o atendimento de suas opiniões e sugestões para melhorias da instituição e o reconhecimento de suas capacidades através da indicação para tarefas de maior importância e complexidade.

Os quatro servidores narraram que foram incentivados a darem continuidade aos seus estudos e a buscarem qualificação. Helena relata que não recebeu auxílio financeiro, mas que teve a possibilidade de afastamento para cursar o mestrado. Fernando também fala sobre esse incentivo:

Eu também consegui minha liberação, então eu fiz o meu mestrado e isso ajudou a me desenvolver intelectualmente e também me ajudou na parte de salário, melhorou bastante meu salário com isso... em todos os câmpus as pessoas estão saindo para fazer mestrado, doutorado. É uma prioridade (...) a escola incentiva

⁸ Informação fornecida pela entrevistada Alexandra servidora do Instituto Federal de Goiás câmpus Jataí, Jataí, maio 2016.

bastante não cria problema. E tem liberado os professores e os administrativos para fazerem [mestrado e doutorado]. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Quando Fernando afirma que seu salário melhorou bastante após o mestrado, ele se refere ao Incentivo à Qualificação que os servidores recebem, em forma de aumento percentual do salário, quando alcançam níveis de escolaridade superiores aos exigidos para o cargo que ocupam. Mas não são promovidos ou reenquadrados nos níveis de escolaridade da carreira, permanecem no cargo inicial.

De acordo com o Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, o incentivo é concedido aos servidores quando alcançam escolaridade superior à exigida para o seu cargo, considerando percentual maior ou menor, se o curso concluído é direta ou indiretamente relacionado ao ambiente organizacional de atuação do servidor. O incentivo é concedido conforme a seguinte tabela, alterada pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012:

Tabela 01 – Percentual de Incentivo à Qualificação - TAEs

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo	10%	-
Ensino médio completo	15%	-
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

FONTE: Planalto (2016)⁹.

Frederico menciona que o incentivo à qualificação, como outras conquistas dos servidores, foi conseguido com muita luta do coletivo. Afirma que, antes, os servidores não

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em 31 maio.2016.

tinham estímulo para se qualificarem, pois não acrescentava em nada financeiramente para eles, agora já compensa: “Hoje adianta e muito para a gente”. Os servidores qualificados se afirmam na maior qualidade do serviço prestado. Ao mesmo tempo, a Instituição também se exalta pela qualificação de seus servidores.

Frederico conta, em seu relato, que a instituição tem valorizado as sugestões que apresentou de mudanças nos setores onde trabalhou. Ele participa como membro eleito, representante dos servidores técnico-administrativos no Conselho Superior, o órgão máximo do IFG, de caráter consultivo e deliberativo. O servidor relata que suas opiniões sempre são solicitadas e que se sente valorizado quando contribui:

Ah, tem uma coisa que você perguntou se eu sou ouvido, se as minhas opiniões... Parece que tem aqui...Eu acredito que sim. Até porque várias coisas que a gente sugeriu enquanto servidor foram feitas com dedicação. Coisas básicas mesmo, a das carteiras de estudante que a gente tinha que sair de todas as salas para pegar assinatura dos estudantes na carteirinha. Então, era uma coisa que não tinha lógica. Já que o diretor não assinava carteira, para quê assinatura do aluno? Aí eu falei: Vamos substituir essa assinatura por um documento oficial do estudante. Hoje tem o número do RG, foi uma mudança que a gente criou. Na central de desenho, tinha as régua, às vezes o pessoal amarrava os negócios lá e dava nó... Estragava o negócio da régua, aí eu e o seu João criamos uma pecinha lá que você regulava o tamanho da corda.

PI: Ah, eu já usei (Risos)

DO: Você já usou? Pois é, aquilo lá foi também, foi feito na época que eu trabalhava na central de desenhos. (Informação verbal)¹⁰ (FREDERICO, 2016)

A atuação ativa e propositiva dos servidores, no cenário institucional, demonstra que são sujeitos inseridos na Instituição para além de seu ofício ou função. Esse tipo de participação demonstra compromisso com a qualidade do serviço prestado pela Instituição.

E sempre que o pessoal vai sair candidato eles chegam, conversam com a gente, pedem opinião, pedem apoio. Hoje eu estou no Conselho Superior. Dentro do Conselho Superior, a gente é ouvido, é respeitado, como um membro. Até porque a gente não está falando ali somente em nome da gente, mas em nome dos servidores administrativos, mas não restrinjo a defender só o técnico administrativo. Eu defendo o que for de positivo para os estudantes, o que for de positivo para os professores eu defendo. (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

O Conselho Superior, segundo o PDI 2012-2016, é o órgão máximo do Instituto Federal de Goiás, de caráter consultivo e deliberativo. É composto pelo Reitor, como presidente, e por

¹⁰ Informação fornecida pelo entrevistado Frederico servidor do Instituto Federal de Goiás campus Senador Canedo, Jataí, maio 2016

representantes dos docentes, dos discentes, dos técnicos administrativos, dos egressos, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do IFG.

Então votei algumas matérias lá que estavam favorecendo aos estudantes, outros que favoreciam aos docentes, e também os administrativos, que é obrigação nossa e foi por isso que a gente foi eleito, para ser o representante deles. então, nesse ponto eu penso que é... sou ouvido e penso eu que sou respeitado. que a gente vê, a hora que a gente chega lá, os pró-reitores, os reitores vêm cumprimentar, perguntar alguma coisa, questionar, pedir alguma opinião e isso, eu acredito que é uma coisa que eles acreditam que a gente pode contribuir com alguma coisa. não é uma obrigação, mas eles ouvindo a gente, vendo algumas questões dessas aí, é uma forma de valorizar o trabalho da gente. e a gente saber que a gente foi útil. que está chegando o tempo da gente de instituição, mas que a gente deixou esse legado aí, que deixou esse trabalho. (Informação verbal) (Frederico, 2016)

Acerca da participação nas decisões institucionais, os participantes contam que são utilizadas algumas estratégias de negociação e persuasão para terem atendidas suas necessidades dentro da Instituição. A servidora Helena afirma que muitas decisões são tomadas em “brigas” políticas, e que “quem tem o poder do convencimento que fala mais alto, acaba ganhando” (Informação verbal)¹¹ (HELENA, 2016), seja para determinar as atividades do trabalho, a elaboração de editais ou conseguir a contratação de mais servidores para trabalharem no setor.

Frederico também menciona essas negociações estratégicas, usadas tanto pelos servidores como pela gestão, para convencerem uns aos outros em uma “briga” política, dentro das normas que gerem o funcionamento da instituição, segundo Frederico “não querendo burlar a legislação, mas favorecer a democracia dentro da instituição e essa luta pela democracia continuou até hoje” (Informação verbal) (FREDERICO, 2016).

Outra maneira de valorização dos servidores vem em forma de trabalho. Por vezes, os servidores participantes desta pesquisa foram convidados a assumirem cargos de chefia e chamados para realizarem tarefas que exigem confiança da instituição em suas capacidades, em alguns casos, a despeito dos cargos para os quais foram contratados.

A servidora Alexandra, Coordenadora da Biblioteca do câmpus Jataí, e também integrante da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI), fala sobre como percebeu essa forma de reconhecimento:

¹¹ Informação fornecida pela entrevistada Helena servidora do Instituto Federal de Goiás câmpus Goiânia, Goiânia, maio 2016

Eu considero que eu sempre fui valorizada aqui. Fui convidada para vir para cá, por conta dos meus méritos, já me conheciam. Até hoje eu estou no cargo por conta disso mesmo, porque já teve outros bibliotecários aqui, mas não pegaram a coordenação, eu continuei na coordenação. Que o nosso cargo [Função Gratificada] ele é indicado, aqui a Coordenação da Biblioteca não tem eleição ainda. É indicado pelo diretor Geral e eu continuo na coordenação. Então eu considero que eu sou bem valorizada, e até para os meus colegas... Outros colegas, ai depois agora vários câmpus, eu sou um exemplo por ser a mais velha de câmpus e a mais velha de tempo de biblioteca. (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

Entre os servidores participantes da pesquisa, o caso mais evidente de investimento em tarefas de muita confiança da Instituição em suas capacidades, a despeito do cargo que ocupa, é o do Fernando. Contratado a princípio para o cargo de vigilante, o servidor já participou de comissões de processo administrativo, comissão de auto avaliação institucional, comissão de sindicância, já foi solicitado para traduzir ofícios internacionais e para rever os textos dos projetos de implantação dos novos Câmpus. A gestão institucional agradece o empenho do servidor lhe oferecendo novos convites para tarefas que exigem as habilidades e o compromisso ele possui.

Em primeiro lugar, é preciso que as pessoas que trabalhem nessas comissões sejam pessoas que produzem, que tenha certa facilidade em produzir escrito, falado. Então, eles têm me convidado, eu tenho aceitado, mas assim. Mas eu acho que não é muito valorizado o serviço não (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

Acontece que a valorização apenas simbólica do trabalho, evidentemente, não é suficiente. O servidor reflete sobre a necessidade de valorização desse trabalho formalmente, através de uma reformulação da carreira que traga realmente ganhos materiais para os servidores que contribuem com a instituição executando trabalhos de cargos de nível superior e recebendo como nível médio:

Uma coisa que eu tenho a queixar do... Não é desse instituto aqui, é da Rede Federal mesmo, inclusive dos Institutos e das Universidades, é a falta de um plano de carreira que te ajude mais, por exemplo, em 2005 foi criado um plano de carreira através da lei 11.091, mas foi um plano de carreira meio fajuto, meio travado. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Com o termo travado, Fernando se refere à impossibilidade de mudar de cargo, apesar de avançar nos estudos. O Plano de Carreira de 2005 não prevê promoções por merecimento que permitam ao servidor subir de nível na carreira, mesmo que se qualifique e tenha o merecimento reconhecido pela Instituição.

Para você ver, em [19]85 houve um enquadramento e as pessoas que, por exemplo, trabalhavam em profissões mais humildes, mas que estudaram, elas foram bem enquadradas. Eu não estava no serviço público em 85, entrei em 88, mas as pessoas que estavam, por exemplo, trabalhavam... Vamos supor... Sem querer desmerecer ninguém... Todo mundo é digno, mas vamos supor alguém que ocupava o cargo de motorista, que tinha o curso, que fez um curso superior de Geografia, por exemplo, Administração, ele foi enquadrado e passou a ser um profissional de Geografia, de Administração e receber por isso. Aí o que aconteceu? Aí em 2005 veio um plano de carreira que prende você. Eu, por exemplo é... Já cheguei no nível de mestrado e mesmo se eu fizer doutorado melhora um “pouquinho” meu salário mas eu não mudo o meu nível sabe. E a lei 8.112 ela prevê algumas possibilidades de mudança, mas que está parado lá na lei 8.112. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Segundo o parágrafo II do Art. 8º da Lei 8112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, uma das formas de provimento de cargo público é a Promoção. Segundo o Art. 9º da referida Lei, os requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

Então fala-se que foram proibidas as ascensões funcionais, que eram as mudanças de cargo, ou então outras pessoas chamavam de concurso interno, que não tem mais. Então o que que acontece, nós estamos aí com plano de carreira que existe, mas que não te permite crescer. Então você estuda, cresce, chega lá em cima, mas não pode mudar de cargo. E há uma discussão por aí que está acontecendo nos sindicatos de outras carreiras, outras categorias na própria Advocacia Geral da União, as pessoas já mudaram de cargo. Mesmo depois da constituição de 88. Porque a alegação é que depois da constituição de 88 não é mais possível você mudar de cargo sem fazer concurso, concurso externo, concursos públicos. E não é verdade, porque algumas categorias do serviço público já mudaram e estão mudando de cargos sem fazer concurso público. Na advocacia geral da União já aconteceu. Aqui na escola no instituto, na época do CEFET, na época de Escola Técnica, já depois da constituição de 88, algumas pessoas mudaram de cargos. Então eu não estou querendo que seja uma coisa assim totalmente de graça, mas que como em qualquer empresa acho que deveria ter uma maneira de você é... Crescer dentro da instituição por tempo de serviço, por dedicação e por estudo também, sabe. Então assim, eu, por exemplo, venho me dedicando há muitos anos, desde 88, igual eu falei para você, eu nem participo de greve mais, até mesmo no sentido de querer trabalhar, mesmo, estudei, fiz mestrado e tal, e não cresci muito na carreira. Porque o plano de carreira não permite você crescer. Então assim não é uma coisa só do Instituto nosso, todos os Institutos e todas as Universidades. Então isso é uma coisa que precisaria melhorar. E eles precisariam interpretar algumas possibilidades que estão presentes lá na lei 8.112 e que ninguém presta atenção. (...) Sempre que a escola precisou de mim aqui, em trabalhos que a gente acha que são bastante intelectuais, como os processos administrativos disciplinares, comissões de sindicância e também nas avaliações institucionais, como também, na comunicação social... sempre eles me colocaram nesses trabalhos

devido ao meu estudo. Então, nada mais justo do que reconhecer. Eu dar a minha parte e eles darem a parte deles também, sabe. Inclusive, quando a escola tem até hoje alguns convênios com os Estados Unidos e com a Alemanha, por exemplo, várias vezes é... Diretor geral... É.. Diretor de Departamento, outros profissionais da escola precisaram de mim para fazer traduções de ofícios, de artigos e de outros tipos de textos em inglês para mandar para a Alemanha, para os Estados Unidos e eu nunca neguei, sempre fiz. Então, assim, o Instituto usa o saber da gente, mas é meio difícil crescer na instituição porque a princípio a lei não permite. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

A fim de reconhecer e valorizar financeiramente o conhecimento e o serviço prestado à instituição seria necessário que estivesse previsto, no plano de carreira, o reconhecimento formal dos saberes e competências dos servidores técnico administrativos. Esse reconhecimento já está em prática para os docentes dos IFs, através da lei nº 12772/12, que estruturou o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. O Plano de carreiras prevê que, nos Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o professor possa ter seus vencimentos acrescidos de uma Retribuição por Titulação (RT), com base na titulação comprovada pelo docente, mediante requisitos que comprovem seus saberes e competências. Através do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) os docentes graduados podem receber RT de especialista, os docentes especialistas podem receber RT de mestres e os docentes com mestrado podem receber RT de doutores no salário. Desde a publicação da lei que concede o RSC para os docentes, surgiu uma esperança para os TAES de que os serviços prestados que exigem saberes e competências acima do nível para que os servidores são contratados possam ser valorizados financeiramente dessa forma. Segundo Frederico, o RSC é a próxima luta para igualar aos docentes.

Seria um trabalho para o MEC ver essa possibilidade. Eu tenho lido alguns artigos aí, alguns textos na internet de alguns sindicatos que falam que, textos muito esclarecedores que mostram que tem como sim, basta ter interesse, quando há interesse lá do governo Federal, sempre passando pelo MEC, quando é uma categoria que eles têm interesse, eles conseguem é... Enquadrar... Vamos dizer assim... Essas pessoas em outros cargos, aproveitando o nível de ensino deles. Agora quando não tem interesse, e como o grupo nosso é imenso de servidores, são muitos servidores. Mais de um milhão de servidores, parece que eles não têm muito interesse com isso não. Mas dentro da lei 8.112, se não me engano nas promoções, teria como fazer algumas... Algumas mudanças de cargos, logicamente que observando o merecimento, o estudo de cada um. E o que a pessoa tem proporcionado para a instituição. Igual eu falei no começo, eu nunca neguei de qualquer serviço que já me pediram para fazer aqui, às vezes até perigoso, que é trabalhar em processo, por exemplo, administrativo disciplinar que dá demissão de servidores, isso é perigoso. Eu já trabalhei em processo administrativo disciplinar que deu demissão do servidor. Então isso chega a ser perigoso para a gente. Mas eu nunca deixei de fazer esse tipo de

trabalho. Então a instituição. Talvez a União das instituições, porque talvez se um Instituto só quisesse, ele não conseguiria, mas se os Institutos e Universidades quisessem e fizessem uma articulação nesse sentido, melhoraria para todo mundo. Então, precisaria um plano de carreira que possibilitasse você através do estudo, seu merecimento, seu trabalho, você crescer um pouco mais. Essa é a falha que tem no Instituto, nos Institutos, nas Universidades. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Enquanto não se efetiva a possibilidade de promoções para níveis diferentes da carreira, o concurso público continua sendo a única possibilidade que os trabalhadores têm de equipararem os cargos de carreira às formações acadêmicas. Imersos nas contradições e reordenamentos internos da instituição, os servidores afirmam o pertencimento e identidades profissionais, atuando à revelia da legislação e contribuindo com o projeto institucional de múltiplas formas. A qualificação se coloca como o divisor entre o cargo de ingresso e as funções desempenhadas ao longo da carreira.

1.2.5 Greves – Sindicato

Se nos assuntos internos da instituição é possível negociar e persuadir em busca de mais qualidade no trabalho e buscar soluções democráticas, nas questões que se referem às negociações trabalhistas e valorização da carreira TAE, a negociação é mais complexa. As buscas de acordos com o Governo Federal e a indisponibilidade do governo em negociar com a categoria têm terminado, constantemente, em paralizações e greves.

O direito à greve está garantido a partir da Constituição Federal de 1988:

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

No entanto, esse é o último recurso de negociação. Frederico se refere à greve como uma alternativa excepcional: “a greve, ela é uma coisa extrema, muito estressante, muito ruim para todos, mas é a ferramenta que é dada pela lei. Se ninguém não tirar, não conseguir tirar a gente continua tendo esse direito” (Informação verbal) (FREDERICO, 2016).

De 1999 a 2014, os servidores TAEs participaram de diversas paralizações e de greves, mobilizadas nacionalmente, em 2004, 2005, 2006, 2007, 2011, 2012, 2014 e 2015, segundo histórico do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e

Tecnológica (SINASEFE) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

As greves são frequentes, pois os seus efeitos não afetam o governo diretamente. Enquanto o governo se nega a negociar com os servidores, é a comunidade que sente os impactos negativos. Não é fácil a tarefa de mobilizar a comunidade pelas causas levantadas pelos trabalhadores e conseguir o seu apoio. No entanto, nem sempre foi assim. Frederico conta sobre como eram as greves antes da Constituição de 1988:

Olha, na época de escola técnica, que os servidores públicos eram proibidos de fazer greve pela lei, na época da ditadura, principalmente, que eu tenho um pouco de conhecimento da história e também dos meus irmãos que estudavam lá, eram os alunos que faziam a movimentação pelas mudanças. Já que os professores não podiam. Então eles viam aquela coisa que ia prejudicar e chegaram a derrubar diretor lá na movimentação de estudante. (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

As mobilizações políticas dos estudantes da Escola Técnica tornaram a instituição conhecida como uma escola que, além de formar bons técnicos, também contribuía para a formação política desses profissionais. Os interesses de discentes e servidores convergem quando se observa que as greves não acontecem apenas em defesa dos direitos dos trabalhadores, mas de toda a comunidade, uma vez que se reivindicam melhores condições de trabalho e a qualidade da educação pública.

Frederico, que participa dos movimentos, comenta:

A política nossa não é política partidária. A política nossa, é política de educação, política estudantil. Defender a educação pública, gratuita e de boa qualidade. Isso é o que eu acredito e é claro que a partir do momento que você luta por melhorias nas condições de trabalho dos servidores, dos trabalhadores de forma geral, você está melhorando a qualidade do ensino. Fazer o quê, né, a gente luta pelo que a gente acredita e não porque a gente vai ser exaltado, mas também quando a gente for sofrer essas pressões a gente tem que aguentar também (Informação verbal) (FREDERICO, 2016).

Durante as greves, não se consegue o apoio de toda a comunidade de alunos, de pais e nem mesmo de todos os colegas servidores. Os TAES que decidem pela greve lidam com hostilidade inclusive entre alguns colegas professores. Principalmente quando os movimentos foram deflagrados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA), sindicato que representa apenas os técnicos administrativos, não contando com a adesão dos docentes, como aconteceu em 2013. Essa greve durou 131 dias e foi, segundo boletim da FASUBRA, a greve mais longa da história da categoria

TAE. As aulas não foram interrompidas, mas o trabalho dos professores foi muito afetado, pois, sem os técnicos, foi paralisado o atendimento em setores fundamentais para a realização das aulas, como biblioteca, departamentos de áreas acadêmicas, coordenações de apoio e laboratórios, entre outros setores administrativos.

Sobre necessidade de fazer greve, Alexandra afirma:

Até hoje, como funcionária pública, que já estou há 26 anos, a gente não teve nem uma conquista que não foi pela greve. A gente considera isso, não teve nem uma conquista que a gente conseguiu se não foi na greve. Nesses momentos de greve, pós-greva também, aqueles grupos de trabalho, muitas coisas foram devido à greve que a gente conseguiu. Inclusive o plano de carreira foi devido à greve. (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

As ocasiões de greve acabam sendo momentos de identificação entre os servidores que, através das reuniões dos sindicatos, se fortalecem como categoria, entre seus pares, por tomarem conhecimento das negociações nacionais e poderem participar das decisões enquanto base ou como membros do comando de greve. Alguns servidores se envolvem mais e chegam a participar das diretorias dos sindicatos, vários participam apenas nas reuniões e paralisações e outros, por receio ou convicção política, não participam desses movimentos.

Frederico conta que sempre participou dos movimentos de greve e do sindicato:

Eu comecei assistindo. Filiei logo quando foi criado, já me filiei ao sindicato e participei como base. Viajava com o pessoal, fui aprendendo, conversava com o *****, com a *****, até que eles me chamaram para fazer parte da diretoria. Eu fiquei durante, acho que, uns quinze anos na diretoria. Fui do conselho fiscal, fui tesoureiro e depois fui coordenador. E quando a gente estava lá, a gente tinha transformado o sindicato que era presidencialista, onde é focado só em uma pessoa, para diretoria colegiada, onde a decisão era feita em colegiado e tinha três servidores: um técnico administrativo, um docente e um aposentado que seriam a direção executiva. O pessoal que entrou aí voltou atrás, mudou e, pôs presidencialista de novo, que é uma coisa que fica muito centrado a decisão de uma só pessoa. (Informação verbal) (FREDERICO, 2016).

Durante as greves, nem todos os trabalhadores participam. Os trabalhadores dos serviços terceirizados são excluídos desses movimentos. Alguns servidores efetivos ficam de fora por opção e não aderem à movimentação, outros, porque trabalham em setores que cumprem os chamados “serviços essenciais”, que não param.

Fernando conta que não participa das greves, mas procura participar das reuniões do sindicato:

É já ouvi... Já fui a algumas assembleias e participei às vezes. Não falando, mas ouvindo e votando. Mas depois, entrar na greve mesmo eu nunca entrei não. Às vezes.. pode... não lembro direito, posso ter tirado um dia ou outro no meio da greve, mas assim, entrar na greve do início ao fim nunca entrei não. (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

Observa-se, entre os dois participantes que trabalham em desvio de função, um posicionamento bem divergente em relação à greve. Por essa divergência, não é possível afirmar que a condição de servidor em desvio de função seria um fator inibidor ou incentivador da participação na greve. Enquanto Fernando opta por não participar, Frederico, que inclusive ocupa uma função de confiança, é tão atuante nos movimentos que pode ser considerado uma liderança entre os servidores.

Fernando defende sua opção por não participar das greves, por receio de retaliações como, por exemplo, o corte de ponto:

Eu sempre fui filiado no sindicato onde eu estou. Aqui, em Minas Gerais, eu sempre me filiei. Mas eu nunca gosto... Eu nunca participei de greve... Assim, Porque eu trabalho e minha mulher também é funcionária pública, então eu sempre fiz um acordo com ela. Com medo de o governo cortar o salário de ambos, então sempre combinei com ela assim: ela faz greve e eu não faço greve. Apesar de que eu acho justa a luta das pessoas, a luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho, mas eu sempre quis trabalhar e deixar que ela participasse da greve, então pelo menos a metade do salário garantido. Eu praticamente nunca participei de greve não (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

O receio de Fernando se refere mais diretamente às represálias do governo do que às reações internas da gestão institucional. Considerando que a gestão da Instituição se compõe de servidores em situação de passagem pela gestão, que não é permanente, uma vez que o Reitor é eleito pela comunidade a cada quatro anos; o interesse da gestão não deve se afastar tanto do interesse dos próprios servidores. Além disso, os servidores sabem que é do interesse da Instituição que eles permaneçam em desvio de função e que, portanto, não sofrem ameaças de voltarem às funções originais.

Helena comenta que o setor onde trabalha não para durante as greves, pois como se trata da Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares, onde se concentram as documentações dos estudantes, essa coordenação é considerada um serviço essencial, que não pode deixar de atender.

Alexandra, que trabalha na biblioteca, um setor estratégico para as paralisações, conta que participa das reuniões com o sindicato e que a biblioteca sempre fecha durante as greves.

Os alunos são avisados com antecedência, para que possam retirar os livros que necessitarem e, ao final da greve, têm um prazo para devolução sem multa:

Nós temos sindicato aqui, né. A gente tem um apoio aqui. Então a gente tem até um sindicato aqui dentro do instituto. Toda vez que tem greve, é chamado para as reuniões. E a gente participa. A biblioteca sempre participa dos movimentos da greve. Quando a maioria da gente decide sim. Quando o comando de greve decide que setores podem atender e quais são fechados, a biblioteca sempre está fechada e os servidores passam pro comando de greve (...) Impacta bastante... Ai a gente fecha. A gente avisa os alunos com antecedência, aquele período que a gente tem de 72 horas e quando retoma também os alunos não são prejudicados, com questão a quem estava com livro, quem tinha que devolver, quem paga multa, essas coisas, a gente avisa eles também. (Informação verbal) (HELENA, 2016)

O câmpus Jataí, como uma das duas unidades mais antigas da Instituição, conta com uma sessão sindical ligada ao Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), que até alguns anos era a única representação sindical dos servidores, tanto técnicos administrativos, como docentes. Alexandra falou sobre mudanças no sindicato quando perguntei se teve alguma mudança nos movimentos de greve:

Teve... Teve... Hoje, inclusive agora nessa última greve eu participei do comando de greve. A gente, assim, nosso sindicato aqui é o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), diferente dos outros câmpus, que já estão com Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA). E aqui a gente já tinha o SINASEFE e continua com o SINASEFE. Esse ano, do ano passado para cá, 2014, 2015 e 2016 o SINASEFE está passando por algumas mudanças, algumas dificuldades, como todos, mas, no geral, o SINASEFE nacional teve muitas mudanças. (Informação verbal) (HELENA, 2016)

No ano de 1999, o sindicato que representava os trabalhadores da instituição, tanto administrativos como docentes, era o Sindicato dos Trabalhadores em Instituições Tecnológicas (SINTEF), vinculado nacionalmente ao SINASEFE. No entanto, a partir de 2012 os servidores administrativos recém-admitidos na instituição, que não eram filiados ao SINTEF, foram convidados a se filiarem ao SINT-IFES, vinculados nacionalmente à FASUBRA, representante apenas dos servidores administrativos, e não dos docentes.

Os servidores participantes desta pesquisa são filiados ao SINASEFE, nenhum dos quatro é filiado ao SINT-IFES. Eu, no entanto, sou filiada ao SINT-IFES, assim como vários dos meus colegas, pois possuímos menos tempo na instituição e trabalhamos em câmpus novos, onde o SINASEFE não alcançou. O SINT-IFES mobilizou os servidores técnico administrativos

para as movimentações nacionais e acabou ganhando a adesão de muitos servidores técnico-administrativos.

Mas a adesão dos servidores administrativos a um sindicato próprio da categoria, separado do sindicato dos professores, não aconteceu apenas por conveniência, mas por uma convicção de que as duas categorias têm em comum a defesa pela educação pública, gratuita e de qualidade, mas divergem em várias questões por se tratarem de carreiras diferentes. A luta por uma carreira única dos trabalhadores (as) em Educação, que significaria a unificação das carreiras de técnicos administrativos e docentes, é uma das bandeiras de luta do SINASEFE. Frederico fala sobre essa reivindicação, e defende que a carreira de docente seja igual à de servidor técnico-administrativo nível E, como os demais servidores de nível superior:

A luta mesmo seria a carreira única de professores e administrativos. Todos. Você chega ali na classe E estariam os professores, porque não tem professor sem graduação. E quem fosse da classe E também estaria na mesma carreira dos professores. E ele poderia ascender o mestrado, doutorado igual o professor, seria o ideal. E com isso, faria o que seria uma luta única, porque quando você fosse lutar pelo... Fosse uma questão salarial, porque tem as outras questões também da instituição, como já tinha falado ai que teve outras lutas inclusive para barrar a privatização. Mas na questão salarial a luta ficaria unificada. (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

Certamente, os movimentos que se dividem, enfraquecem. O ideal seria que a luta pela qualidade da instituição e pela valorização dos trabalhadores fosse única, para administrativos, docentes e para a comunidade. Porém, essa unificação ainda parece estar distante. O adversário contra quem se luta é abstrato, mas muito organizado.

1.2.6 O técnico educador

A valorização do profissional técnico administrativo em educação é perpassada por outra particularidade que significa a visibilidade de seu trabalho como profissional da educação. Os participantes desta pesquisa foram questionados se se consideram técnicos administrativos educadores. As respostas de três participantes foram afirmativas.

Helena, como Coordenadora de Registros Acadêmicos e escolares, afirma que trabalha entre os alunos, pois acompanha o início, o meio, o fim e o pós da vida acadêmica ou escolar dos alunos, todas as fases na instituição: da matrícula à emissão dos diplomas e ainda a disponibilização de documentos de egressos. Ela afirma que gosta muito desse contato. A

servidora conta sobre o período em que trabalhou como Coordenadora Pedagógica, em contato direto com os alunos. Recordo-me dessa época, em que a presença da servidora era constante em nossa rotina diária, muito mais presente e participante do processo educativo que muitos professores com quem tínhamos poucas aulas por semana. A presença da Helena no pátio, seus olhares e conselhos eram diários:

Os meninos ficavam meio bravos comigo. A gente pegava muito no pé, não queriam nem ver Coordenação Pedagógica. Todo lugar em que vai a Coordenação Pedagógica ninguém quer saber. Olha, o coordenador está chamando você para conversar, “nossa senhora” era o “bedel”. (...) Minha irmã uma vez falou: Helena “do céu”, seu nome foi tocado no salão de beleza, lá o povo falando. (Risos). Eu falei, gente. Então é desse jeito, era amada e odiada, mas era a minha função (Informação verbal) (HELENA, 2016).

A bibliotecária Alexandra também afirma que se considera uma técnica administrativa educadora, pois não só orienta diretamente os alunos, como também avalia os conteúdos dos cursos para providenciar aquisições de livros:

[Se considera educadora] Considero. Considero... Inclusive essa nossa profissão, como bibliotecária, a gente avalia muito o conteúdo que o aluno estuda. Para fazer essas aquisições a gente se junta com os professores, quando o professor pede. A gente sempre está dando assessoria para eles, nesses trabalhos TCC deles, então eu considero que a gente é educadora. (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016)

A servidora também fala sobre o papel de educador do técnico que está presente no dia a dia dos estudantes, orientando sobre conteúdos importantes que não estão no currículo:

Até mesmo ali na entrada quando eles vão entrar ali na biblioteca quando você dá uma informação como deve se comportar dentro da biblioteca eu acho que eu já estou educando (...)Até mesmo uma busca, eles fazem pesquisa para o trabalho deles, quando você faz uma referência junto com eles, você está ajudando eles. Eu considero isso é educação (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

Frederico, além de concordar que se considera um educador, conta que trabalhava na educação, em uma escola estadual, antes de se tornar TAE na Escola Técnica e que já convivia com os estudantes, procurava conversar com eles e saber de suas dificuldades. Ele frequentemente aconselha e orienta os estudantes que estão fora da sala de aula. Seu jeito de falar é calmo e preocupado em ensinar, sem ser autoritário. Ele não manda entrar para a aula, simplesmente, mas explica o porquê, conversa para que os alunos percebam a necessidade de

estudarem. Ele afirma que há quem diga que esse não é seu trabalho, mas ele se considera educador:

E eu acho que se de dez que eu falar eu conseguir um, já valeu a pena, porque poderia não ser nem um, né. Por falta de uma orientação, não por a pessoa não querer. Não é abrir a cabeça, porque ninguém faz a cabeça de ninguém, mas a partir do momento que você pede a pessoa para pensar, para fazer uma reflexão das atitudes dela, do que ela está fazendo, do que ela pode fazer ela começa a, é... Ela que sabe (Informação verbal) (FREDERICO, 2016).

Dos quatro participantes, Fernando é quem menos tem contato com os estudantes. Ele, que hoje atua no Setor de Recursos Humanos, tem se dedicado durante sua vida profissional a atividades administrativas na área meio, em contato com servidores e papéis. O ambiente de trabalho direto do servidor é mais administrativo que escolar ou acadêmico. Talvez seja por isso que o servidor afirma que não se considera tanto um educador. Em um determinado momento da entrevista, o servidor afirma “quem faz a escola são os professores e os alunos”. Segundo Fernando, se ele tivesse oportunidade de trabalhar mais próximo dos alunos poderia ser diferente, mas nas atividades que desenvolve trabalha mais em administração do que com educação:

Eu gostaria de atuar melhor, de ter mais contato com eles, mas o próprio ramo que a gente trabalha não dá muito contato. Então por isso que não posso nem muito dizer assim que eu sou educador, porque não tenho muito contato com eles, mas se tivesse com certeza faria um trabalho melhor. (...) talvez se eu trabalhasse em um dos quatro departamentos [de áreas acadêmicas] eu tivesse mais condições de interagir com os alunos, de fazer um trabalho mais de educador mesmo, mas por enquanto ainda não deu, sabe (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

Observa-se, pelos relatos dos técnicos que se consideram educadores, seu envolvimento com a educação, desde a Escola Técnica, como partes ativas de uma instituição de educação. Os servidores que trabalham em contato direto com os estudantes participam naturalmente de sua formação na instituição, seja ao orientar, ensinar, aconselhar, repreender ou pela natureza de seus relacionamentos de trabalho com os estudantes e com os professores. Por experiência própria também posso dizer que são educadores que ensinam por palavras e pelo exemplo. Identificam-se enquanto técnicos educadores pela presença, acompanhamento e mediação.

1.3 Considerações parciais sobre o capítulo

Ser técnico administrativo na instituição que foi Escola Técnica e CEFET e hoje é IFG, significou ter como identidade a própria Instituição. Nos relatos dos servidores, trabalhador e Instituição se confundem, de forma que, quando falavam em primeira pessoa, eu tinha que me atentar para entender se falavam de si mesmos ou da escola, como eles gostam de chamar.

São trabalhadores educadores, que gostam de trabalhar na escola, e por isso mesmo lutam para serem valorizados profissionalmente. Em contexto interno, buscam através de estratégias, do diálogo, da atuação política e da persuasão assegurar suas participações democráticas na Instituição. Em contexto nacional, em relação ao governo federal, são constantes as batalhas políticas, com mediação dos sindicatos, por valorização da categoria de técnicos administrativos em educação. Quase sempre suas reivindicações são ignoradas pelo governo e as negociações apenas se iniciam a partir de greves. Dessa forma, os servidores têm conseguido alguns avanços, como a criação de um Plano de Carreira da Categoria dos Técnicos Administrativos em Educação, mas ainda relatam muitas melhorias necessárias para sentirem que suas carreiras são valorizadas.

Nesse período, os servidores têm visto postos de trabalho que antes ocupavam serem preenchidos por trabalhadores contratados por empresas prestadoras de serviço terceirizado. A terceirização de serviços significou uma economia financeira para a Instituição e para o governo, não apenas com a redução de custos dos serviços contratados, mas também através do desvio de funções dos servidores auxiliares que, com seus postos preenchidos pela terceirização, acabam por assumir tarefas próprias de outros cargos, inclusive de nível superior, mais complexas e que, por isso, deveriam ser mais caras. Dessa forma, a Instituição consegue servidores qualificados por um preço menor. Assim, conta-se com um quadro mais qualificado do que o que foi contratado. Esse aparente benefício para a Instituição lhe traz uma vulnerabilidade. Institucionalmente fica dependente da “boa vontade” dos servidores que aceitam atribuições que não lhes competem e por isso não são obrigatórias nem remuneradas. Resta-nos questionar: o que seria dessa Instituição se todos os servidores administrativos cumprissem somente as tarefas para as quais foram contratados? Ou ainda, o aconteceria se ninguém buscasse pela qualificação durante a carreira e o tempo de atuação profissional?

CAPÍTULO II

A AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OFERECIDA NA INSTITUIÇÃO PELOS PROFISSIONAIS QUE NELA ATUAM

A inauguração do ensino profissionalizante no Estado de Goiás não soava promissora em 1910, quando foi criada a Escola de Aprendizes Artífices, na capital do Estado. A Instituição que mais tarde se tornou Escola Técnica Federal de Goiás, CEFET e hoje IFG, instalou-se por ordem do então presidente da república Nilo Peçanha, contrariando o julgamento de que Goiás, naquele tempo, considerava-se “o Estado mais atrasado em matéria de indústria” (FONSECA, 1986).

Além da desfavorável situação de atraso em que se encontrava o ambiente industrial goiano, havia fracassado a tentativa de criação de uma escola de educação profissional há menos de cinquenta anos. Segundo Otranto e Pamplona (2011), nas últimas décadas do império foram inauguradas escolas profissionais nas capitais de várias províncias. Todas elas dotadas de um caráter assistencialista, destinadas a menores abandonados e em estado de mendicância. No entanto, elas não chegavam a ser prioridade nem para o governo, nem para a iniciativa privada e, portanto, subsistiam passando por muitas dificuldades. Nesse movimento, segundo Fonseca (1986), em 1861, ainda durante o Império, o Governo imperial havia autorizado, por meio da Lei nº 339, de 31 de julho de 1861, a criação de um estabelecimento de educandos artífices em Goiás. Para tanto, a Província deveria contratar os mestres e expedir seus regulamentos. Os regulamentos, de fato, chegaram a ser expedidos, no entanto, dada a adversa situação econômica da província em que, segundo relato de seu então Presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira, a lavoura definhava e não havia nenhuma fábrica que merecesse ser mencionada, o estabelecimento nunca chegou a ser inaugurado. Em Goiás, nesta ocasião, 86% da população não sabiam ler nem escrever. O Estado era habitado por aproximadamente 160.000 pessoas das quais, segundo o censo de 1872, 137.732 eram analfabetas. Ainda assim, não foi feito esse esforço pela instrução do povo.

Contrariando as perspectivas, a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás foi inaugurada em 1º de janeiro de 1910. Embora a situação fabril do Estado não contribuísse para o cumprimento da ordem presidencial, espantosamente, foi no Estado de Goiás que se instituiu, pelo Governo Federal, uma das três primeiras escolas profissionais na República. A Instituição

foi aberta com oficinas de Ferraria, Sapataria, Marcenaria, Alfaiataria e Funilaria, atendendo inicialmente aos 79 alunos que se inscreveram, sem prova de seleção (FONSECA, 1986).

Segundo Otranto e Pamplona (2011), as mudanças no cenário econômico brasileiro, com a abolição da escravatura e a expansão da cafeicultura, determinaram uma mudança significativa na educação profissional no Brasil. Essa rede recém-formada passou a atender aos setores populares urbanos, e a preparar os futuros trabalhadores assalariados para o trabalho industrial e manufatureiro. O foco da escola profissionalizante mudou de formação de artífices para formação técnica profissionalizante. Essa mudança refletiu a extinção do aprendizado dos ofícios tradicionais, relacionado à transmissão de conhecimentos artesanais. A formação técnica profissionalizante oferecida nos centros urbanos rompeu com a atividade artesanal e se aliou à produção industrial massificada. A partir de então, a formação profissional, que antes da ruptura representava uma escolha de vida, passou a significar a preparação para o ingresso no mercado de trabalho industrial.

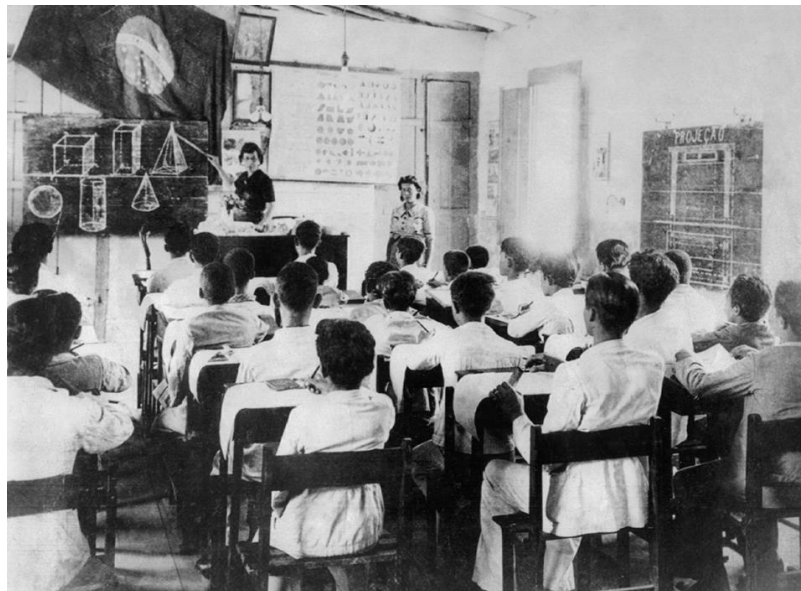
Essa ruptura se explica, segundo Thompson (1998), em consequência da revolução industrial, quando ocorreu uma revolução nas “necessidades” e a destruição da autoridade dos costumes, o que para o autor representou a maior transformação da história. Para Thompson, é essa mudança que distingue o tradicional do moderno. É essa revolução na organização social que impede que as sucessivas gerações se coloquem no papel de aprendizes umas das outras e transforma o papel da escola. Esse movimento pede a formação de força de trabalho especializada, uma vez que a fragmentação dos processos de produção industriais torna desnecessário o conhecimento do todo, e considera dispendiosa a produção artesanal.

Figura 01 - Prédio da Escola de Aprendizes Artífices – Aproximadamente 1920



Fonte: Acervo Institucional¹²

Figura 02 - Salas de Aulas da Escola de Aprendizes Artífices – Aproximadamente 1920



Fonte: Acervo Institucional.

Em um ambiente de atraso industrial e dificuldade financeira, Fonseca (1986) afirma que a Instituição passou por momentos difíceis, com falta de verbas para equipamentos das

¹² A utilização de fotos servirá apenas para ilustrar o argumento.

oficinas, ausência de acomodações apropriadas para as aulas teóricas e de professores tecnicamente capazes. Muitas dificuldades tiveram de ser superadas para que a Instituição mantivesse seu funcionamento em prédio sem manutenção e com aparelhamento obsoleto para as oficinas.

Após três décadas, quando a capital do Estado foi transferida para Goiânia, a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás se mudou para a nova capital e foi reconstituída. A mudança da capital acompanhou um movimento maior de desenvolvimento do capitalismo, que acarretou um processo de urbanização e industrialização, que iniciava a transformação do Brasil de um país tipicamente agrário a uma nação potencialmente industrial. Após a chamada Revolução de 30, durante a ditadura do Estado Novo, sob a influência dos efeitos da Segunda Guerra Mundial e da crise de 1929, o Estado ganhou um ímpeto nacionalista (OLIVEN, 2001). Segundo Saviani, a Revolução de 30 resultou em um “Estado de compromisso”, em que o Estado se colocou, no plano governamental, como agente da hegemonia da burguesia industrial (SAVIANI, 2008). Com maior intensidade, chegavam de fora tendências modernas, e, mesmo que de forma conservadora, o Brasil aderiu a ideais modernistas e buscava alcançar a modernidade tecnológica (OLIVEN, 2001). A fim de acompanhar e assegurar o avanço industrial brasileiro, as escolas técnicas ganharam um novo significado.

Figura 03 - Batismo Cultural da Cidade de Goiânia, realizado no pátio da Escola Técnica de Goiânia em 05/07/1942.



O evento que marcou a mudança da capital para Goiânia contou com a presença do então presidente Getúlio Vargas e do interventor Pedro Ludovico Teixeira.

Fonte: IFG (2016)¹³

¹³ Disponível em: < <http://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article/1-news/88063meoriabatismo> >
Acesso em: 06 set. 2016

Figura 04 - Getúlio Vargas visita a Escola Técnica Federal. Década de 1940.



Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som (MIS) - GO

O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, se posicionou em defesa da educação profissional. Muitas das demandas implementadas nas décadas posteriores, estavam contidas nesse manifesto, que apontava demandas para o Brasil crescer e se consolidar no movimento de progresso e desenvolvimento. O Manifesto sugere a criação de uma escola profissionalizante, não apenas no formato já praticado nas escolas de artes e ofícios. Essas sugestões foram recebidas e acatadas pelo governo de Getúlio Vargas. Em 1942, como parte da organização do sistema educacional estabelecida pelas Leis Orgânicas da Educação Nacional, conhecidas como Reforma de Capanema, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.078, de 30 de janeiro de 1942), que organizou o ensino industrial no Brasil, que ainda não possuía uma organização formal reconhecida pelo Ministério da Educação. A oferta de cursos profissionais era bastante diferenciada e confusa. Até então, as escolas de aprendizes artífices mantinham um papel assistencialista oferecendo cursos que ensinavam ofícios junto ao ensino primário a jovens que não trabalhavam, com altos índices de evasão e qualidade bastante precária. Após a Lei, o ensino primário foi desvinculado do ensino de ofícios e passou a ser oferecido nas escolas primárias, o que foi possível em virtude do crescimento da rede de escolas públicas primárias. (CUNHA, 2005).

Antes da organização do ensino industrial, o acesso às universidades estava fechado para estudantes oriundos dos cursos profissionalizantes. Somente era facultada a participação nos

vestibulares a estudantes vindos do Ensino Secundário. Demonstrava-se, durante a consolidação da educação no Brasil, a dicotomia entre a educação propedêutica ao ensino superior, oferecida no Ensino Secundário, e a educação profissionalizante. Nessa lógica, restringiu-se o acesso ao ensino superior para os estudantes oriundos das elites que cursaram o ensino secundário, ao passo que os jovens que cursavam o ensino profissional tinham como objetivo, prioritariamente, a entrada no mercado de trabalho. A dicotomia educacional, dessa forma, acirra a dicotomia social quando define a distância entre os indivíduos destinados ao trabalho intelectual ou ao trabalho manual. Diretamente falando, estabelece-se, a partir da educação recebida, quem está destinado a mandar ou a obedecer, em uma consumada reprodução social.

Essa dicotomia se atenuou muito pouco após a Lei do Ensino Industrial. Como reflexo dos ideais modernistas, que ressoavam no país nesse período, ecoados principalmente pela burguesia, esperava-se dos indivíduos o cumprimento de uma função social, em contribuição com o progresso nacional. Além disso, a educação como meio de divulgação dos ideais modernistas e nacionalistas deveria ser acessível a todos os indivíduos igualmente, diferenciando-se os destinos individuais apenas pelos talentos próprios. No entanto, nesse aspecto a modernidade concentra uma contradição fundamental. Exige-se do indivíduo uma solidariedade orgânica, como defende Durkheim (1977), que contribua para a manutenção da ordem social baseada na especialização de tarefas. A sociedade pretende funcionar, dessa maneira, como uma engrenagem em que cada indivíduo funciona como uma peça perfeitamente ajustada ao todo. Nessa engrenagem, a liberdade e a igualdade encontram seus limites no contrato social. De fato, todos têm direito à educação, mas isso não significa que seja a mesma educação.

Nessa contradição, o risco de que a instrução do povo pudesse acarretar no abandono das funções braçais era uma preocupação real de alguns teóricos. Para outros, seria necessário deixar de lado a igualdade e adaptar a escola à destinação social de cada indivíduo, assim, “[...] havia que se prever estudos diferenciados de acordo com a origem social do estudante, de maneira a permitir que ‘as luzes descessem por degraus’” (BOTTO, 1996, p. 116, grifos do autor). Para a satisfação das necessidades da sociedade, prevê-se também a possibilidade de que nem todos seriam capazes de seguir com os estudos até o final, por capacidade pessoal ou por impossibilidade social. Para resolver esse impasse, é preconizada então inicialmente uma formação geral e o afunilamento de oportunidades nas etapas mais avançadas. Desta feita, “[...] preconiza uma primeira instrução obrigatória, gratuita e universal. As etapas seguintes, no entanto, deveriam ser destinadas particularmente a um número relativamente restrito, em

consonância com as necessidades dos lugares sociais a serem ocupados pelas diferentes profissões” (BOTTO, 1996, p. 116). Destinam-se os jovens, em concordância com essa lógica, ao tipo de educação que se apresenta mais promissor socialmente.

O relato histórico da Instituição no PDI menciona o impedimento que a legislação colocou aos egressos do ensino técnico no acesso ao Ensino Superior:

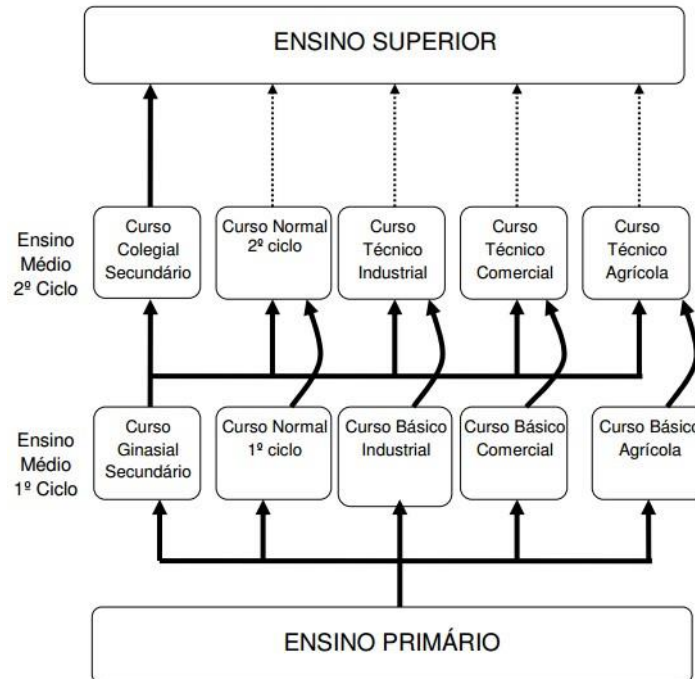
A legislação educacional dos anos 1940 e 1950, atendendo a este objetivo [suprir a necessidade de profissionais técnicos de nível intermediário, demandados pelo setor industrial em expansão], impediu aos egressos do ensino técnico o acesso à universidade, conservando esta como um espaço fundamentalmente ocupado pelas camadas sociais médias e superiores (PDI 2012-2016, p. 5).

De fato, esse impedimento não foi diretamente firmado pela legislação, mas, de certa forma, foi atenuado por ela. Se antes da Lei Orgânica do Ensino Industrial não havia um reconhecimento do ensino profissional, este não poderia se enquadrar no nível de ensino secundário que garantia acesso ao Ensino Superior. Mas, depois da organização da lei, ainda que de forma bastante restrita, foi entreaberta essa possibilidade. Segundo Cunha (2005), “em 1942, com a “lei” orgânica, o ensino técnico industrial foi organizado como um sistema, isto é, passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, articulando-se como os demais cursos” (CUNHA, 2005, p. 38, grifos do autor). O público alvo dos cursos técnicos também mudou, a partir de então se exigiu dos jovens a conclusão do ensino primário, e que passassem por exame vestibular e testes de aptidão para o ingresso nas Escolas Técnicas.

Na estrutura de articulação entre os níveis de ensino, conforme as Leis Orgânicas, preconizou-se em um primeiro degrau o Ensino Primário, aberto para todos os estudantes, diferenciando-se apenas pela oferta pública ou privada e suas particularidades; posteriormente ao primário, o ensino se dividia entre o ramo secundário, propedêutico ao ensino superior que vinha em seguida completando a formação, ou o ensino profissional (normal, industrial, comercial e agrícola), em níveis técnicos diferentes, dividindo-se entre Ensino Médio de 1º ciclo e Ensino Médio de 2º Ciclo, de forma que o 1º ciclo poderia fornecer uma profissionalização completa mais manual e dar acesso ao 2º ciclo, que fornecia uma formação completa técnica mais intelectual e dava acesso aos vestibulares nas universidades, mas apenas para os cursos diretamente relacionados à formação técnica que se seguia. É necessário observar, ainda, que os cursos de 2º ciclo não ofereciam a mesma preparação para o vestibular

que era praticada no ensino secundário. Os níveis de ensino são demonstrados na seguinte figura, apresentada por Cunha (2005):

Figura 05 – Articulação entre os níveis de ensino segundo as “leis orgânicas”, 1942-1946.



Fonte: Cunha (2005, p. 39).

Em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A partir do SENAI, ainda foram criadas outras entidades semelhantes em seus objetivos, inclusive de possibilitar a desorganização das iniciativas dos trabalhadores. Essas entidades formaram um sistema corporativista de representação sindical patronal, o “Sistema S”, que administra uma rede de Educação Profissional paralela à estatal, um sistema de aprendizagem formulado para atender às necessidades empresariais. O “Sistema S” se respalda por um discurso de modernização, como propulsor da modernidade e do progresso, “arrogando para si autoridade profissional e competência técnica para ajudarem a modernizar a sociedade brasileira” (MANFREDI, 2002, p. 181).

Em Goiás, a primeira escola do SENAI foi fundada em Anápolis, em 1951. Segundo Fonseca (1986), Goiás passou a contar com dois centros de ensino industrial: A Escola Técnica de Goiânia e a Escola SENAI de Anápolis. No entanto, o ensino oferecido nas Escolas Técnicas era diferente do ensino oferecido no SENAI. Enquanto as escolas técnicas visavam à formação completa para o exercício de uma profissão, os cursos de aprendizagem oferecidos pelo SENAI

tinham o objetivo de ensinar aos empregados contratados pelos estabelecimentos industriais especificamente o seu ofício, na própria indústria, em horário de trabalho, visando ao exercício naquela função.

Nesse contexto, também em 1942, a nova sede da Escola na capital passou a funcionar, de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, como Escola Técnica de Goiânia, e a contar com uma estrutura modernizada, preparada para receber 400 estudantes (FONSECA, 1986).

Como explica Cunha: “A “lei” orgânica distinguia, com nitidez, as escolas de aprendizagem das escolas industriais¹⁴. Estas eram destinadas aos menores que não trabalhavam, ao passo que as outras, pela própria definição de aprendiz, aos que estavam empregados” (CUNHA, 2005). A lei Orgânica também abria possibilidade para que os cursos de aprendizagem fossem oferecidos nas escolas industriais ou técnicas, através de convênios entre as escolas e as empresas ou “serviços”.

Durante o período de redemocratização que sucedeu à ditadura do Estado Novo, muito pouco se destaca sobre mudanças em relação ao ensino profissional. Exceto pela tentativa de criação de uma escola secundária unificada, que rompesse com a dualidade entre os ramos manual e intelectual, idealizada principalmente por Anísio Teixeira, mas que não obteve respaldo que pudesse garantir sua efetivação. O aparelho burocrático estatal que se formou durante a ditadura permaneceu praticamente inalterado. E o Estado manteve seu papel de protagonista das ações de incentivo ao fortalecimento do desenvolvimento do empresariado industrial (MANFREDI, 2002).

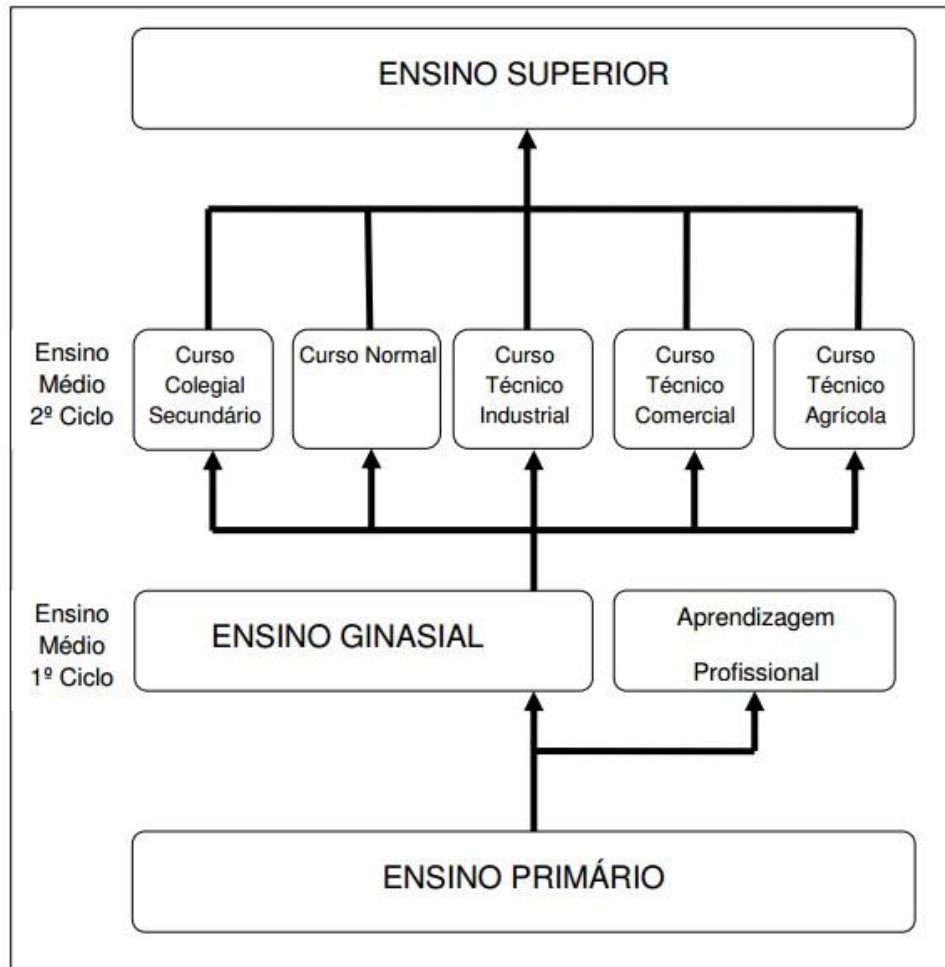
Durante o salto de modernidade dado pelo governo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek foram reformulados mais uma vez os estabelecimentos de ensino industrial. Não foi alterada a organização geral do ensino, mas foi conferida aos mesmos autonomia didática e administrativa, foram transformados em autarquias federais e receberam a denominação de Escolas Técnicas Federais. Através da Lei 3.552/1959, que determinou uma nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, a Escola, como autarquia federal, passou então a ser denominada Escola Técnica Federal de Goiás.

¹⁴ No caso, são Escolas Técnicas.

Segundo Cunha (2007), as escolas técnicas profissionais receberam grande ênfase do governo de Juscelino Kubitschek. O governo contou com um auxílio estrangeiro para implantar as medidas de sua ideologia desenvolvimentista. O país, então na periferia capitalista, buscava espaço para se enquadrar no modelo de modernidade estadunidense e progredir no sentido dos interesses da grande potência capitalista. A ajuda para a educação não foi apenas financeira, mas incluiu orientações para o planejamento de estratégias e soluções para o ensino no Brasil. Os recursos federais para as escolas técnicas praticamente quadruplicaram nesse período. Nelas se depositava a expectativa de formação de empregados qualificados para o desenvolvimento da produção econômica. O ensino profissionalizante se via como o caminho necessário para que a população se integrasse ao desenvolvimento industrial que se planejava. Além de ser uma opção para que os estudantes tivessem formação de nível médio com destinação direta ao mercado de trabalho, deixando a universidade e a carreira acadêmica apenas para os estudantes que possuíssem “vocação”. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, como resultado de grande mobilização de estudantes e docentes dos Centros de Ensino Superior já existentes em Goiânia, foi criada em 1960 a Universidade Federal de Goiás (UFG) por meio do agrupamento de faculdades já existentes de Direito, Farmácia e Odontologia, Engenharia, Medicina e o Conservatório de Música.

As disposições para o ensino profissional permaneceram com poucas alterações até 1961, com a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB - nº 4.024/61. Até então, a escolha de uma formação profissional industrial significava uma escolha definitiva e bastante rigorosa para os jovens que precisavam trabalhar e não poderiam escolher terminar sua formação profissional apenas ao final da faculdade, pois, uma vez feita a escolha pela profissionalização técnica, não seria possível migrar para o ramo secundário, propedêutico ao ensino superior. A LDB diminuiu a rigidez na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, como é possível observar na figura seguinte, que representa a articulação entre os níveis de ensino, preconizada pela LDB/61:

Figura 06 - Articulação tendencial entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (1961) e legislação correlata.



Fonte: Cunha (2005).

O “Sistema S” se fortaleceu e se expandiu, ganhando um ramo próprio para a aprendizagem profissional sob o controle empresarial.

Durante os governos militares (1964 a 1985), os presidentes Castelo Branco e João Batista Figueiredo partiram para uma alternativa desenvolvimentista que consistia na criação de grandes projetos nacionais, com grandes construções que exigiam força de trabalho qualificada e em massa. Para viabilizar esses projetos, os governos investiram em estratégias de formação de força de trabalho em massa, tanto por meio de cursos técnicos especializados, como de capacitação rápida e imediata. Para esta última forma de capacitação, o governo reativou o projeto de treinamento do Programa Intensivo de Formação de Mão-de-obra

(PIPMO¹⁵), herança do governo de João Goulart, derrubado pelo golpe militar de 64. Como define¹⁶ Manfredi:

O treinamento ministrado pelos convênios do PIPMO foi executado pelas instituições existentes de formação profissional, Senai e escolas técnicas da rede federal, para uma capacitação rápida e imediata dos trabalhadores. Os cursos tinham duração breve e abarcavam um conteúdo reduzido, prático e operacional (MANFREDI, 2002, p. 104).

No intuito de garantir a formação de profissionais de nível técnico, o governo colocou em prática a Lei nº 5692/71, que representou a fusão dos ramos secundário e profissional do ensino médio, quando instituiu a Profissionalização compulsória e concomitante para todos os estudantes do ensino médio. A ideia, utópica, seria que no 1º grau os estudantes poderiam ter contato inicial com as possibilidades de trabalho e profissionalização e assim estariam preparados para o 2º grau profissionalizante. Essa ideia, no entanto, foi um fracasso nacional. Não houve recursos materiais e nem profissionais qualificados para colocarem em prática as novas concepções nas escolas estaduais e municipais, que não conseguiram oferecer nem a preparação para a profissionalização no 1º grau e nem a educação profissional, efetivamente, no 2º grau. A profissionalização no 1º grau foi de certa maneira ignorada e abandonada. Para o 2º grau, o insucesso não foi muito menor. Segundo Cunha, “a mais ambiciosa medida de política educacional de toda a história do Brasil foi, sem dúvida, a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau. Ela representou, certamente, o maior fracasso” (CUNHA, 2005, p. 181).

Não havia respaldo pedagógico para que essas alterações acontecessem. Somente com o apoio da truculência e autoritarismo utilizados pela ditadura militar é que essa lei foi concebida e colocada em prática. Como afirma Cunha (2005, p. 182):

Para que a profissionalização universal e compulsória prevalecesse, foi preciso que o Ministério da Educação recorresse aos instrumentos postos à sua disposição pela ditadura militar, entre os quais a supressão de uma conferência nacional de educação, aliás, a última da série convocada no regime autoritário.

¹⁵ PIPMO – criado pelo Decreto nº 53.324/63, pelo então presidente João Goulart, para criação de mão-de-obra rápida através de treinamento acelerado para diversos setores da economia.

¹⁶ Essa descrição remete à descrição dos cursos do Programa Nacional do Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o qual será detalhado na próxima sessão deste capítulo.

A profissionalização compulsória para o segundo grau procurou seguir o modelo do que já vinha sendo praticado nas escolas técnicas industriais. No entanto, sem preparação das escolas já existentes, sem recurso material e sem professores qualificados para o ensino profissionalizante. Para enfrentar a possível resistência da população à formação técnica compulsória, e o preconceito da classe média quanto aos estigmatizados cursos técnicos de formação de operários, o governo, em conjunto com algumas empresas e a imprensa, investiram em propaganda para convencer a população das supostas vantagens profissionais que se apresentavam. Esses argumentos encobriram o objetivo de direcionar boa parte dos jovens diretamente para o mercado de trabalho e conter o aumento de procura por vagas no Ensino Superior.

Cunha menciona ainda que, a partir dos anos 1970, os empresários de ensino tiveram abertura para ocupar o ministério e as secretarias de educação, além de conselhos federais e estaduais, aproveitando-se desse aparato do Estado para legislarem em causa própria, provocando uma verdadeira deterioração dos sistemas de ensino de 1º e 2º graus nas escolas públicas. O refúgio da educação pública, gratuita e de qualidade passou a ser as escolas técnicas federais, os colégios de aplicação das universidades e os colégios militares. Para as escolas técnicas se direcionavam não apenas os estudantes interessados na formação profissional de nível técnico, mas também quem buscava educação de qualidade sem pagar o preço da escola particular. Muitos alunos das Escolas Técnicas conseguiam ser aprovados nos vestibulares sem passarem por cursinhos. Era uma porta aberta tanto para o mercado de trabalho como para a faculdade.

O objetivo do aluno que cursava o ensino técnico consistia em, ao concluir o curso, ingressar no mercado de trabalho, estando melhor preparado em algumas disciplinas chave para o vestibular. Assim, poderia apostar num trabalho remunerado que apoiasse suas tentativas de passar no vestibular e manter os estudos durante a faculdade, mas, em caso de fracasso no vestibular, uma carreira profissional já estava garantida. No entanto, o corporativismo dos profissionais de nível superior, que reservam para si uma grande parte do campo profissional que poderia ser ocupada pelos profissionais de nível técnico, torna muito mais atraente, tanto no que tange à remuneração como ao prestígio profissional, a continuidade nos estudos para obtenção de um diploma de nível superior (CUNHA, 2005).

Figura 07 - Fachada da Escola Técnica Federal de Goiás – Aproximadamente 1976



Fonte: Acervo Institucional.

As vagas nos cursos das escolas técnicas ficaram concorridíssimas, o que concedia aos estudantes que conseguiam passar pela seleção um prestígio intelectual que atraía não apenas os jovens que mais se destacavam nas escolas públicas, mas também estudantes vindos das escolas particulares. Esse *status* se fortalecia ainda porque os estudantes do ensino superior, oriundos das escolas técnicas, destacavam-se entre os demais. A forma de ingresso na Escola Técnica Federal de Goiás, por concorridos processos seletivos, contribuiu para o afunilamento de oportunidades de ingresso na Escola Técnica e em outras instituições públicas de qualidade e é tomada no relato do PDI como motivo de exclusão social e de elitização da escola.

Deve-se registrar que a elevada qualidade do ensino técnico integrado proporcionado nas ETFs, em curso a partir dos anos 1970, foi determinante na

modificação do perfil socioeconômico dos seus estudantes, nos anos 1980 e 1990. A presença de estudantes das camadas sociais populares foi declinando em favor de estudantes oriundos das camadas sociais médias. Os processos seletivos, calcados em igualdade formal e altamente competitivos, acentuaram este quadro. Enfim, passou a ocorrer uma situação de progressiva elitização dessas instituições, com grande parte dos seus estudantes prosseguindo estudos nas universidades, em áreas distintas àquelas dos cursos técnicos concluídos, sem que se inserissem no mundo produtivo. (PDI 2012 a 2016, p7)

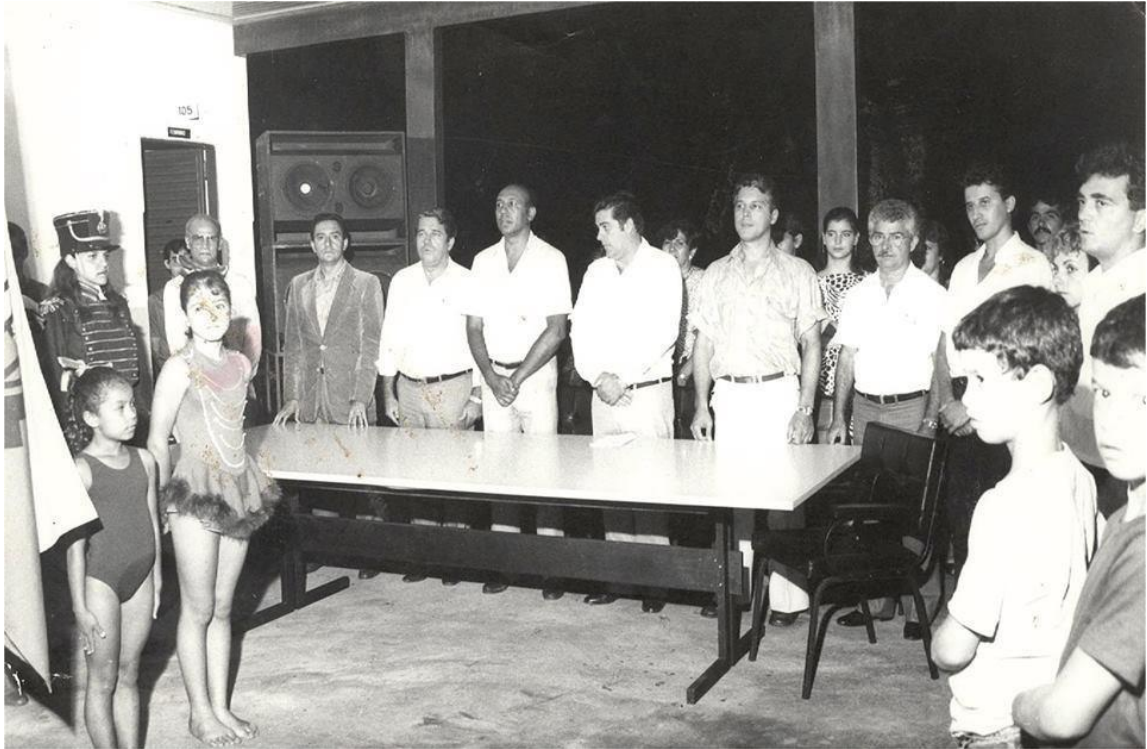
Os processos seletivos, nesse contexto, deixam de ser uma opção meritocracia para se constituírem como mais um fator de exclusão social. Bourdieu (1975) traz à luz a desconstrução da lógica de meritocracia que justificava a aplicação dos processos seletivos de livre concorrência em situações de teste de desempenho escolar, nessa situação, especialmente, como seleção para ingresso em uma instituição pública de qualidade. Segundo o autor, esse tipo de seleção não é capaz de revelar a inteligência e o esforço dos estudantes, mas na prática pode garantir que os melhores resultados sejam obtidos por estudantes que tiveram oportunidade de portar maior capital cultural, por terem facilidade de acesso à cultura legitimada, que é uma expressão das camadas dominantes da sociedade e, portanto, partem de condições mais favoráveis, dada a sua origem social. A ausência do capital cultural, então, separa a criança da escola. O esforço que um estudante que não possui capital cultural precisa fazer para conseguir se manter na média da cultura legítima é enorme, e esse esforço não é reconhecido. Outros estudantes que já possuem capital cultural prévio, dessa forma, passam pela escola para legitimarem o que já possuíam antes, e por isso são premiados. A meritocracia, portanto, não reconhece o esforço. Os processos de livre concorrência, com o argumento da meritocracia, na prática, foram capazes de reproduzir e acentuar as desigualdades sociais.

O período de redemocratização pós-ditadura foi de poucas mudanças para a Educação Profissional. As Escolas Técnicas continuaram valorizadas, o que influenciou o Ministério da Educação do governo do então presidente José Sarney a traçar um plano de criação de 200 novas escolas profissionais no interior do país, através de um programa chamado Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC).

No dia 18 de abril do ano de 1988, uma nova Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Goiás foi fundada na cidade de Jataí, no Sudoeste do Estado. A implantação dessa Unidade figura como um ocasional cumprimento de pequena parte do compromisso do PROTEC. Ao final do governo Sarney, as metas do PROTEC, ainda que

reformuladas, não chegaram a ser cumpridas. Mas a UNED Jataí foi implantada, e, no mesmo formato da unidade da capital, também oferecia cursos técnicos integrados ao 2º grau.

Figura 08 - Cerimônia de implantação da UNED Jataí.



Fonte: Acervo Institucional.

Nos relatos dos servidores técnicos administrativos ressoa um certo saudosismo da época da Escola Técnica. Esse período da história se figura como o seu momento de glória, quando a instituição contava com um reconhecimento da sociedade. A Escola Técnica representa o modelo de ideal institucional. Fernando fala do valor que tinha para os estudantes fazerem parte da Escola Técnica Federal de Goiás, o servidor chega a mencionar o sonho de ingressar na instituição, que motivava a altíssima concorrência em seus processos seletivos:

Eu lembro e vejo que, por exemplo, eu mesmo tive o sonho de entrar aqui na Escola Técnica, devido ao... até o uniforme que a Escola Técnica usava na época, que era uma camisa amarela e calça de outra cor marrom e preta com aquele símbolo da Escola, até o uniforme que era usado, aquilo causava uma vontade de estudar aqui. Então todo mundo que estudava aqui na época de Escola Técnica sabia o que queria, comportava bem, se dedicava bastante, não tinha esse monte de gente no pátio que você vê toda hora (Informação verbal) (Fernando, 2016)

Alexandra, a única servidora participante que também já foi estudante da Escola, conta que fez parte da segunda turma do curso de Edificações na UNED Jataí e que chegou a fazer cursinho preparatório para a seleção da Escola Técnica: “Eles vieram para cá em 88, né. Aí começou a abrir os cursinhos para a gente prestar vestibular para a Escola Técnica. E eu fui para lá fazer esse cursinho. Eu fazia só o cursinho a noite, e eles já davam aula lá, já tinha uma turma. Eu sou da segunda turma” (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016). Contrariando a afirmação de Fernando, de que todos os estudantes da Escola Técnica sabiam o que queriam, ela não exerceu a profissão para a qual se preparou na Escola Técnica. No entanto, ressalta a importância da formação na Escola Técnica para o seu desenvolvimento profissional.

Toda vez que eu sou chamada como egresso, que eu tenho que falar sobre isso, eu falo: Se não fosse a Escola Técnica eu não seria a profissional que eu sou hoje como bibliotecária. E assim, ah, você não seguiu, não fez construção civil e tal. Eu não fiz porque eu me apaixonei pela biblioteconomia, mas se não fosse a Escola Técnica eu não seria uma bibliotecária nem teria a profissão que eu tenho hoje, o que eu faço hoje, porque, mesmo eu não sendo mais... trabalhando mais como técnico em edificações, eu quis continuar no Instituto, quis continuar na rede. Aí eu fiz o concurso, né, eu fiz novamente e continuei na rede (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

Alexandra ainda conta que vários estudantes da Escola Técnica prestaram concurso para o CEFET-GO e para o IFG e retornaram à instituição como servidores.

2.1 Escola técnica, CEFET e IFG (a instituição de 1999 a 2014)

2.1.1 O princípio da “cefetização” das Escolas Técnicas Federais

A Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) no ano de 1999, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, nacionalmente, a “cefetização” das Escolas Técnicas Federais foi iniciada muito antes, em 1968, através da Lei nº 5540/68, que implantou uma Reforma Universitária, e do Parecer nº 1589/75, do Conselho Federal de Educação (CFE), os quais abriram a possibilidade de criação de cursos superiores de tecnologia. Cursos superiores de curta duração, em diferentes áreas bastante específicas, a fim de atender às especificidades do mercado de trabalho. Os concluintes dos cursos superiores de tecnologia recebem a denominação de tecnólogos. Segundo o Parecer do CFE, os currículos dos cursos superiores de tecnologia teriam formatos bem distintos dos cursos universitários, a fim de desencorajar seus concluintes a buscarem complementação de habilitação em outros cursos superiores. Além disso, deveriam ser ministrados fora das universidades, principalmente em algumas escolas técnicas. Observa-se que pouco se criou em termos de estratégias para a educação profissional brasileira e muito se copiou de outros países. Da mesma forma, a instalação dos cursos superiores de tecnologia também se inspirou em modelos adotados em outros países capitalistas. Segundo Cunha, “A “cefetização” das escolas técnicas da rede federal constituiu, então, uma versão anacrônica anônima das *universidades do trabalho* que foram criadas na Europa e na Hispano-América, mas não vingaram no Brasil” (CUNHA, 2005, p. 211, grifos do autor).

Nesse formato, o Estado de São Paulo, desde o princípio, um dos mais industrializados do país, criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, que mais tarde passaria a se chamar Paula Souza (CEET-PS), em 1969. E nove anos depois, através da Lei nº 6.545/78, como resultado de um acordo entre MEC e Banco Mundial, as escolas técnicas federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, os primeiros CEFETs Brandão, (2006), no modelo de transformação que se multiplicou na década de 1990.

Segundo Cunha (2005, p. 207), “com isso alterou-se a estratégia de defesa do ensino superior diante do “assalto da massa” de candidatos”. Essa estratégia se mostrou ainda mais necessária à medida em que foi preciso reconhecer que a profissionalização compulsória no

ensino médio, inventada no governo militar, falhou em encaminhar os jovens para o trabalho logo após a conclusão do 2º grau e não conseguiu estancar o aumento da procura pelo ensino superior.

A criação de cursos superiores de tecnologia nas escolas técnicas consegue, de certa forma, retomar a orientação para a educação profissional dada na Lei Orgânica do Ensino Industrial, do Estado Novo, não obrigando, mas sugerindo, que os estudantes concluintes dos cursos técnicos ingressassem no ensino superior apenas em áreas de continuidade de sua formação técnica, no caso dos tecnólogos, afinando ainda mais a especificidade de sua formação técnica, mediante as necessidades do mercado. Na opinião de Cunha, a “cefetização” significou a desvalorização das escolas técnicas, com a reprodução da situação de dicotomia entre escolas técnicas e universidades que se propaga pela história:

Vista por uns como valorização das escolas técnicas, que ganharam o *status* de instituições de ensino superior, a “cefetização” representou, na verdade, um desvalor dessas instituições pela manutenção de sua situação apartada da universidade (sem adjetivos), quer dizer, mais uma forma pela qual se processa a reprodução ampliada da dualidade da educação brasileira. (CUNHA, 2005, p. 211)

As instituições afetadas pela cefetização se transformaram em um campo experimental dessa nova estratégia educacional moldada pelos princípios neoliberais. É possível afirmar que se trata ainda de mais uma forma de restringir o acesso às universidades beneficiando a parcela da sociedade que sempre se enriquece com essa dualidade.

2.2 Fim da Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), início do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO)

A instalação do CEFET-GO atravessou a resistência da comunidade, com o respaldo das leis e decretos que reformularam o Ensino Médio e a Educação profissional na década de 1990. A reformulação do Ensino Médio aconteceu a partir da promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996. Segundo Saviani, a reformulação do ensino básico, composto pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, na nova LDB se constituiu como uma conquista para a caminhada no sentido de “um verdadeiro sistema nacional de educação abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir

a plena escolaridade a toda a população do país” (SAVIANI, 2008, p. 210). Com relação à Educação profissional, a nova LDB foi bastante imprecisa. Demonstrou a intenção de manter essa regulamentação aberta para a lei específica, relativa ao ensino profissional, de autoria do governo federal, que tramitava no Congresso Nacional de forma concomitante, mas paralela à LDB.

A omissão da LDB quanto à educação profissional possibilitou que o Presidente Fernando Henrique Cardoso atravessasse o Congresso através de decreto, o que culminou no Decreto de Lei nº 2.208/97, que regulamenta a LDB em seus artigos de 39 a 42. Este Decreto reformou a Educação Profissional e descaracterizou totalmente as Escolas Técnicas Federais com a proibição da oferta de cursos profissionais integrados ao ensino médio. Determinou a oferta dos cursos técnicos em disciplinas e módulos como no modelo praticado pelo Sistema “S”. No mês seguinte à promulgação do Decreto 2.208/97, o Ministério da Educação determinou, por meio da portaria nº 646/97, a redução de 50% no ensino médio das escolas técnicas, progressiva até sua total extinção, além das providências para a adaptação das Escolas Técnicas à nova legislação.

Manfredi resume os objetivos declarados em leis da reforma da educação profissional do governo Fernando Henrique Cardoso:

O Decreto Federal 2.208/97, ao regulamentar a LDB em seus artigos 39 a 42 (Capítulo III do Título V), afirma como objetivos da Educação Profissional:

- a) Formar técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior para os diferentes setores da economia;
 - b) Especializar e aperfeiçoar (o trabalhador em seus) conhecimentos tecnológicos;
 - c) Qualificar, requalificar e treinar jovens e adultos com qualquer nível de escolaridade, para sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.
- (MANFREDI, 2002, p. 129-130)

Paralelamente às iniciativas do governo federal através do MEC, desenhava-se no Ministério do Trabalho o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que organizava diversas instituições públicas e privadas para a qualificação e formação de trabalhadores, envolvendo: instituições de trabalhadores e patronais, organizações governamentais e não governamentais, escolas técnicas, universidades e institutos de pesquisa. (LIMA FILHO, 2002).

Para dar suporte ao cumprimento das demais determinações do Decreto 2.208/97, foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), com parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do trabalho. O PROEP, como o principal instrumento de

cumprimento da Reforma da Educação Profissional, subsidiou a implantação dos CEFETs e fortaleceu a parceria e a transferência de recursos entre os setores público e privado. Como descreve Lima Filho:

Iniciado também em 1997, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) se constitui no principal instrumento de implantação da reforma, mediante a utilização de recursos da ordem de 500 milhões de dólares para o período 1997-2003. O PROEP teve por objetivo o financiamento de 250 projetos de Centros de Educação Tecnológica, cuja finalidade é a transformação e reforma de unidades existentes, ou construção de novas unidades, sendo que 40% dos recursos do programa são destinados às instituições públicas da rede federal e das redes estaduais e 60% para projetos do chamado ‘segmento comunitário’, no qual se incluem a iniciativa privada, organizações não governamentais e instituições escolares da esfera municipal. É justamente no âmbito da aplicação dessa política pública – financiada com recursos públicos – que a União e os Estados empreendem transformações significativas nas suas redes de ensino médio e técnico e que se incrementa a participação do setor privado, quer pela transferência da gestão de instituições públicas, quer pelo financiamento de instituições privadas (LIMA FILHO, 2002, p. 273).

Pretendia-se que as novas instituições criadas através dessas parcerias entre o governo e o setor privado ressurgissem mais adaptadas às dinâmicas do mercado globalizado, consoante com os ideais neoliberais defendidos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa reforma refletiu uma tendência mundial de mercantilização da educação, adotada em políticas nacionais, que alcançaram profundamente a estrutura da instituição. Sobre essa tendência de mercantilização da educação, Silva Jr esclarece que:

A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos segundo a mesma matriz teórico-político-ideológica do Estado, na sua gestão e no seu conteúdo curricular, ambos baseados e legitimados pela ausência de sensibilidade com o social e por uma racionalidade científica instrumental (SILVA JR, 2002, p. 35).

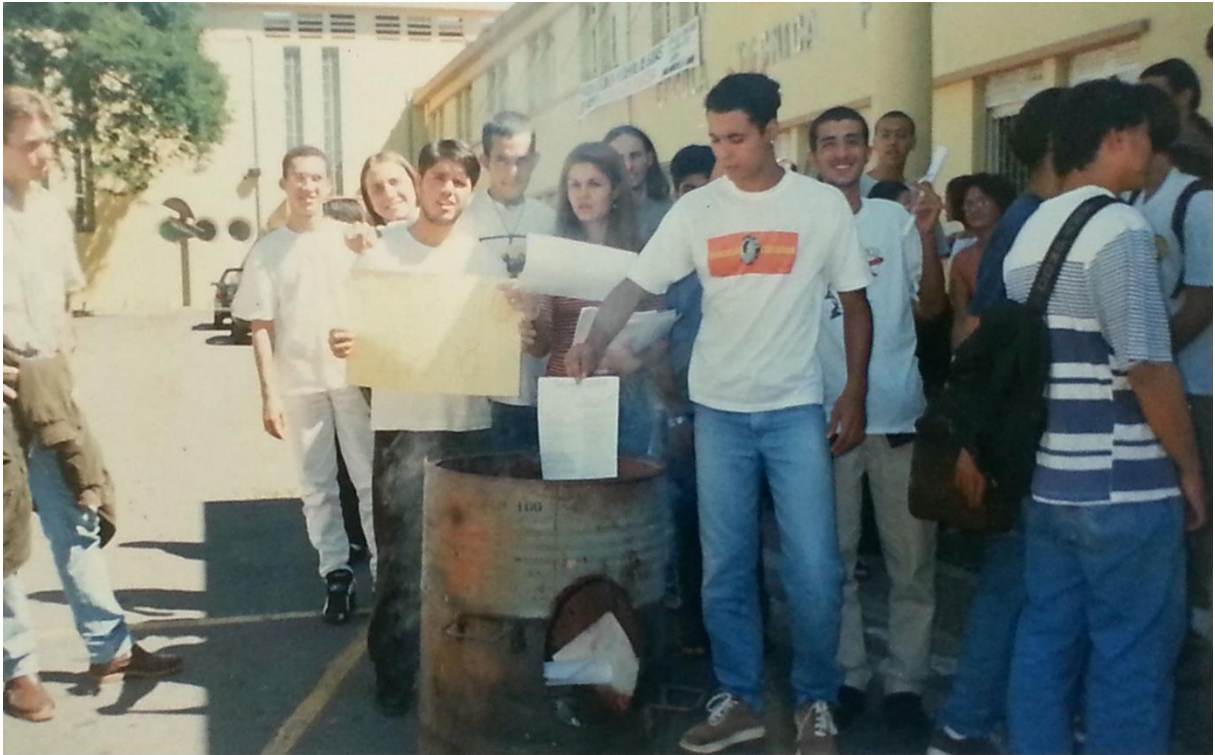
Os novos CEFETs deveriam contar com um conselho técnico profissional que favorecia a integração da instituição com o setor produtivo. O conselho técnico-profissional do CEFET deveria ser constituído por “dirigentes do centro e por empresários e trabalhadores do setor produtivo correspondente às suas áreas de atuação, com atribuições técnico-consultivas e de avaliação do atendimento às características e aos objetivos da instituição” (CUNHA, 2005, p. 211).

A expansão da Rede Federal também fica condicionada a essa lógica de parcerias público-privadas após a promulgação da Lei Federal n. 9649, de 27 de maio de 1998, que determinou

que a expansão do ensino profissional na rede federal somente poderia ocorrer através de parcerias com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais.

Na Escola Técnica Federal de Goiás a transformação em CEFET encontrou resistência, debates, manifestações e uma greve, em 1998, contrária ao Decreto 2208/1997 e em defesa da ETFG. Temia-se que a reforma transformasse a Escola em uma mera instituição formadora de mão-de-obra a serviço dos empresários.

Figura 09 – Greve - Ato em Defesa da ETFG – Queima do Decreto 2.208 – 12 de maio de 1998.



Fonte: Acervo SINTEF.

A transformação da Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG) em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) aconteceu efetivamente no dia 22 de março de 1999. Com a proibição da oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, a escola passou por uma nova mudança de papel, que incluía a elevação de escolaridade e formação técnica de trabalhadores, através da oferta massiva de cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia. Excluída a possibilidade de formação integral junto ao ensino técnico e da ascensão para os

curso superiores nas universidades, o foco da instituição se voltou para a formação propriamente técnica e tecnológica.

O CEFET-GO passou a oferecer curso de Ensino Médio (Dissociado da educação profissional), Curso Técnico (integrado ao Ensino Médio, para estudantes oriundos da ETFG), Curso Técnico Pós-Médio e Cursos Superiores de Tecnologia. Para a matrícula nos cursos superiores de tecnologia era exigido o certificado de conclusão do ensino médio. No entanto, para o ingresso no curso técnico pós-médio, na verdade, o estudante poderia ser admitido a partir do terceiro ano do ensino médio, mediante processo seletivo. Como o curso técnico tinha duração de dois anos, os estudantes do ensino médio que desejassem concluir também o curso técnico não poderiam cursá-los de forma integrada, mas concomitantes no terceiro ano do ensino médio, assim, ao final do terceiro ano, o estudante conseguiria o certificado de conclusão do Ensino Médio e, com mais um ano, poderia concluir o curso técnico de nível médio, ao todo, com quatro anos na instituição. Mesmo tempo gasto para cursar o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na Escola Técnica.

A cefetização se materializou em diversos aspectos além da mudança na oferta de cursos. Submetida às políticas educacionais adotadas pelo governo federal vigente, a instituição acatou orientações no sentido de se abrir para parcerias público-privadas e, assim, para os interesses do setor produtivo, e promover a divisão do financiamento da instituição com a sociedade, através da cobrança de taxas, mensalidades e cortes na assistência estudantil.

O Restaurante Estudantil que funcionava na instituição para a oferta gratuita de refeição aos estudantes da ETFG foi fechado. Em seu lugar, foi aberta uma cantina para venda de lanches. O mesmo espaço, em pouco tempo, foi transformado em laboratório para o curso superior de Gestão de Hotelaria¹⁷.

No capítulo anterior, foram tratados os reflexos dessa política neoliberal para os trabalhadores da instituição. Com medidas que incluem o congelamento de salários e concursos, além de um plano de demissão voluntária e ampliação do espaço para a terceirização de serviços.

O compartilhamento de despesas com a comunidade acontecia através da cobrança de taxas, que iam para o Caixa Escolar. Frederico conta que, nesse período, orientava os alunos com os quais tinha contato a não pagarem as taxas cobradas pela instituição, mesmo que a família tivesse condição, para simbolizar a defesa pela gratuidade da educação pública.

¹⁷ O espaço que deixou de ser usado como refeitório para todos os estudantes foi transformado em laboratório destinado justamente a um dos cursos superiores pagos.

O sinal mais alarmante de que a instituição caminhava para a privatização foi a cobrança de mensalidade em dois cursos superiores de tecnologia: Gestão de Hotelaria e Gestão de Turismo. Também funcionava no prédio da instituição, uma escola de idiomas, com cursos particulares e professores contratados à parte, sem vínculo institucional. Como descreve Oliveira Júnior:

A partir do Decreto nº 2.208/1997, se fortaleceu na ETFG e posteriormente no CEFET/GO (criado em 1999) um processo de intensa privatização de serviços. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, adotou uma política fiscal restritiva e teve como consequência, anos de arrocho salarial e desorganização financeira, com a acomodação de espaços utilizados para a terceirização e prestação de serviços, com cobrança de mensalidades para alguns cursos regulares, vendas de cursos de capacitação para empresas, cursos de inglês pagos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 16 e 17).

A instituição também cedia espaço físico para o funcionamento de uma incubadora de empresas chamada INOVE, que foi a primeira incubadora de empresas fundada no Estado de Goiás¹⁸, no ano de 2002, inaugurada justamente no prédio do CEFET-GO, que lhe cedeu 168 m² para escritório, além de abrir espaço compartilhado nos laboratórios, bibliotecas, teatros e em toda a estrutura da Instituição. A INOVE declarava como sendo seu compromisso identificar e atrair projetos tecnológicos inovadores, com a filosofia de integrar os centros de referência em pesquisas com o setor produtivo. A INOVE tinha entre seus parceiros o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTEC), a Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (FUNTEC), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) e o Instituto de Desenvolvimento Tecnológico do Centro-Oeste (ITCO), e, entre seus colaboradores, estavam Banco do Brasil, Banco Real e algumas indústrias, entre elas, o Grupo Mabel, do então Deputado Federal Sandro Mabel.

Com a implantação dos cursos superiores de tecnologia, e a exigência de conclusão do Ensino Médio tanto para o curso técnico quanto para o superior, a procura por vagas nos cursos técnicos no CEFET-GO declinou devido ao aumento da procura pelos Cursos Superiores.

É importante observar que os cursos técnicos de nível médio profissionalizantes oferecidos pelas escolas técnicas e reconhecidamente de qualidade (principalmente nos anos 70 e 80) deixaram de ocupar o palco principal para dar entrada a uma nova peça: a inserção dos cursos de Tecnologia, bem como

¹⁸ Ver em <http://terra.cefetgo.br/inove/>. Acesso em 18-01-2017

dos demais cursos de nível superior adotados por outras instituições congêneres ao CEFET-GO (MANSO, 2016, p. 77).

Para Lima Filho, a oferta dos cursos superiores de menor duração tanto atendia ao interesse de formar os quadros técnicos demandados pelo mercado, como também para constituir um modelo de ensino superior alternativo ao tradicional, mais barato e de qualidade inferior, para atenuar a demanda por mais vagas e investimentos nas universidades.

Segundo o relato do PDI 2012-2016, a instituição não teve os mesmos resultados anteriores e os novos cursos não obtiveram o reconhecimento de vários conselhos profissionais. A formação técnica superficial, promovida pelo modelo CEFET-GO, foi superada por falta de sintonia com a realidade do mundo profissional. O relato do PDI nos mostra que:

Novos dilemas emergiram na atuação do CEFET-GO, a exemplo da não regulamentação das profissões de tecnólogos por parte de diversos conselhos profissionais, provocando o desprestígio destas e a depreciação salarial, concorrendo para que egressos se voltassem para a universidade à procura de cursos de engenharia, entre outros. (PDI 2012 a 2016, p. 8).

Nas áreas em que não existem conselhos profissionais, os tecnólogos conseguem atuar como profissionais de ensino superior. No entanto, vários Conselhos Profissionais estabelecem regras que restringem a atuação dos profissionais tecnólogos (PEREIRA, 2007). Os conselhos de engenharia, arquitetura e agronomia, por exemplo, restringem a atuação dos tecnólogos, que são tratados como técnicos, intermediários ou complementares.

Como suas atuações profissionais não são definidas, os tecnólogos encontram dificuldades de colocação profissional, inclusive de ocupação de vagas em concursos públicos. Segundo Fôrno, “os conselhos profissionais alegam que os tecnólogos não podem assinar projeto e podem trabalhar como consultores apenas em algumas atividades” (FÔRNO, 2015, p. 64). Impasse que leva a algumas questões a serem resolvidas judicialmente.

Fernando fala sobre a qualidade da instituição e faz uma avaliação sobre o período em que o CEFET deu prioridade à oferta de cursos superiores de tecnologia:

o corpo docente é muito bom, sabe, muito bom. Ele é muito incentivado a se especializar. Então tem muita gente com mestrado, dourado, pós-doutorado, então é um corpo docente bom, uma clientela boa. Agora assim, eu acho que, enquanto a escola trabalhou com nível tecnológico eu acho que não foi muito bem assim compreendido pela sociedade, então com isso houve um certo prejuízo. As pessoas preferem mais quem fez licenciatura... [...] a pessoa prefere contratar alguém que fez engenharia civil, por exemplo, do que quem fez tecnologia em edificações (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

A opinião de Fernando sobre o reconhecimento dos cursos de tecnologia, em comparação com os bacharelados e licenciaturas, revela que o projeto CEFET priorizou justamente os cursos que têm menos reconhecimento social e profissional.

2.3 A Transformação de CEFET em IFG

Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2002, o projeto CEFET tinha os dias contados. Como um dos compromissos de campanha junto aos educadores, o novo presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou o Decreto 2.208/97, através de um novo - Decreto nº 5.154/04 -, que refez a regulamentação da LDB em seus artigos 36 e 39 a 41, que tratam da educação profissional. O novo Decreto abriu legalmente permissão para o aumento do investimento público, e também mais possibilidades para a relação entre o ensino médio e a educação profissional de nível técnico, uma vez que possibilita a volta do técnico integrado ao ensino médio, inclui as possibilidades anteriores (concomitante e pós-médio), e ratifica a modularização do ensino técnico. Em análise do Decreto 5.154./04, Rodrigues considera que ele não trouxe muitas novidades, mas deixou quase a mesma regulamentação em outras palavras, mas funcionou, no sentido conciliatório:

O presidente da república cumpre seu compromisso de campanha: revoga o decreto 2.208/1997. Contudo, o faz mediante outro decreto que, aliás, já está em vigor. Um decreto que apenas reconhece - como reconhecia a lei 7.044/82 - a dualidade estrutural social e escolar e busca acomodar - de forma mais flexível que o decreto 2.208/97 - os interesses antagônicos em luta.
(RODRIGUES, 2005, p. 8)

De fato, a revogação do Decreto 2.208/97 funcionou mais como uma revanche que se manifestou simbolizando a queima do Decreto contra ao desmonte das Escolas Técnicas. O melhor seria que não houvesse decreto algum, porque já não era possível recuperar a ETFG, mas a revogação trouxe certo alívio e esperança de que a cefetização não acabaria de privatizar a Escola. Ao Decreto 5.154 se seguiram os Decretos 5.224/04 e 5.225/04, os quais dispuseram sobre a organização dos CEFETs e definiu os mesmos como instituições de ensino superior.

No entanto, o governo do então presidente Lula tinha planos mais promissores para a educação profissional e para as instituições federais. Esses planos começaram a se revelar a partir do lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2005. Nesse mesmo ano, o CEFET-Paraná foi transformado em Universidade

Federal Tecnológica do Paraná, “a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil”¹⁹.

Para concretização do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica foi necessário alterar a Lei nº 8.948, de 1994, para a Lei Federal n. 9649, de 27 de maio de 1998, que determinou que a expansão do ensino profissional na rede federal somente poderia ocorrer através de parcerias com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais. A nova redação preconiza que a expansão da rede federal de educação ocorrerá, não somente, mas preferencialmente, por meio de parcerias com estados, municípios, distrito federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais. A nova redação dada pela Lei nº 11.195/2005, ao simplesmente substituir a expressão “somente poderá ocorrer” por “ocorrerá, preferencialmente”, gerou possibilidade para que a rede se expandisse. Depois dessa alteração, mais três Unidades Descentralizadas (UNEDS) do CEFET-GO foram criadas nas cidades²⁰ de Inhumas (2007), Uruaçu e Itumbiara (2008). As três novas UNEDS permaneceram nesse *status* por muito pouco tempo, pois já se desenhava, para o ano de 2008, uma nova transformação que traria novo significado para a educação profissional.

Em abril de 2007 foi publicado o Decreto nº 6.905/ 2007, que estabeleceu diretrizes para o processo de integração das instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. E, em julho de 2007, os CEFETs receberam o Ofício Circular²¹ da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que orientou os debates institucionais sobre a possível adesão da instituição à transformação em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFET) e estabeleceu prazos para resposta.

Os CEFET-GO optaram pela adesão à transformação em IFET. E, através da Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Quase todos os CEFETs do Brasil optaram pela mudança para Instituto Federal, com exceção do CEFET-MG e do CEFET-RJ, além do CEFET-PR, que havia sido transformado em

¹⁹ Ver em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso 17-012017.

²⁰ O Capítulo III tratará especificamente da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e abordará mais detalhes sobre a implantação das Unidades Descentralizadas da ETEG e do CEFET e sobre os novos Câmpus do IFG.

²¹ Ofício Circular SETEC nº 076, de 19 de julho de 2007.

Universidade Tecnológica. A respeito da adesão à proposta do governo federal, Otranto considera que, tomando como exemplo a transformação do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica, o grande sonho dos outros CEFETs era seguir pelo mesmo caminho:

Os CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro, doravante denominados CEFET-MG e CEFET-RJ, continuam tentando a transformação em Universidade Tecnológica e, por esse motivo, não aderiram à proposta do IFET. Alegam que ascenderam à condição de CEFET juntamente com o do Paraná, em 1978, e que apresentam os requisitos básicos necessários para a transformação em universidade, uma vez que oferecem vários cursos superiores e contam com corpo docente altamente qualificado (mestrado e doutorado), desenvolvendo importantes pesquisas no campo técnico e tecnológico. Foram, no entanto, os únicos que declinaram da proposta governamental. Os demais CEFETs não ofereceram resistência à mudança, pelo contrário, viram nela uma forma de proporcionar a todas as instituições denominadas CEFETs iguais condições de crescimento e reconhecimento (OTRANTO, 2010, p. 5)

2.4 IFG de 2008 a 2014

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFET-Goiás e, logo, IFG²²) foi inaugurado em 29/12/2008. A nova instituição passou a ter estrutura multicampi, subordinada a uma Reitoria. O então diretor geral do câmpus Goiânia, professor Paulo César Pereira, tornou-se o primeiro Reitor do IFG. A nova instituição contava com a seguinte estrutura:

Reitoria (Sediada Provisoriamente no câmpus Goiânia), composta por:

- Diretoria Executiva;
- Gabinete;
- Auditoria Interna; Procuradoria Federal; Pró-Reitorias:
 - Administração;
 - Desenvolvimento Institucional;
 - Ensino;
 - Extensão;
 - Pesquisa e Pós-Graduação.

²² O Instituto se intitulou como IFET-GO na implantação, mas logo adaptou a sigla para IFG. ²³ Em ordem cronológica de implantação do câmpus.

Além de cinco campi inicialmente: Goiânia, Jataí, Inhumas, Uruaçu e Itumbiara,²³ cada câmpus com seu Diretor. À Reitoria compete, como órgão executivo do IFG, a administração, a coordenação e a supervisão dos assuntos que envolvem a instituição.

Embora subordinados à Reitoria, os câmpus são dotados, por lei, de autonomia administrativa. Todos passaram a receber os próprios recursos diretamente do governo federal, “com autonomia de utilizá-los conforme seus programas e suas necessidades administrativas, apresentados via planejamento anual para o ano seguinte” (MANSO, 2016, p. 135).

Tabela 02 - Câmpus do IFG em 2008

CÂMPUS	Capacidade de vagas para Alunos
Goiânia	4500
Jataí	1500 (cada câmpus)
Inhumas	
Uruaçu	
Itumbiara	

Fonte: Elaborada pela autora.

A lei que criou os IFETs estabeleceu que cada câmpus poderia oferecer 1500 ou 4500 vagas, de acordo com sua capacidade e estrutura. O campus Goiânia foi o único dos existentes até então a ter capacidade para abrigar 4500 alunos. Portanto, conta com um número maior de servidores, dotação orçamentária e organização administrativa (MANSO, 2016). O câmpus Goiânia também sediou a Reitoria do IFG, no princípio. A Reitoria funcionou no mesmo prédio que o câmpus Goiânia por 03 anos, e, em 2011, mudou-se para uma sede própria, um prédio alugado em outro bairro da capital.

Helena, em seu relato, destaca que a comunicação institucional era mais fácil quando a instituição era menor e a gestão se localizava mais próxima aos servidores e à rotina acadêmica e escolar. Ela reforça que muitas dificuldades burocráticas foram geradas a partir da criação de uma Reitoria, que centraliza as decisões institucionais e distancia a gestão da prática. Se antes era possível resolver quase tudo indo pessoalmente à sala do diretor-geral, com a criação da Reitoria a gestão se distanciou, o que dificultou o acesso aos gestores.

Essas dificuldades burocráticas relatadas por Helena se relacionam, em parte, com a nova estrutura organizacional da Instituição. Com o objetivo de adotar a gestão democrática, prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), caminhando para ela na medida em que o amadurecimento institucional torna possível, têm sido eliminadas as decisões autocráticas

tomadas diretamente pela gestão. O que poderia, no passado, ser resolvido diretamente no gabinete do diretor passou a tramitar por câmaras e conselhos que tornam coletivas as decisões da gestão: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, Câmara de Ensino, Câmara de Pesquisa e Câmara de Extensão. É necessário conciliar, a partir da expansão da instituição, os interesses de todos os campi, e o câmpus Goiânia, mesmo sendo o mais antigo, e apesar de já ter sido considerado unidade sede no período de CEFET, passou a ter a mesma prioridade que os demais campi, sem privilégios declarados. O que distancia realmente a gestão da rotina dos servidores, pois anteriormente a direção do câmpus era a própria gestão de toda a instituição.

Em 2010, foram inaugurados os câmpus do IFG em Anápolis, Formosa e Luziânia. Em 2012, foram inaugurados os câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás²³ e, por fim, em 2014, foram inaugurados um segundo câmpus na cidade de Goiânia, e os câmpus nas cidades de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso e Senador Canedo. Completando então, até o final de 2014, 14 campi. Uma estrutura que quase triplicou de tamanho desde a sua transformação em IFG, com cinco campi²⁵.

A partir da transformação em IFG, a instituição adquiriu autonomia administrativa, financeira e pedagógica, equiparando-se às universidades federais, mas com responsabilidade de ofertar, pelo menos, 50% das vagas para o ensino médio profissional. Segundo Pereira, os IFETs se definem como sendo:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Além da oferta dos cursos de qualificação profissional em nível básico e técnico, ministrarão cursos superiores (graduação e pós-graduação) e desenvolverão pesquisas visando a atender, principalmente, às demandas das comunidades de seu entorno (PEREIRA, 2007, p. 238).

A instituição, de caráter verticalizado, ampliou bastante a oferta de cursos e passou a atender um público bastante diversificado, pois começou a oferecer cursos desde o ensino básico à pós-graduação, com ênfase para os cursos técnicos integrados ao ensino médio e os cursos superiores, mas também oferece como cursos regulares o curso técnico pós-médio, técnico integrado ao ensino médio para Jovens e Adultos (PROEJA), licenciaturas (com reserva de vagas para professores que já atuam em sala de aula), bacharelados, pós-graduação lato e *stricto*

²³ Antiga cidade-sede da Escola de Aprendizes Artífices, onde começou a história da instituição.

²⁵ A expansão da rede será tratada no capítulo III.

sensu. Além dos cursos regulares presenciais, oferece cursos técnicos na modalidade de ensino a distância (EAD), cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e cursos dos programas do governo federal Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Bolsa Formação e Programa Mulheres Mil. O IFG ainda confere certificação de conclusão do ensino médio a participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de desenvolver atividades e cursos de extensão.

Continuaram sendo oferecidos, como acontecia no período de CEFET, cursos técnicos pós-médio, apenas para estudantes que já concluíram o ensino médio. Foi eliminada, no entanto, a oferta de curso técnico concomitante ao terceiro ano do ensino médio, e ficou disponível para os estudantes do ensino médio a oferta de curso técnico integrado. Pela lei de criação, os Institutos Federais devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Pereira destaca a concepção do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET) a respeito dos cursos técnicos integrados ao ensino médio:

Para o CONCEFET, a recuperação e formação técnica de nível médio em currículos integrados representam o restabelecimento do direito dos segmentos que precisam antecipar a inserção no trabalho, o direito de fazê-lo a partir de uma perspectiva humanística e cidadã. (PEREIRA, 2007, p. 235).

O ensino técnico integrado, como afirma Pereira, representa uma das bandeiras do CONCEFET, da mesma forma como esse Conselho também defende o Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Formação Profissional Técnica (PROEJA):

o programa simboliza um olhar de reconhecimento à educação para jovens e adultos, entendendo-se aí a formação profissional com elevação de escolaridade, sem barateamento ou subtração na formação desse cidadão brasileiro. Isso significa dizer que estamos vivendo a defesa de uma formação profissional não subordinada exclusivamente à funcionalidade do conhecimento, mas busca-se um trabalho capaz de conciliar a perspectiva transformadora da estrutura social com as necessidades prementes da população; a defesa de uma formação profissional a partir de referenciais mais amplos, socialmente universais, como contraposição a sua vinculação apenas aos interesses de seguimentos específicos. (PEREIRA, 2010, p. 235).

Os cursos do PROEJA são técnicos integrados ao ensino médio para maiores de 18 anos que já tenham concluído o ensino fundamental. O IFG facilita o ingresso dos candidatos ao PROEJA por meio de um processo seletivo mais simples, sem provas. Os cursos do PROEJA

têm uma carga horária menor que os demais cursos integrados, funcionando como um supletivo de ensino médio integrado ao curso técnico.

O IFG oferece cursos superiores em três modalidades: bacharelado, licenciatura ou tecnologia. Os bacharelados contam com uma formação mais ampla, e preparam profissionais habilitados para trabalharem em diversas áreas de sua formação. Os cursos superiores de tecnologia, como já abordado anteriormente, são cursos de graduação, com enfoque na atuação técnica profissional mais específica e possuem uma carga horária menor em relação aos bacharelados e licenciaturas. As licenciaturas preparam profissionais para trabalharem em ambientes educacionais, em todos os níveis de ensino.

Ficou definida pela Lei 11.892/08 a oferta de, no mínimo, 20% das vagas da instituição para atender aos cursos de licenciatura, bem como aos programas especiais de formação pedagógica para a formação de professores para a educação básica. Para as licenciaturas, 50% das vagas são destinadas ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) para professores que já trabalham nas redes públicas de educação básica, mas que ainda não possuem formação acadêmica na área em que lecionam.

O IFG oferta cursos de pós-graduação *lato sensu* com programas de especialização com carga horária mínima de 360 horas, e de pós-graduação *stricto sensu* que compreendem dois programas de mestrado. Os cursos de pós-graduação são abertos a estudantes graduados, conforme as exigências dos editais dos programas.

As vagas para os cursos regulares da instituição são ocupadas por meio de processos seletivos. No entanto, a concorrência entre os candidatos não é livre. A partir de 2012, foi decretada a reserva de vagas na instituição para estudantes oriundos de escolas públicas. O Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, da Presidência da República, publicado pela então presidente Dilma Vana Rousseff, regulamentou em todas as universidades e institutos federais a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, com cotas raciais e de renda familiar.

Além dos cursos regulares, a instituição também oferece cursos técnicos de programas do governo federal, em sistemas de parceria. Esses programas contam com recurso próprio e, apesar de se instalarem dentro do IFG, têm estrutura administrativa, professores e técnicos administrativos separados dos da Instituição. Muitos trabalhadores desses programas, incluindo coordenadores e alguns docentes, pertencem ao quadro de servidores do IFG, mas prestam serviço aos programas em regime de trabalho separado.

São oferecidos, dessa forma, cursos técnicos na modalidade de ensino a distância (EAD), em parceria com a Rede e-Tec Brasil. Segundo o MEC²⁴, a Rede e-Tec é um sistema lançado em 2007, que visa ofertar educação profissional e tecnológica a distância, com o propósito de ampliar e democratizar a oferta de cursos técnicos de nível médio em parcerias entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os cursos são ministrados por instituições públicas. Os Estados e municípios são responsáveis por providenciar estrutura, equipamentos, recursos humanos e o que for necessário para a oferta dos cursos, enquanto o MEC é responsável por dar assistência financeira e elaborar os cursos. No caso do IFG, a instituição ministra os cursos, mas o pessoal é contratado à parte, sem vínculo formal com a instituição; a estrutura administrativa e escolar dos cursos também tem um funcionamento diferenciado. Helena, como servidora da Coordenação de Recursos Acadêmicos e Escolares (CORAE) de um câmpus, reclama da confusão que se faz com relação à documentação dos estudantes dos programas “paralelos” aos cursos regulares da instituição. Como o arquivo de estudantes do IFG é estruturado na CORAE, que também emite todos os comprovantes dos estudantes regulares, o espaço físico e a força de trabalho da CORAE são solicitados para os programas paralelos, que deveriam contar com uma estrutura própria. Como relata a servidora, os responsáveis pela EAD sugeriram que os dossiês dos alunos do EAD, juntamente com a emissão de documentos para os mesmos, ficassem sob a responsabilidade da CORAE, mas a servidora negou:

Pois é, só as pastas, que as pessoas iriam ficar também em outro lugar. Aí iriam ficar as pastas aqui, as pessoas... Eu falei assim: como que vai ficar? E eu assinando os documentos. Eu falei assim: Como que eu vou fazer umas coisas [declarações e certificações] que não foi eu que peguei essa documentação? Aí veio todo mundo de EAD aqui, veio diretor de EAD, vieram os coordenadores de EAD, mais o nosso diretor... Aí veio um “punhado”, igual uma reunião assim, vieram uns dez para tentar me convencer. E eu no meio dos dez, lá (Informação verbal) (HELENA, 2016).

A servidora ressalta que, como o programa realiza a contratação de pessoal à parte, os trabalhadores que atuam nesses programas, alguns servidores da instituição outros não, recebem um salário em forma de bolsa para atuarem no programa, em carga horária separada. Portanto, Helena considera injusto que a CORAE da instituição ceda trabalhadores e estrutura para o programa que recebe um recurso específico para contratar pessoal e estruturar sua secretaria. Ela mesma estaria fazendo o trabalho de outra pessoa que recebe bolsa, sem receber a mais para isso.

²⁴ Ver em <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>. Acesso 17-01-2017.

Na hora que ele falou que é EAD, eu falo: vocês ganham bolsas, ne? Ai já começou a calar. Ai rola dinheiro, rola bolsa. A diretoria lá, todos ganham bolsas. Todos servidores ganham uma bolsa para fazer tal coisa, né, administrar isso aí. Aí chega assim, na hora todo mundo ganha bolsa. Aí chega eu, na hora vou expedir documento e vou ficar fazendo documento não é uma vez só não. Não é uma vez só, se fosse uma vez só, aí a gente podia pensar, mas não é uma vez só. Sabe por que não é uma vez só? Porque o cara perde documento, quer requisitar outro, sabe uma segunda via essas coisas assim, e o nosso pessoal daqui não está ganhando bolsa. Vai ficar trabalhando para isso? Para quem está ganhando bolsa? Entendeu? Rola a questão do dinheiro e a gente sabe disso. Ai já começou a ficar calado (Informação verbal) (HELENA, 2016).

Os servidores, inclusive Helena, têm conhecimento de que esses programas funcionam dentro da Instituição, mas recebem recursos separados. Então se revela uma situação complicada. Para os estudantes dos cursos EAD, isso não tem importância, o certificado de conclusão do curso tem o mesmo valor que o certificado dos cursos regulares. E, portanto, precisam ser emitidos com o mesmo rigor que os demais. Essa é uma preocupação de Helena, que administra com cuidado a emissão de documentos para os alunos dos cursos regulares e, portanto, considera arriscado assumir a responsabilidade de emitir documentação em parceria com outra secretaria que não é formada por servidores efetivos do IFG, em cujo rigor, ela não confia.

Ai então e a gente sabe também que todo projeto, que antes de começar eu vou lá e faço uma pesquisa dentro da área, vi o projeto do MEC para essa área. E eu sei que quando fala que tem específico bolsa para isso, para secretariado, secretariar o curso, então tem que ter a secretaria deles. Eles ganham para isso. Até que eles abriram até uma diretoria lá. Tem até uma lá no Jardim América, né. Aí saiu [da CORAE]. Não tem mais aqui, mas o que ficou, como eu falei tudo isso falei a questão também, como que eles pegam esse documento? Porque eu também sei de casos que a instituição, a pessoa fez a matrícula, [...] Fizeram matrícula sem olhar toda documentação, o aluno começou a fazer os cursos novos, foi olhar tinha gente fazendo módulos que nem curso médio tinha, supostamente tem que ter. [...] A legislação é que você tem que ter o ensino médio, para você ter o curso técnico, ai não tinha. Você entendeu? Ah... Tem isso? Tem! Eu sei que tem. E agora como que eu vou assinar um documento em cima disso? E a diretora, já foi falado isso lá, e eles vão ter que resolver, como é que iria ser feita a questão desse certificado, se iria aceitar, como é que é que eles foram e detectados isso lá mesmo (Informação verbal) (HELENA, 2016).

A Lei 11.892/08 preconiza que é um dos objetivos dos Institutos Federais “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica” (BRASIL, 2008). Assim, o IFG também oferta os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com menor duração que os

programas do governo PRONATEC Bolsa Formação e Mulheres Mil. O mesmo impasse em relação ao funcionamento no IFG de programas que oferecem cursos paralelos se encontra em relação a esses cursos, que também recebem recursos separados, pessoal (inclusive professores separados) e estrutura administrativa própria, paralela à dos cursos regulares da instituição. O IFG oferece, ainda, cursos FIC voltados para o público feminino, do Programa Mulheres Mil do governo Federal. Os cursos do Mulheres Mil são destinados a mulheres com mais de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social. Helena conta que já participou do PRONATEC Bolsa Formação como servidora bolsista, fora de seu horário de trabalho na CORAE, como orientadora educacional do programa.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, no governo da presidente Dilma Rousseff, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar o acesso à educação profissional no Brasil²⁵. O programa tem como público alvo jovens trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda do governo federal. Entre as iniciativas do PRONATEC estão a expansão da rede de Institutos Federais, a ampliação da Rede e-Tec e a criação da Bolsa Formação, que consiste em subsídio do governo para a oferta de cursos técnicos no contraturno da jornada escolar para os alunos do ensino médio das redes estaduais, cursos FIC para estudantes da Educação de Jovens e adultos e também para trabalhadores que recebem auxílio-desemprego, beneficiários dos programas sociais. Os cursos do PRONATEC Bolsa Formação são oferecidos tanto nos IFs como também no Sistema S, em parceria com o governo federal.

A oferta massiva de cursos de curta duração para capacitação rápida e imediata de jovens, trabalhadores desempregados e beneficiários dos programas de distribuição de renda parece ter inspiração em outro programa de capacitação profissional em massa, que foi executado décadas atrás, criado pelo governo do então presidente da república João Goulart, mas colocado em prática nos primeiros anos de governo militar: o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-obra (PIPMO). Reforçando a ideia de que pouco se cria e muito se copia no que se refere a estratégias para a educação profissional. O PRONATEC Bolsa Formação tem em comum com o PIPMO a oferta massiva de cursos de capacitação, ministrados pela rede já existente de educação profissional: Escolas técnicas federais e Sistema S.

Alexandra também conta que já participou do PRONATEC como professora no curso técnico de Auxiliar de Biblioteca. Ela relatou como muito positiva a experiência do

²⁵ Ver em <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 30-01-2017.

PRONATEC para esse curso, e conta que vários alunos que concluíram o curso estão trabalhando na área em outras instituições ou prestando concurso para atuarem na área do curso. Além das certificações para concluintes de cursos realizados na instituição, regulares ou de programas paralelos, a partir de 2010, o IFG se torna uma das instituições credenciadas pelo MEC para fornecer a Certificação de conclusão do Ensino Médio, com base nas notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A certificação é destinada apenas a pessoas com mais de 18 anos, que selecionem no ato da inscrição a opção de utilizar a nota da prova para obter o certificado de Ensino Médio. Esse certificado também é emitido pela CORAE. Segundo Helena, os servidores do setor não foram consultados anteriormente, apenas chegou uma Resolução²⁶ determinando que a partir de então a instituição forneceria essa certificação.

Fernando compara a formação na época em que a instituição era Escola Técnica Federal de Goiás com o IFG. Ele relaciona o perfil dos estudantes da instituição com a qualidade da mesma:

Eu acho que em razão de... Da própria, do comportamento dos hábitos da sociedade daquele tempo, dos alunos, eu acho que a formação na época de escola técnica era bem... A formação era bem boa. Assim bem concentrada, bem boa e por culpa até um pouco da própria clientela. Hoje em dia eu acho que a formação hoje em dia acho que caiu um pouco em relação a escola técnica. Mas também tem muitos alunos bons que ajuda a levantar isso (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

A expansão e a diversidade de cursos alteram o perfil dos alunos e pulveriza o padrão de qualidade, ou pelo menos o que se compreendia ser a referência de qualidade. Fernando considera que a abertura da instituição para um público muito diversificado compromete a qualidade da instituição.

Pessoas fumando, querendo beber fora da escola, fazendo um monte de coisa aí. E não era assim. Era uma clientela muito concentrada naquilo que eles queriam. Então hoje em dia como a clientela é muito aberta, os alunos saem e entram na escola a hora que querem. Então isso fez com que... Diminuiu um pouco na minha opinião a qualidade da escola. Não da escola, mas assim é que quem faz a escola são os professores e os alunos. Então se o aluno não, se ele não capricha, se ele não se dedica, então isso acaba se refletindo no nível da escola e nas avaliações. Acaba que em ENADE²⁷ e ENEM a escola acaba se prejudicando com isso por culpa também dos alunos. Apesar de que a escola como eu falei ela... ela tem se saído muito bem nos exames de ENEM

²⁶ Resolução nº 01, de 01/03/2010 – IFG.

²⁷ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

(Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Alexandra, como bibliotecária da instituição durante o período de ETFG, CEFET e agora IFG, fala sobre as dificuldades encontradas para adaptar as bibliotecas às transformações institucionais. Ela conta que, com a mudança de Escola Técnica para CEFET, a biblioteca teve que se adaptar para atender aos cursos superiores. E relata que tiveram certa dificuldade para se organizarem, inclusive com documentação e mobiliário, para as avaliações dos cursos superiores feitas pelo MEC.

O primeiro reconhecimento do primeiro curso foi super, assim, ansioso para todos nós, tanto eu como ela em [a bibliotecária da Unidade de Goiânia] Goiânia. O primeiro foi Jataí, depois foi Goiânia. Então assim, essa mudança que foi um pouquinho complicada, tanto para mim, quanto para ela. E até mesmo de mobiliário dentro da biblioteca, de serviço, de funcionário, essas mudanças assim. Que a nossa biblioteca era considerada escolar. (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

Ela conta que até hoje, com a oferta tão variada de cursos, ainda não ficou definido o papel da biblioteca dos institutos.

É que, na verdade, até hoje não tem, né, a gente não tem um termo certo ainda. Porque a gente não é nem escolar, nem universitária, nem especializada. Por coincidência, eu faço parte do CBBI que é Comissão de bibliotecas do instituto, dos institutos. Aí a gente até agora está tentando ver qual nomenclatura vai ser a certa para as bibliotecas dos institutos. Tem até um documento dentro do CONIFE²⁸, falando sobre isso. A gente vê como a gente vai se enquadrar, porque a gente também não é universitária, porque a gente também tem cursos técnicos, a gente está vendo qual a gente vai ficar (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

São essas incertezas efeitos das transformações estruturais pelas quais a instituição passou em um curto espaço de tempo. A nova instituição, com as bases do que existia, vai buscar sua nova identidade e organizar-se administrativa e pedagogicamente para assumir o seu novo papel.

2.5 IFG x IFGoiano

Em 2008, quando foram criados os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, o Estado de Goiás ganhou dois Institutos Federais diferentes, provenientes de

²⁸ Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

instituições com características distintas: **IFG**, formado a partir do CEFET-GO, que nasceu das Escolas Técnicas Federais, oferece cursos com perfil urbano e industrial; **IFGoiano**, formado pela união dos CEFETs de Rio Verde e de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres. Com origem nas escolas agrotécnicas, o IFGoiano tem um perfil mais direcionado à tecnologia rural, oferece cursos voltados prioritariamente para a agropecuária e agroindústria.

Ao passo em que se constituíam as escolas técnicas industriais, também foi constituída uma rede federal de escolas agrícolas – As Escolas Agrotécnicas Federais. Várias escolas agrotécnicas foram transformadas em CEFETs, inclusive as escolas agrotécnicas de Rio Verde e de Urutaí. Em 2008, os CEFETs Rio Verde e Urutaí se uniram à Escola Agrotécnica Federal de Ceres, com o mesmo perfil, e formaram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano), com reitoria em Goiânia.

Quadro 01 - Comparativo de cursos ETFG, CEFET e IFG

INSTITUIÇÃO	NÍVEL DE ENSINO	CURSOS
ETFG	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Agrimensura Edificações Eletromecânica Eletrotécnica Estradas Mecânica Mineração Saneamento Telecomunicações
CEFET – GO	Ensino Médio	1º ano 2º ano 3º ano
	Curso pós-Médio	Agrimensura Edificações Eletrotécnica Mecânica Mineração Saneamento Segurança do Trabalho Transportes

		Curso Superior de Tecnologia	Agrimensura Eletromecânica Gestão Ambiental Hotelaria Planejamento da Construção Civil Química Industrial Redes de Computadores Sensoriamento Remoto Turismo
IFG	Cursos Técnicos de Nível Médio	Técnico Integrado ao Ensino Médio	Agrimensura Agroindústria Alimentos Automação Industrial Biotecnologia Controle Ambiental Edificações Eletrônica Eletrotécnica Informática Informática para Internet Instrumento Musical Mecânica Mineração Química Secretaria Escolar Trânsito Vigilância em Saúde
		Técnico Integrado ao Ensino Médio - PROEJA	Agroindústria Comércio Conservação e Restauro Cozinha Cuidados de Idosos Edificações Enfermagem Informática Manutenção e Suporte em Informática Panificação Secretaria Escolar Transporte de Cargas Transporte Rodoviário
		Técnico Subsequente ao Ensino Médio	Agrimensura Automação Industrial Edificações Eletrotécnica Mecânica Mineração

Cursos Superiores	Bacharelado	Engenharia Ambiental Engenharia Civil Engenharia de Controle e Automação Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Informática
	Licenciatura	Ciências Biológicas Física História Matemática Música Pedagogia Química
	Superior de Tecnologia	Agrimensura Análise e Desenvolvimento de Sistemas Construção de Edifícios Estradas Geoprocessamento Gestão de Turismo Hotelaria Logística Processos Químicos Redes de Telecomunicações Saneamento Ambiental Transporte Terrestre

Fonte: Elaborado pela autora.

Linha do tempo:

1909 – 1942 - Escola de Aprendizes Artífices, na Cidade de Goiás;
 1942 – 1999 - Escola Técnica de Goiânia/ Escola Técnica Federal de Goiânia/ Escola Técnica Federal de Goiás;
 1999 – 2008 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO; 2008 – 2014 - A partir de 2008 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG.

2.6 Considerações parciais sobre o capítulo

Das observações dos servidores técnicos administrativos sobre a educação profissional oferecida na instituição, o que se destaca nas falas é principalmente um saudosismo em relação ao passado em que a instituição foi Escola Técnica Federal. Esse período da história

institucional é realçado em todos os relatos como o modelo ideal de escola profissional, reconhecido não apenas pelos servidores, mas pela sociedade. A instituição contava, nesse período, com uma boa reputação que atraía os alunos que melhor se sobressaíam nas escolas de ensino fundamental, e que conseguiam ser aprovados em suas concorridas provas de seleção. É destacado também o histórico de aprovação dos alunos oriundos da ETFG nos vestibulares, o que aumentava o prestígio da instituição.

Tanto era valorizada a ETFG que sua extinção foi cumprida por meio de decreto, apesar das diversas manifestações contrárias dos estudantes e servidores da instituição. Foram registradas manifestações em defesa da ETFG que incluem greve, debates, atos simbólicos de queima do decreto e abraços coletivos ao prédio da escola.

Sobre o período que se seguiu à extinção da ETFG, quando a instituição foi transformada em CEFET, apesar de todas as manifestações contrárias, são feitas considerações a respeito das adaptações que tiveram que ser feitas na instituição para a oferta de cursos superiores. E a própria oferta de cursos superiores de tecnologia, na instituição, é avaliada com desconfiança, pois os cursos superiores de tecnologia, a única modalidade de cursos superiores oferecida no CEFET, não ganharam reconhecimento imediato da sociedade e os tecnólogos formados nesses cursos não conseguiram espaço de trabalho como profissionais de nível superior. Destaca-se também a resistência de servidores e estudantes às cobranças de taxas, na instituição, que se acentuaram nesse período.

À mudança de CEFET para IFG seguiu um processo mais democrático que a transformação anterior. A instituição foi consultada e decidiu, em coro com quase todos os CEFETs do País, aderir à transformação em IF. São destacadas as adaptações necessárias para essa nova transformação que, então, abriu a instituição para a oferta de vagas em cursos de níveis muito distintos, envolvendo desde a educação básica à pós-graduação. Registrou-se, também, uma certa desconfiança a respeito da qualidade da educação oferecida na instituição para um público tão amplo, mais uma vez, em comparação com a ETFG.

Destacam-se ainda as considerações sobre os programas do governo federal, que utilizam a estrutura da instituição para oferta de cursos paralelos aos regulares, com secretaria e professores à parte dos cursos regulares na instituição, e os transtornos que trazem a mistura entre a estrutura institucional e os programas paralelos.

Cabe destacar, por último, os esforços dos governos que se seguiram à frente do País para adaptarem a educação oferecida à classe trabalhadora aos ideais de seus planos de governo. A educação profissional aparece, nas transformações que se seguiram, especialmente de 1999 a

2014, como instrumento dos governantes para mediação entre os interesses da classe trabalhadora e as necessidades dos setores produtivos. Variando, em grande parte, mais os discursos que as práticas pouco se criou e muito se adaptou das experiências importadas do exterior ou do nosso próprio passado. As instituições ficaram sujeitas às negociações entre o governo e o setor produtivo e à mercê das adaptações impostas por decretos. As instituições federais de educação profissional, até 2014, ainda não conquistaram a estabilidade de se firmarem como instituições que são. Elas estão em um processo que não cessou, expandindo-se e se adequando aos programas do governo.

CAPÍTULO III

A EXPANSÃO DA INSTITUIÇÃO PARA O INTERIOR DO ESTADO, COM A CRIAÇÃO DOS NOVOS CÂMPUS DO IFG

Nos últimos anos, a Rede Federal de Educação Profissional tem passado por um processo de expansão ousado, nunca antes experimentado em sua história. É certo que a partir de sua criação, em princípio, como Escolas de Aprendizes Artífices, a educação profissional adquiriu conceitos e importância que possibilitaram sua multiplicação pelo país, com intensidade correspondente aos projetos e às expectativas dos governos que se seguiram. No entanto, em nenhum momento de sua história, a expansão da rede de educação profissional teve tanto destaque como no período que se seguiu a partir de 2003, quando o técnico torneiro mecânico Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República. No governo do presidente Lula foi criado um plano para a expansão da rede que previu a criação de 214 novas escolas até o ano de 2010. O ousado plano, que programou quase triplicar a quantidade de escolas já criadas por todos os governos até então, não apenas se cumpriu como teve continuidade no governo que se seguiu.

Os índices do Plano Nacional de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se refletem no crescimento e interiorização da rede no Estado de Goiás. Mais especificamente, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A expansão desta instituição acompanhou fielmente a tendência nacional: passou de duas unidades em 1999, para 14 unidades em 2014.

A comparação entre os investimentos feitos na expansão da rede no passado e a vigorosa investida dos governos recentes no sentido dessa ampliação grandiosa, desperta o interesse em compreender o porquê de agora se ter realizado essa grande iniciativa. E por que só agora? Será que não houve antes a possibilidade de realizar esse feito, ou essa apenas não foi uma prioridade em nenhum governo anterior? E, mais que isso, em que circunstâncias foi possível empreender a gigantesca expansão da rede federal de educação profissional?

Em busca da resposta para esta última questão, é possível analisar a expansão da rede nacional a partir da realidade observada pelos servidores técnicos administrativos do IFG, que acompanharam a expansão da rede realizada nesta instituição, a fim de compreender em que condições se efetivou a expansão da instituição.

3.1 O projeto nacional de expansão e interiorização das IFES

O marco inicial de uma rede federal de educação profissional é a criação das Escolas de Aprendizes Artífices do Governo Federal, em 1909. Em seu princípio, eram 19 as Escolas de Aprendizes Artífices pelo governo federal. 90 anos depois, em 1999, a rede de instituições de educação profissional do governo federal estava composta por 116 unidades.

A Precursora da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil se expandiu timidamente, moldando-se conforme as políticas do governo federal para a educação profissional e consolidando-se como instituições necessárias à sociedade, ao setor produtivo e ao governo como instrumento de mediação entre esses dois interesses. A expansão da rede, na história do Brasil, ocorreu da seguinte maneira:

Tabela 03 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil de 1909 a 2014 ²⁹

Governo Presidencial	Período	Instituições federais de educação profissional criadas
Nilo Peçanha	1909 e 1910	21
Hermes da Fonseca	1910 – 1914	01
Wenceslau Braz	1914 e 1918	01
Delfim Moreira	1918 e 1919	01
Epitácio Pessoa	1919 e 1922	01
Arthur Bernardes	1922 e 1926	02

²⁹ Na Tabela 03 encontram-se as quantidades de escolas criadas. No entanto, não foram encontrados os registros quantitativos de escolas fechadas nesses períodos.

Getúlio Vargas ³⁰	1930 a 1945 e 1951 a 1954	14
Gaspar Dutra	1946 a 1951	11
Café Filho	1954 a 1955	04
Emílio G. Médice	1969 a 1974	03
Ernesto Geisel	1974 a 1979	01
João B. Figueiredo	1979 a 1985	02
José Sarney	1985 a 1990	13
Fernando Collor	1990 a 1992	03
Itamar Franco	1992 a 1995	27
Fernando Henrique Cardoso	1995 a 2002	11
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 a 2010	214
Dilma Vana Rousseff	2011 a 2014 ³¹	208

Fonte: Mattos, 2013. Organizado por Paislandim (2017).

A tentativa de expansão mais pretenciosa já anunciada pelo governo federal havia acontecido em 1986, no governo do presidente José Sarney. O governo federal, em julho de 1986, lançou o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Técnico Agrícola e Industrial do MEC (PROTEC), que utilizaria recursos que haviam sido obtidos mediante empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de 20 milhões de dólares, ainda durante o governo do ex-presidente João Figueiredo. O PROTEC previa a instalação de 200 novas unidades de escolas técnicas, industriais e agro técnicas (MEDEIROS, 2011).

Cunha classifica o anúncio de expansão do governo Sarney como simulacro demagógico. Isso porque o ensino técnico industrial na rede federal gozava então de bom desempenho e prestígio, capazes de transformar a promessa de expansão dessa rede em um grande material para a demagogia, com objetivos político-eleitoreiros. O PROTEC estipulou uma meta de expandir e interiorizar a rede federal de educação profissional, com a proposta de instalar duzentas escolas profissionais de 1º e 2º graus. Esse objetivo foi traçado sem nenhum estudo prévio que indicasse a necessidade ou as localizações mais adequadas para essas novas unidades. O anúncio do PROTEC se apoiou nas crenças disseminadas desde sempre sobre os valores da educação profissional para inibir a delinquência, e trazer mais segurança e progresso social e individual. No entanto, na realidade, não se previa o cumprimento da meta divulgada, mas sim a organização de uma estratégia de manipulação da meta que, redefinida, consistia em firmar duzentos convênios que poderiam beneficiar escolas já existentes. No final das contas, para fechar o número de duzentos, o governo refez as contas e realizou um cálculo que maquiava

³⁰ Até a década de 30, como escolas de aprendizes artífices que deram origem à rede federal de escolas técnicas.

³¹ Considera-se o ano de 2014 como o limite do recorte histórico desta pesquisa.

o descumprimento da meta. No final do governo, apenas 13 novas escolas haviam sido inauguradas (CUNHA, 2005).

Goiás foi um dos Estados contemplados com a expansão do PROTEC. Uma das poucas novas unidades que se concretizaram a partir do programa foi a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Jataí, da Escola Técnica Federal de Goiás. A UNED Jataí foi fundada em 18/04/1988, inicialmente, em um prédio cedido pela prefeitura, onde funcionava uma escola municipal.

Como já foi abordado no capítulo anterior, a década de 1990 representou um atraso para a educação pública e para a rede federal de educação profissional. As instituições da rede federal sofreram com cortes de recursos, falta de servidores, equipamentos, abandono da estrutura e prenúncios de privatização. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcado pela implementação de um projeto neoliberal para o país e conseqüentemente para a educação, isso significou sucateamento das instituições públicas e fortalecimento das instituições privadas.

Há pontos importantes a serem discutidos a respeito da expansão da rede federal de educação profissional nesse período, não pelo que se avançou, mas pelos retrocessos que se implementaram. É preciso citar, por exemplo, o contraditório programa lançado pelo governo federal em novembro de 1997, o qual não poderia ter uma denominação menos adequada. Tratase do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), criado em parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho.

O PROEP, assim como o PROTEC do governo de Sarney, também previa a implementação e/ou a readequação de 200 centros de educação profissional. A exemplo daquele, este programa também contou com um empréstimo internacional: recebeu 250 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de 125 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador e 125 milhões do Tesouro Nacional. O PROEP teve como meta a implementação e/ou a readequação de 200 centros de educação profissional: 70 na esfera federal, 60 na estadual e mais 70 no que se chamou de “seguimento comunitário”.

A parte da meta que trata da esfera federal se refere à transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), da mesma forma, as demais escolas públicas, que deveriam se converter em centros de educação profissional, cujas características constituem uma verdadeira cartilha do neoliberalismo para a educação profissional, como descreve Cunha:

Os Centros de Educação Profissional foram definidos com as seguintes características:

- a) Determinação da oferta de cursos em função da demanda;

- b) Atualização permanente do currículo, de acordo com as características ocupacionais requeridas;
- c) Adoção do sistema de estágios supervisionados para estudantes nos locais de trabalho;
- d) Treinamento de professores por meio de estágios em empresas;
- e) Adoção de sistema de colocação de egressos em empregos;
- f) Sistema de acompanhamento de egressos;
- g) Integração de representantes do setor privado nas decisões;
- h) Integrações com mercados através de convênios (parcerias) com empresas e outros empregadores, para efeito de estágios, uso de equipamentos, treinamento de professores, venda ou compra de serviços etc.;
- i) Integração com outras instituições de ensino profissional em relação a oferta, capacitação de professores, assistência técnica e outros; j) Adoção de sistema de contabilidade de custos;
- k) Geração de receita própria significativa; e
- l) Progressiva autonomia de gestão financeira e de recursos humanos. (CUNHA, 2005, p. 257)

Os objetivos do PROEP também estimulam a adoção de flexibilização na contratação de pessoal, com base na legislação vigente, que abria espaço para a contratação temporária. A expansão da educação profissional com a criação de novas unidades, nesse programa foi constituída principalmente dos 70 projetos do “segmento comunitário”. O Programa incluiu as prefeituras municipais, mas se compõe, no que se refere a novas escolas, especificamente das entidades privadas. E mesmo as escolas públicas que pleitearam recursos do PROEP tiveram que apresentar um plano estratégico para estabelecer uma gestão autônoma, com capacidade de geração dos próprios recursos, e que estabelecesse parcerias com as empresas, a fim de atender às demandas do setor produtivo.

Assim, com o argumento de estar investindo 500 milhões de dólares na expansão da educação profissional, o governo encontrou espaço para dar sentido de privatização à rede federal de educação profissional, com a inclusão de empresários em seus conselhos, parcerias com o setor privado, venda de cursos e contratação de pessoal fora das normas do serviço público. Além de financiar com dinheiro público os projetos do sistema privado. (CUNHA, 2005)

Em 1998, uma nova lei foi promulgada para inibir a expansão da rede federal de Educação Profissional. Trata-se do artigo 47 da lei n. 9.649/1998:

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1998).

A promulgação desta lei foi a continuação do revés que se lançou sobre a expansão da rede federal, pois colocava condições para que a rede federal de educação profissional apenas pudesse se expandir, nos termos colocados pelo PROEP. É necessário observar, no entanto, que a expansão da rede federal não foi proibida, mas vinculada a parcerias com estados, municípios ou setor privado, e deixava bem claro que o governo federal não se responsabilizaria pela manutenção de qualquer nova instituição. Ora, era de se esperar que, se as escolas que já existiam estavam funcionando de braços dados com a iniciativa privada e a caminho da privatização, este era um sinal claro de que o governo federal não tinha interesse em se responsabilizar pela educação profissional pública. Tratava-se, portanto, de mais uma das medidas de desmonte da educação pública e incentivo à iniciativa privada.

3.2 Plano de Expansão da Rede Federal

A partir do governo presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, como resultado de forte pressão de estudantes e educadores, algumas medidas começaram a ser implantadas no sentido de corrigir os rumos que a educação profissional havia tomado no governo anterior. A primeira dessas medidas se consistiu na revogação do Decreto n. 2.208/97 e a sua substituição pelo Decreto n. 5.154/2004, que reestabeleceu a possibilidade de integração entre ensino médio e técnico.

O governo do presidente Lula também propôs redirecionar os recursos do PROEP para os segmentos públicos. O governo reativou projetos do PROEP, com uma revisão de destinação de 8 milhões a mais para o segmento estadual, e não para o comunitário. No entanto, esse governo também deu início a projetos de parceria público-privada para o início dos programas Escola de Fábrica e PROJOVEM, com os recursos do PROEP em novos programas, mas que carregavam concepções parecidas com as do governo anterior. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

O processo de expansão da rede federal de educação profissional tem início, realmente, com a alteração do *artigo 47 da lei n. 9.649/1998*, promulgada por FHC, a qual vinculava, obrigatoriamente, a expansão da rede federal de Educação Profissional à criação de parcerias com estados, municípios ou setores produtivos. A partir de uma nova redação, dada pela Lei nº 11.195/2005, de 18 de novembro de 2005, passa a ser permitida a criação de novas unidades na

rede federal, preferencialmente, mas não mais somente, em parceria com estados, municípios ou setores produtivos.

A partir da alteração da lei que limitava a criação de novas unidades de ensino pela rede federal, o governo lançou a 1ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e, de novembro a dezembro de 2005, foi definido o conjunto de unidades a serem implantadas nesta 1ª fase. Já em dezembro de 2005, foi promulgada a Lei n. 11.249/2005, a qual abriu um crédito suplementar no valor de R\$ 422.037.761,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, trinta e sete mil, setecentos e sessenta e um reais) para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, deste montante, R\$ 57 milhões foram destinados à execução da 1ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, que previu a construção de mais 60 unidades de ensino, com linhas de ação prioritárias em Estados que não possuíam Instituições Federais de Educação Tecnológica (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), municípios interioranos e periferias de grandes centros urbanos. Além da criação de novas unidades, também foi efetivada a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica. As obras do plano de expansão se iniciaram em 2006. Em Goiás, foi inaugurada a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Inhumas, vinculada ao CEFET-GO, em 2007.

Figura 10 – 1ª Fase da Expansão na Região Centro Oeste



Fonte: <http://www.utfpr.edu.br/reuni/diretrizes/Plano%20de%20Reestruturação%20e%20Expansão%20das%20IFES%20-%20REUNI.pdf>. (Acesso em 07-02-2017).

Em 2007, o governo lançou a 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com investimento de R\$ 750 milhões de reais do Ministério da Educação para a criação de mais 150 unidades de ensino até o ano de 2010. Nos municípios onde as prefeituras disponibilizaram construções já existentes para abrigarem as novas unidades de ensino, as aulas se iniciaram no segundo semestre de (MEC, 2008)³². Foi o que aconteceu nas implantações das unidades do CEFET-GO em Itumbiara e Uruaçu. Essas unidades entraram em funcionamento ainda como CEFET-GO, mas as unidades cujos prédios ainda precisavam ser construídos já iniciaram suas atividades como câmpus do IFG.

O IFG foi criado pela Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, a partir da estrutura já existente do CEFET-GO. Como já foi tratado no capítulo II, foi criada uma reitoria, à qual se vincularam as Unidades de Ensino preexistentes, que, a partir de então, tornaram-se câmpus do IFG: Câmpus Goiânia, Câmpus Jataí, Câmpus Inhumas, Câmpus Uruaçu e Câmpus Itumbiara. As unidades criadas na 2ª etapa do Plano de Expansão da Rede Federal, a partir de então, já nasceram como câmpus do IFG, são elas: Câmpus Formosa, Câmpus Anápolis e Câmpus Luziânia, inauguradas em 2010.

O Instituto Federal de Goiás, nas duas fases do Plano de Expansão, recebeu investimentos iniciais de R\$ 30 milhões para a construção das seis novas unidades em Inhumas, Uruaçu, Itumbiara, Formosa, Anápolis e Luziânia (MEC, 2010).

Além da ampliação física das unidades de ensino da rede federal, o governo também planejou sua expansão através do Ensino a Distância (EAD). Em 2007, foi instituído o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil. O Sistema Rede e-Tec foi criado com o objetivo de que a educação profissional e tecnológica pudesse alcançar os municípios mais distantes, onde não chegaria a expansão da rede de ensino presencial. O propósito da Rede e-Tec foi, através de parcerias entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ofertar cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos na modalidade de EaD. O governo estipulou a meta de estruturar mil polos de EAD da Rede e-Tec, e atender 200 mil alunos até 2010 (MEC, 2010).

Apesar das metas traçadas pelo governo do presidente Lula se encerrarem em 2010, com o final de seu mandato, o plano de expansão da Rede Federal e Educação Tecnológica teve continuidade no governo que se seguiu, com a presidente Dilma Vana Rousseff. No governo da

³² Ver em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/209-noticias/564834057/9839-sp716479924?Itemid=164>. Acesso 07-02-2017

presidenta eleita foram inaugurados alguns câmpus remanescentes da 2ª fase de expansão e se iniciou a 3ª fase de expansão da Rede Federal.

Em 26 de outubro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.513, que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que teve como escopo principal a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no Brasil e em cujos objetivos consta, entre outras ações, fomentar e apoiar a expansão da rede física de educação profissional e tecnológica. O MEC relaciona também, como objetivos do PRONATEC: a contribuição para a melhoria do ensino médio público através da sua articulação com o ensino profissional; a ampliação das oportunidades de formação para trabalhadores através do incremento da formação e qualificação profissional; o estímulo à difusão de recursos pedagógicos que apoiem a oferta de cursos da educação profissional e pedagógica; e o estímulo à articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda³³.

O PRONATEC integra cinco iniciativas do governo federal para a educação profissional. Entre essas ações, encontra-se a continuidade da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com proposta de seguir construindo novas unidades de ensino presencial no interior do país.

Outra iniciativa do PRONATEC consiste no programa Brasil Profissionalizado, que propõe a oferta de cursos técnicos de nível médio no contra turno do ensino médio regular, nas redes estaduais de ensino. Esse programa é oferecido através de convênios entre estados, Distrito Federal e governo federal, e destinou cerca de dois bilhões de reais para a preparação dos espaços físicos das escolas, construções de laboratórios e capacitação de gestores e docentes.

O PRONATEC também preservou a expansão da Rede e-Tec Brasil para a oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade EaD. Com participação não apenas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mas também dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e de outras instituições públicas de educação profissional, vinculadas aos sistemas estaduais de ensino.

Além da expansão da oferta de cursos de nível médio, o PRONATEC recorre à oferta massiva de cursos de qualificação profissional de curta duração. Para tanto, uma das iniciativas consiste em um Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que tem

³³ Ver em <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 07-02-2017.

o objetivo de incentivar que seja ampliado o investimento dos recursos recebidos pelo Sistema S na oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos no Sistema S para estudantes de baixa renda. A última das iniciativas do PRONATEC consiste na criação da Bolsa Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos, FIC ou cursos de qualificação profissional. Os cursos do PRONATEC são oferecidos tanto por meio de parcerias com outras instituições públicas, como de acordos com as entidades do Sistema S.

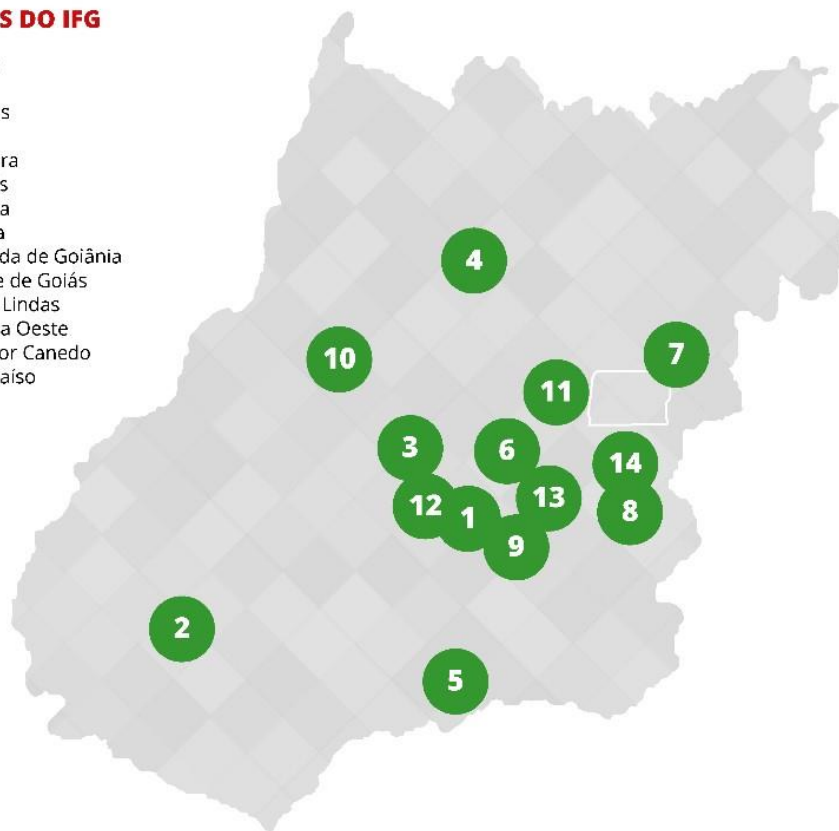
Apesar disso, nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma Rousseff não se desenvolveram projetos claros de privatização, foram realizadas as parcerias público-privadas, assim como no governo anterior, através das quais foram repassados recursos para que instituições privadas exercessem algumas funções do Estado.

No primeiro governo da presidente Dilma, entre 2011 e 2014, foram criados seis novos câmpus do IFG: Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás (2012), Goiânia Oeste³⁴, Águas Lindas de Goiás, Valparaíso e Senador Canedo (2014). Como é possível observar na figura abaixo, o IFG se expandiu por Goiás, abrangendo todas as regiões do Estado. Na região metropolitana da capital (Centro Goiano) se situam cinco *campi*: Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Quase vizinho, fora da região metropolitana, mas ainda no centro goiano, há um câmpus em Anápolis. No entorno do Distrito Federal (Leste Goiano), o IFG conta com câmpus nas cidades de Formosa, Luziânia, Águas Lindas e Valparaíso. Os câmpus mais distantes das capitais se situam em Jataí e Itumbiara (Sul Goiano), Uruaçu (Norte Goiano) e na Cidade de Goiás (Noroeste Goiano).

³⁴ Em 2012, foi criado um segundo câmpus na capital, que ganhou o nome de Câmpus Goiânia Oeste.

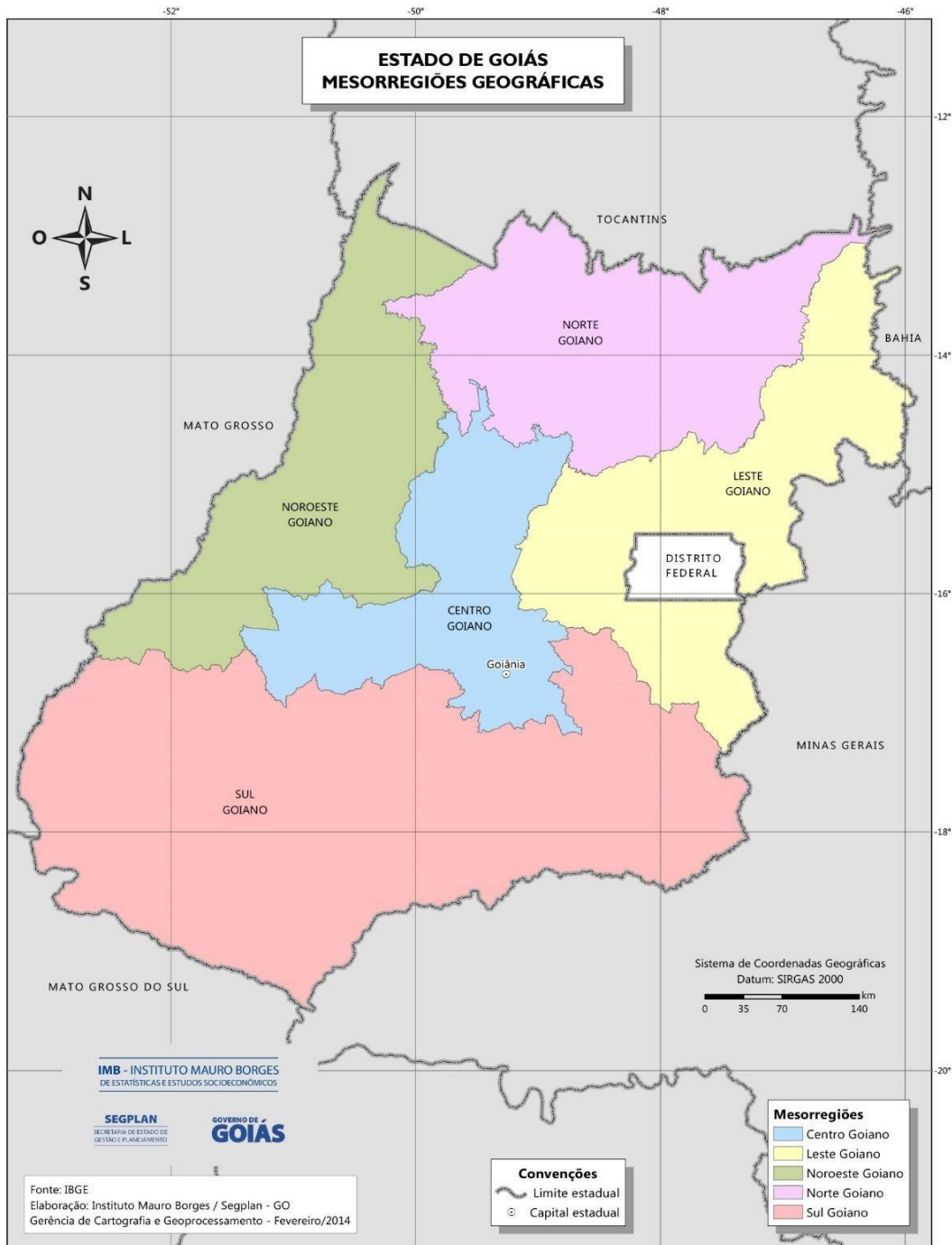
Figura 11 – Mapa da Expansão do IFG**CÂMPUS DO IFG**

- 1- Goiânia
- 2- Jataí
- 3- Inhumas
- 4- Uruaçu
- 5- Itumbiara
- 6- Anápolis
- 7- Formosa
- 8- Luziânia
- 9- Aparecida de Goiânia
- 10- Cidade de Goiás
- 11- Águas Lindas
- 12- Goiânia Oeste
- 13- Senador Canedo
- 14- Valparaíso



Fonte: <http://www.ifg.edu.br/intranet/images/2015/Marca-2015/mapa%20ifg-01.png> - Acesso em 02/09/2016.

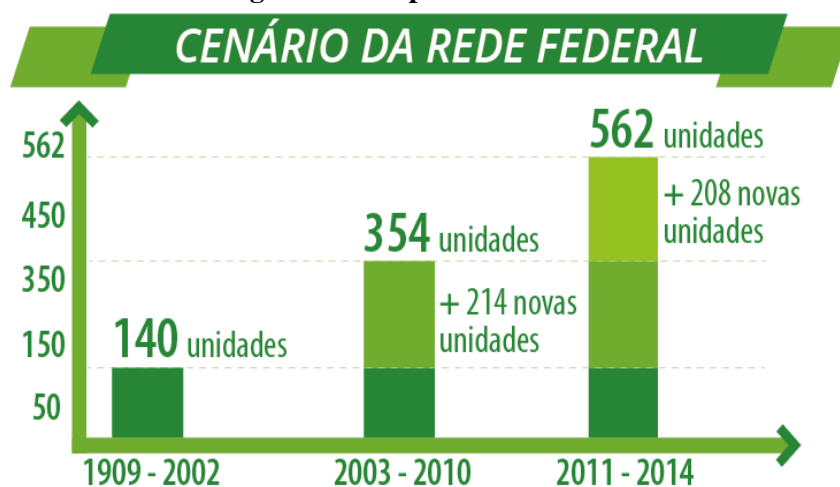
Figura 12 – Estado de Goiás – Mesorregiões Geográficas



Fonte: http://www.imb.go.gov.br/down/mapas/mesorregioes%20-%20ibge/mesorregioes_do_estado_de_goias_ibge.jpg. -Acesso em: 02/09/2016.

Como pode ser observado na Figura 13, que demonstra o cenário da Rede Federal, a Rede cresceu significativamente de 2002 a 2010, e, em um período de doze anos, de 2002 a 2014, o número de unidades foi mais que quadruplicado.

Figura 13 – Expansão da Rede Federal



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> - Acesso em 20/10/2015

Tabela 04 - Quantitativo de câmpus da rede federal de ensino profissionalizante, por região e fase de expansão.

	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total
Pré-existent	13	49	11	39	28	140
2003-2010	18	68	21	66	41	214
2011-2012	8	25	18	18	19	88
2013-2014	14	52	14	23	17	120
Total	53	194	64	146	105	562

Fonte: Tribunal de Contas da União (2012).

Na tabela que demonstra o quantitativo de câmpus da Rede Federal de Ensino Profissionalizante, por Região e fase de expansão, é possível observar que a região Nordeste é onde mais foram criados novos câmpus da Rede Federal, em todas as fases da expansão da Rede. Como observado no quadro a seguir, os critérios de criação de novos câmpus nas três fases preconizam a distribuição proporcional das unidades no território brasileiro, priorizando a distribuição das unidades por microrregiões ainda não atendidas. Na primeira fase, um dos critérios está pautado nos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; nas duas primeiras fases, são favorecidas as parcerias para implantação e a sintonia com os arranjos produtivos locais e, na terceira fase, além da distribuição espacial equânime, são considerados critérios de indicadores educacionais.

Quadro 02 - Critérios de escolha dos lugares dos novos câmpus por fase da expansão

Fases da Expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	<ul style="list-style-type: none"> a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011/2012)	<ul style="list-style-type: none"> a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos <i>campi</i>); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013/2014)	<ul style="list-style-type: none"> a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: SETEC/MEC *apud* Tribunal de Contas da União (2012, p. 6-7).

A fim de fornecer apoio às políticas para a educação profissional e tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC criou o Observatório Nacional da Educação Profissional e Tecnológica e do Mundo do Trabalho, para ser um centro de apoio cuja principal finalidade é realizar estudos que revelem demandas regionais e locais, a fim de fornecer dados para auxiliar as instituições da rede federal de educação profissional tecnológica a conhecerem as realidades dos contextos onde se instalam os novos câmpus da expansão. Iniciado a partir de 2007, o Observatório da Educação Profissional e Tecnológica e do Mundo do Trabalho funcionou inicialmente através de um trabalho conjunto entre uma coordenação nacional e coordenações regionais, que trabalharam como um centro de suporte da expansão na Rede Federal, com o objetivo de apoiar a instalação

dos novos câmpus dos institutos federais de maneira a potencializar suas ações na medida das características e necessidades sociais, econômicas e culturais de cada comunidade (BARBOSA, 2009).

Em 2008, a SETEC/MEC criou o Observatório do Mundo do Trabalho do IFG, que ficou responsável por assessorar a instituição com dados e informações para as implantações de novos *campi*, com possibilidade inclusive de influenciar outros IFs a instalarem seus próprios observatórios (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016). Os observatórios do mundo do trabalho realizam estudos sobre as características regionais, recursos naturais, arranjos produtivos locais e demandas por profissionalização, a fim de indicarem, por exemplo, modalidades de educação, cursos e organização acadêmica mais adequados às unidades de ensino, sugerirem linhas de pesquisa e programas de extensão que melhor se adequem a cada região, além de assinalarem interações possíveis entre a instituição e a gestão pública, empresários, sociedade civil organizada, movimentos sociais ligados aos arranjos produtivos, sociais e culturais específicos de cada novo câmpus (BARBOSA, 2007)

3.3 A expansão no IFG

Quadro 03 – A Expansão no IFG

CÂMPUS	ANO DE CRIAÇÃO	FASE DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL
Goiânia	1910 - 1942	Criação da Rede Federal de Aprendizizes Artífices
Jataí	1988	PROTEC
Inhumas	2007	1ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica ³⁵
Itumbiara	2008	2ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica
Uruaçu		
Formosa		
Anápolis	2010	

³⁵ Ver em:

<http://www.utfpr.edu.br/reuni/diretrizes/Plano%20de%20Reestruturacao%20e%20Expansao%20das%20IFES%20-%20REUNI.pdf>. Acesso em 07-02-2017

Luziânia		
Aparecida de Goiânia	2012	3ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica
Cidade de Goiás		
Goiânia Oeste	2014	
Águas Lindas de Goiás		
Valparaíso		
Senador Canedo		

Fonte: Elaborada pela autora.

A história de criação do câmpus Goiânia se confunde com a história da própria instituição, pois essa se constituiu como a única unidade até 1988 e, mesmo após a criação de novas unidades em Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu, a unidade da capital foi considerada unidade sede, enquanto as demais formavam unidades descentralizadas. Somente a partir da transformação do CEFET em IFG, com uma reitoria e estrutura multicampi, é que o câmpus Goiânia deixou de ser o centro da instituição. A partir de 2014, o câmpus Goiânia ainda passou a dividir espaço na cidade com o novo câmpus que foi criado na capital, o câmpus Goiânia Oeste.

Essa perda de prevalência do câmpus Goiânia, diante da criação dos novos câmpus e da paridade entre todas as unidades, é percebida no relato de Helena, que destaca os obstáculos para a comunicação que se instalaram a partir da criação da reitoria, e da necessidade de dividir a tomada de decisões entre todos os câmpus e não mais apenas diretamente com a direção daquela sede. Essa dificuldade se observa no seguinte trecho, em que Helena explica que quando uma solicitação do câmpus é levada para tomada de decisão junto à reitoria, abre-se diálogo e votação entre todos os câmpus e, como o câmpus Goiânia não tem prioridade, muitas vezes perde a votação e não tem a solicitação atendida de imediato:

Se fosse como escola técnica, como CEFET ainda, que não tinha a reitoria para lá, a gente é, porque a gente tem um bom relacionamento com a direção, bom relacionamento com meu chefe superior que é o gerente também. É assim, em termos assim de equipe mesmo, a gente trabalhando, né. Mas aí o que eu falo para você, a solicitação no termo fica difícil porque o nosso diretor, ele é voto vencido enquanto reitoria. Aí nesse termo a gente não é atendido. Só nesses termos (Informação verbal) (HELENA, 2016).

Fernando conta que trabalhou apenas no Câmpus Goiânia, mas conhece também os câmpus Jataí, Inhumas, Anápolis, Luziânia, Itumbiara e Aparecida de Goiânia. Ele avalia a expansão como um salto de qualidade institucional, até o momento uma coisa boa para o Estado de Goiás, para os municípios e para as comunidades, pois, segundo ele, as novas escolas são grandes, boas e muito bem equipadas, com espaços muito adequados. O servidor menciona, também, que a instituição tem facilitado a qualificação dos servidores administrativos e docentes e que isso demonstra que a instituição tem procurado manter a sua qualidade. Fernando faz uma reflexão que evidencia a instabilidade da instituição diante do arbítrio dos governos que se seguem:

Aumentou também o número de vagas e eu acho isso positivo. Agora, eu espero que os próximos governos, se eles não fizerem mais expansão, mas pelo menos que eles mantenham esses câmpus e mantenham a estrutura, pelo menos igual está agora, né. Mantenham a estrutura. Mantenham a realização de concursos. E mantenha essas escolas. Eu vejo como muito positivo para o Estado (Informação verbal) (FERNANDO, 2016)

Questionado sobre as interferências da expansão em seu trabalho na instituição, Fernando afirma que o trabalho aumentou. Ele cita o período imediato à criação do IFG, em que a reitoria da nova instituição funcionou dentro do prédio do câmpus Goiânia, e conta que desde então as funções da reitoria e desse câmpus se confundem. Com a criação dos novos *campi*, o câmpus Goiânia continuou funcionando como um câmpus central que oferece suporte ao funcionamento dos demais, por contar com uma estrutura mais completa e com servidores mais experientes. Ele menciona ainda que, mesmo que esse trabalho tenha aumentado, a contratação de servidores não acompanhou o aumento de trabalho:

E por um tempo aqui, assim que o instituto foi criado por lei, aqui acumulou ao mesmo tempo o câmpus Goiânia e a Reitoria. Então quando a reitoria estava aqui dentro parece que dividiu as “coisas” com a gente, a realização dos trabalhos administrativos. Ai depois que a reitoria saiu e com a criação de vários campos, acho que aumentou muito o trabalho aqui, apesar de que cada câmpus faz o seu trabalho, mas é comum de vez em quando aqui a gente receber, por exemplo, atestados médicos de cidades, por exemplo, que não tem médico, não tem o SIASS³⁶ lá . Então assim às vezes vem para o câmpus Goiânia. Não são muitos não, mas vem algumas coisas de alguns campi, principalmente da Cidade de Goiás. Às vezes até da própria reitoria, aqui de Inhumas, Anápolis, vem algum trabalho, muito pouco mas vem para a gente fazer aqui no câmpus Goiânia. Então aposentaram alguns servidores, outros passaram em outros concursos e foram embora e o RH, por exemplo, está bem “diminuído” aqui, está com o corpo bem reduzido aqui no câmpus Goiânia e o trabalho só aumenta. E muita contratação de professores substituto, efetivo... Então a alteração que houve foi nesse sentido assim. Aumentou o trabalho...

³⁶ Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS

Aumentou o trabalho e diminuiu o número de pessoas que faziam o trabalho (Informação verbal) (FERNANDO, 2016).

O primeiro câmpus a ser criado como unidade descentralizada foi o Câmpus Jataí, até 2008, Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) Jataí. Alexandra, que acompanhou o movimento de expansão da instituição na perspectiva do câmpus Jataí, conta que enquanto UNED dependiam muito da sede de Goiânia para tudo, inclusive materiais e mobiliário. A partir da transformação em CEFET essa dependência começou a diminuir e, finalmente, quando a UNED se transformou em câmpus conseguiu autonomia e melhorou muito. Ela conta que só percebeu melhoras desde que a UNED se transformou em câmpus do IFG. Relata que quando o IFG foi inaugurado não faltaram recursos, inclusive a biblioteca pôde comprar muitos livros, e que depois começou uma crise, mas que só percebeu melhoras na mudança de CEFET para IFG. No entanto, no que se refere à criação dos novos câmpus da expansão, Alexandra levanta ressalvas e afirma que tem muitas críticas a fazer. Assim como Fernando, Alexandra também relata que, com servidores mais experientes na instituição, os câmpus preexistentes à expansão precisaram oferecer suporte aos novos *campi*:

Aí a gente ouve de todos os lados. Com a expansão você acha que diminuiu alguma coisa para o câmpus que já existia? Não, eu não vejo dessa forma, mas eu vejo que a expansão assim, foi muito rápida, né. De uma forma assim de cima para baixo e assim, a gente não teve tempo de imaginar, de criar as coisas. Existe câmpus que está totalmente perdido, não sabe o que tem que fazer [...]. Quando os bibliotecários chegavam novatos todos procuravam a gente, Goiânia e Jataí, porque não sabia o que fazer. Não tinha políticas, né. Assim. Só criou o câmpus. Até espaço físico mesmo, tem câmpus que até hoje não tem biblioteca, tem uma sala emprestada. Está emprestada em prédios emprestados. Então assim essa expansão dessa forma assim todo mundo considera: _Ah, foi o auge. Eu considero assim que deveria ter sido mais lento. Pensando melhor, né. Porque o governo pensou em expandir, mas não preocupou assim... Igual, tem muitos campos hoje em dia que não tem todos os servidores, né. Não tem um quadro específico de servidor como deveria ser. Tem o imaginário do governo lá que só pode “tantos” por aluno, né. Só que a realidade mesmo é outra. Então essa expansão... Mas eu não vejo como negativa, eu vejo como positiva. No Total, no amplo... No global eu vejo como positiva e não como negativa. Mas... Tudo que é novo causa um desconforto para alguma pessoa, né. E alguns campos ficaram assim. Jataí não. Eu não considero que Jataí ficou prejudicada. Campos Jataí não (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016).

Alexandra faz muitas críticas à celeridade que foi dada ao processo de expansão. A criação de novos câmpus foi realizada às pressas, priorizando a formalidade da inauguração de qualquer jeito. Ela afirma que a criação de novos câmpus com tanta rapidez para atender às determinações do governo federal aconteceu de forma precária, com novas unidades funcionando com quadro reduzido de servidores, sem estrutura física, política ou administrativa adequada.

Eu ouço em todas as reuniões, assim algumas reuniões, a preocupação, porque poderia ter sido diferente. Quatorze campos sendo que nem um tem tudo o que deveria ter. Eu entendo essa forma sim, mas eu acho que foi a questão assim de a administração ter preocupado. O governo soltou para o instituto e teve que fazer e não preocupou com a outras coisas, né. Então por isso que a gente vê aí muitos campos com problemas, né. Problemas com estrutura física, problemas com servidores ne. Tem campos que tem pouquíssimos servidores, um faz aquele tanto de atividade e nesse ponto Jataí não teve nem um problema ne, porque já existia, né, todos os servidores. Está certo que a quantidade de atividades dobrou, a gente assim... O que a gente fazia antes no CEFET hoje o nosso serviço aumentou assim o dobro. Porque agora a gente tem curso de pós-graduação, aumentaram os cursos superiores, né, não é só mais um, tem vários, temos quatro, tem curso superior... Tem pós-graduação, nós temos aqui, especialização câmpus Jataí já tem. Então aumentando tudo isso, aumentando os alunos os serviços, aumentou na biblioteca e todas as atividades. E continua os mesmos bibliotecários (Informação verbal) (ALEXANDRA, 2016)

No entanto, ela avalia como positivas a transformação em IFG e a expansão para o câmpus Jataí, que já existia. Alexandra não chega a reclamar, mas ressalta que o trabalho aumentou com a expansão, ao passo que a quantidade de servidores permaneceu praticamente a mesma, ou até diminuiu. Isso porque Jataí tem vários servidores saindo da instituição para se aposentarem por tempo de serviço e não estão sendo contratados novos servidores para ocuparem essas vagas.

O primeiro câmpus criado no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica foi implantado na cidade de Inhumas, em 2007, ainda como UNED do CEFETGO; foi o único câmpus implantado na Instituição durante a 1ª fase da expansão. A implantação desta unidade aconteceu após 11 anos de expectativas, frustrações e desconfianças, pois, apesar de sua construção ter sido iniciada em 1996, quando a Instituição ainda era Escola Técnica Federal de Goiás, sua conclusão ficou submetida às políticas do governo federal que minguaram as expectativas da comunidade de que a escola fosse inaugurada. A criação desta unidade sofreu diretamente as consequências das políticas antiexpansionistas do governo de Fernando Henrique Cardoso, visto que, após a promulgação da *lei n. 9.649/1998*, a qual vinculava obrigatoriamente a expansão da rede federal de Educação Profissional à criação de parcerias com estados, municípios ou setores produtivos, a construção da escola somente poderia ser concluída se outros órgãos públicos ou entidades privadas se colocassem como responsáveis por sua manutenção e administração. A alteração dessa lei, revista pelo presidente Lula, resgatou a possibilidade de que a inauguração da escola pudesse se realizar, apesar do desânimo da comunidade diante de tanta morosidade. Finalmente, a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essa unidade, que já estava em construção, teve prioridade na 1ª fase do Plano. Quando as aulas se iniciaram, o prédio ainda estava em construção (BARTHOLO, 2011).

Na 2ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foram inaugurados a princípio os câmpus nas cidades de Itumbiara e Uruaçu, em 2008. Essas novas unidades puderam ser inauguradas mais rapidamente, pois, nesses municípios, as prefeituras doaram prédios já construídos para as implantações das unidades, os quais precisaram apenas de reformas ou adaptações para abrigarem as UNEDS.

Nas outras cidades que receberam os câmpus da 2ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, as prefeituras doaram os terrenos para construção de prédios novos, o que dilatou o prazo de inauguração até o último mandato do então presidente Lula. Para que as implantações acontecessem antes do final do governo, as construções e inaugurações foram apressadas e as aulas começaram antes que os prédios estivessem realmente preparados para receberem os estudantes e trabalhadores. Na mesma época, e em condições muito parecidas, foram inaugurados os câmpus nas cidades de Formosa, Anápolis e Luziânia. A precariedade, comentada por Alexandra pôde ser testemunhada na implantação do IFG na cidade de Anápolis³⁷, em 2010. Mal uma parte da construção ficou pronta e o câmpus Anápolis já foi inaugurado faltando terminar até mesmo a construção dos banheiros, por mais incoerente que pareça. No entanto, depois de inaugurado, o câmpus Anápolis se organizou. Aos poucos foi concluída a construção do prédio, a estruturação da biblioteca, da equipe de servidores e dos equipamentos necessários para as atividades. Mas, essa precipitação para inaugurar uma nova unidade é capaz de ilustrar em que condições foi possível realizar uma expansão tão numerosa na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2012, na 3ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, foram inaugurados os câmpus nas cidades de Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. A criação de um câmpus da Cidade de Goiás teve um papel mais simbólico que estratégico, pois represente o retorno às origens, à cidade em que a instituição realmente nasceu. Até 2014, o câmpus da Cidade de Goiás ainda funcionava em uma sede provisória, em um prédio histórico cedido pelo município, onde funcionou o antigo quartel do exército, o Quartel do XX.

Sobre o Câmpus Aparecida de Goiânia, inaugurado em 2012, as observações de Fernando são bastante elogiosas. Ele afirma que já esteve no câmpus Aparecida de Goiânia e que, entre todos os câmpus que conheceu, esse é o que está mais bem instalado, com uma estrutura muito boa e com professores bem formados. Segundo Fernando, o Estado de Goiás e toda a sociedade ganharam muito com a expansão. O Câmpus Aparecida de Goiânia funciona em um edifício

³⁷ Essa parte sobre o câmpus Anápolis foi escrita a partir da experiência da própria autora.

próprio, construído especificamente para abrigar adequadamente o câmpus, em um terreno doado pela prefeitura.

Finalizada a 3ª Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica também foram inaugurados, em 2014, um segundo câmpus na capital, denominado de Câmpus Goiânia Oeste, e os câmpus nas cidades de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso e Senador Canedo.

A criação dos câmpus Águas Lindas de Goiás e Valparaíso veio atender aos principais critérios preconizados para a criação de novas unidades na 3ª fase do Plano de Expansão. Estão localizados no entorno do Distrito Federal, região que foi escolhida como prioridade por suas características geográficas e socioeconômicas e pela carência de serviços essenciais e educação. Características que ajustam a região do entorno do DF aos critérios de escolha dos lugares para criação dos novos câmpus da 3ª fase da expansão.

Com a criação de um novo câmpus na Capital, a instituição ampliou sua área de atuação no espaço e em áreas do conhecimento. O câmpus Goiânia Oeste se diferencia do antigo câmpus Goiânia por oferecer principalmente cursos voltados para a área da saúde e por se instalar na periferia, na região Oeste da capital, enquanto o antigo câmpus se localiza na região central. No entanto, até 2014 a construção da sede própria que pretendia abrigar adequadamente o Câmpus Goiânia Oeste ainda não havia sido concluída, por isso o câmpus funciona ainda hoje provisoriamente em um prédio emprestado pela prefeitura, onde funcionou uma escola pública. No câmpus Senador Canedo, instalado em 2014, foi entrevistado Frederico. Ele trabalhou no Câmpus Goiânia até 2014, mas residia em Senador Canedo. Com a implantação de um câmpus na cidade em que residia, Frederico foi convidado para assumir uma função de confiança no novo câmpus. O Câmpus Senador Canedo ainda funciona em uma sede provisória, no centro da cidade, enquanto não termina construção da sede própria do IFG. Está instalado provisoriamente em um imóvel pequeno emprestado pela prefeitura, bem limitado, que comporta com dificuldade os setores administrativos e as salas de aula. Segundo Frederico, mesmo conhecendo todas as dificuldades encontradas pelos novos câmpus nos períodos de implantação, ele é favorável à expansão da instituição:

Apesar de a gente saber de todas as dificuldades, eu ainda... se fosse para eu poder escolher. Se eu tivesse condições de escolher a expansão, mesmo com toda essa dificuldade, ou ter só cinco câmpus do jeito que é o de Goiânia, ou não sei se seria igual o de Goiânia, mas com a qualidade que as pessoas queriam, eu preferiria os quinze câmpus, com todas as dificuldades, porque essa dificuldade vai passar e a instituição, ela vai continuar, nós vamos passar e a instituição vai continuar. Então eu ainda acho que foi positiva a... essa expansão, se a gente for olhar as pessoas que estão sendo beneficiadas com a

qualidade diferente da que eles teriam se não tivessem a instituição. (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

Frederico também destaca que a instituição precisa contratar mais servidores tanto professores como técnicos administrativos para acompanhar a demanda gerada pela expansão, mas também considera que os concursos que foram realizados, mesmo que ainda não tenham sido suficientes, possibilitaram a entrada de mais servidores no IFG, até mesmo de ex-alunos, que se esforçam para que a instituição consiga cumprir com seu papel.

Claro. Não tem os Recursos Humanos, tanto de professores e técnicos administrativos, ele tem que acompanhar esse crescimento, ainda é. Falta mais contratação, falta! Mas também é outra vertente que a gente pode ver como positiva. Porque são muitas pessoas, inclusive ex-alunos ne que hoje trabalham na instituição. Eu acho que essas pessoas tem um carinho muito grande pela instituição, mesmo com toda dificuldade. Não teria esse crescimento de concurso se não houvesse a expansão (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

Também foi comentado por Frederico que a expansão sofre críticas por parte dos servidores, até mesmo dos que ingressaram recentemente. Sobre os servidores novos que criticam a expansão da rede, ele considera que se não houvesse a expansão, esses servidores não estariam trabalhando na instituição e que as opiniões dessas pessoas devem ser respeitadas, se forem dadas em favor da melhoria da qualidade, mas acha inconveniente que se critique a expansão apenas por critérios políticos:

Então às vezes eu vejo até pessoa que acabou de entrar na instituição criticar. Vem cá você. Se não tivesse feito não estaria aqui. Tá certa que foi pelos seus méritos, mas os méritos aconteceram porque houve a oportunidade. Sem a oportunidade, você pode ser o melhor, não tem oportunidade não tem como demonstrar. Não critica a pessoa, porque se a pessoa está fazendo isso para lutar pela melhoria eu acho que a gente tem que respeitar. Agora se está fazendo simplesmente para denegrir a expansão para criticar por questões políticas ai eu acho que não é bem por ai (Informação verbal) (FREDERICO, 2016)

Ainda sobre a contratação de servidores para acompanhar a expansão da rede, apresentasse no quadro a seguir o quantitativo de servidores técnico-administrativos da instituição, por ano.

Quadro 04 – Quantitativo de servidores técnico-administrativos

Instituição	Ano	Técnicos Administrativos Ativos na Instituição
CEFET -GO	2000	344
	2002	266
	2004	248
	2005	240
	2006	243
(Criação do câmpus inhumas)	2007	268
IFG (Criação dos câmpus Itumbiara e Uruaçu)	2008	334
IFG com 14 campi	2014	821

Fonte: Manso (2016).

Observa-se que a contratação de servidores ficou paralisada durante o período de 2000 a 2006, havendo uma diminuição no número de servidores, provocada pela saída de técnicos por aposentadoria ou exoneração, por exemplo. A partir de 2007, quando se inicia o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, começam a ser realizados novos concursos para contratação de servidores e o número de técnicos administrativos cresce à medida que são criados novos *campi*.

No entanto, um cálculo modesto ilustra as queixas dos servidores participantes desta pesquisa acerca da necessidade de contratação de mais servidores para a instituição em expansão e do aumento da demanda que não foi realmente proporcional ao aumento na contratação de servidores: se no ano 2000 a instituição era composta por duas unidades e contava com 344 servidores administrativos, havia uma média de 172 servidores por câmpus. Em 2014, com 14 câmpus, o IFG contava com 821 servidores, uma média de apenas 58 servidores por câmpus.

Acerca da carência de servidores técnicos administrativos, Manso (2016, p. 101) pondera:

A leitura que se faz dessa situação não aponta para o fato de que as escolas não necessitavam de servidores técnico-administrativos. Ao contrário, elas sempre funcionaram no limite em termos de servidores por setor e sempre demonstraram uma carência significativa deles para quaisquer dos setores de atividades rotineiras. A reivindicação demais servidores para comporem o quadro institucional e permitir um funcionamento sem que houvesse sacrifício para os servidores setoriais sempre foi premissa levantada no início de cada ano e encaminhada ao governo federal. Entretanto, a contratação de novos servidores não era atendida a contento por dois motivos: primeiro, a solicitação não convencia de forma decisiva os setores competentes do governo; e o segundo era mesmo o não interesse por parte do governo em contratar servidores para a instituição. (MANSO, 2016, P. 101)

A observação de Manso de que não tem sido realmente interesse dos governos contratar servidores além do limite mínimo para o funcionamento da instituição explica a desproporção entre a expansão e o aumento do quadro de servidores. Parece ser, para os governos, mais viável manter o quadro de servidores no mínimo suficiente para a criação de novos *campi*.

3.4 Considerações parciais sobre o capítulo

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica concretizou-se como um objetivo claro e convicto do governo do presidente Lula, que tomou para seu mandato a missão de aumentar extraordinariamente a oferta de educação profissional na Rede Federal e se organizou para cumprir essa meta. Em contraste com as medidas adotadas pelo governo anterior, de FHC, que não apenas dificultaram seu crescimento como também encolheram e sucatearam a rede federal de educação, o feito do governo Lula para a educação profissional superou as expectativas, pois, além de resgatar a educação pública do processo de privatização que vinha se concretizando no governo anterior, ainda lançou e cumpriu a proposta expansionista mais ousada que o Brasil já testemunhou.

É pertinente ressaltar que a educação profissional se apresenta como uma questão de interesse tanto da classe trabalhadora como dos empresários dos setores produtivos, e que, portanto, em todos os governos funcionou como instrumento de negociações entre os dois interesses, fazendo convergirem na oferta de educação profissional os benefícios comuns aos grupos socialmente antagônicos. Se o governo de FHC se inclinou declaradamente para o atendimento aos empresários, o tratamento dado pelos governos de Lula e Dilma demonstrou uma busca pelo equilíbrio no tratamento dessas negociações.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que os dois últimos governos foram melhores para a educação profissional, mas não é possível afirmar que este tipo de educação foi feito unicamente para a classe trabalhadora e nem que a expansão se deu de forma ideal. Ao mesmo tempo em que foi expandida uma rede de educação profissional séria, reconhecida por sua qualidade e sua consolidação ao longo de muitos anos, para a oferta de cursos técnicos de nível médio e cursos superiores gratuitos e de qualidade, também se espalhou uma rede de educação profissional paralela, ávida por números, oferecendo cursos de curta duração, servindo-se de contratos de trabalho flexibilizados, contando com força de trabalho de técnicos e docentes contratados sem concurso público. Nesse molde, também tiveram continuidade e foram renovadas as parceiras público-privadas e foram fortalecidas as entidades do Sistema S para a oferta de educação profissional.

A partir dos relatos dos servidores administrativos, é possível constatar que a criação de novos câmpus se deu às pressas, com unidades sendo inauguradas antes de apresentarem as condições mínimas de funcionamento. De forma quase desesperada, o governo conseguiu cumprir os prazos para apresentar as inaugurações dentro dos mandatos e cumprir as metas estabelecidas, mas os trabalhadores e estudantes que presenciaram a fase de implantação dos câmpus arcaram com a missão na prática de construir cada câmpus sem estrutura física adequada, com quadro insuficiente de trabalhadores e com políticas pedagógicas também em construção. No entanto, a missão era importante e por isso foi assumida em cada unidade que se construiu, com o empenho de seus trabalhadores, gestores e estudantes.

A criação de novos câmpus se realizou de forma praticamente concomitante com a transformação da instituição em IFG, o que modificou profundamente a estrutura acadêmica e administrativa da instituição. A implantação de novas unidades, nesse contexto, exigiu cooperação dos servidores técnico-administrativos mais experientes, pois, a partir da inauguração de muitos câmpus sem estrutura administrativa nenhuma e com um quadro reduzido de servidores, várias demandas foram geradas para solução nos câmpus mais antigos. Isso fez com que mesmo nos câmpus preexistentes houvesse excesso de trabalho para os técnicos, que tiveram que prestar assistência aos câmpus com quadro insuficiente de servidores técnicos recém empossados. No entanto, entre os técnicos administrativos participantes desta pesquisa prevalece o argumento de que a expansão foi realizada de forma precária, mas o importante é que aconteceu. Se não fosse dessa forma, provavelmente não teria acontecido.

A expansão proporcionou não apenas a multiplicação das unidades de ensino do CEFET-GO e do IFG, mas também possibilitou que a instituição se propagasse por grande parte do

Estado, inserindo-se em comunidades distantes da capital e gerando oportunidade para que muitos estudantes pudessem dar continuidade aos estudos em cursos técnicos ou superiores, sem precisarem para isso se deslocar por longas distâncias. A expansão representa um aumento significativo nas oportunidades de conclusão do ensino superior para os estudantes do interior, pois, além de aumentar o número de vagas em instituições federais de ensino superior, facilitando o ingresso, permitiu que os estudantes tenham chances maiores de concluírem os cursos, já que podem estudar em suas cidades, ou em cidades próximas de suas residências. É possível concluir, por esse aspecto, que a expansão da Rede Federal democratizou o acesso aos cursos superiores e técnicos na rede federal, pois possibilitou o ingresso e a conclusão do curso para estudantes que teriam dificuldade em se deslocarem por longas distâncias até os grandes centros atrás dessas oportunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de 1999 a 2014 representou para a instituição uma etapa de profundas transformações. Submetida aos redirecionamentos do governo federal para a educação profissional, a Escola Técnica Federal de Goiás foi levada a redefinir sua identidade, consolidada em quase 100 anos de história.

Esta instituição centenária passou por diversas mudanças desde a sua gênese. Conforme mudaram seus objetivos, também houve mudança no perfil de estudantes da escola. A princípio, como Escola de Aprendizes Artífices, a instituição tinha o objetivo claro de receber jovens pobres, sem estudos iniciais, oferecendo cursos em oficinas de artes e ofícios. A preocupação com a profissionalização dos estudantes começou efetivamente na década de 30, quando o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, se posicionou em defesa da educação profissional. Muitas sugestões do Manifesto se materializaram na promulgação das Leis Orgânicas da Educação Nacional, no governo de Getúlio Vargas. A partir de então foi efetivamente criada uma Rede Federal de Educação Profissional. As Escolas de Aprendizes Artífices deram origem às Escolas Técnicas Federais. A Escola Técnica passa a selecionar com rigidez os escolhidos que poderão fazer parte dessa escola, ela é distinta, não é para o mesmo perfil de alunos que iam para a escola de artes e ofícios, ou para o Sistema S, que não exigiam escolaridade. A Escola dava aos estudantes das camadas populares a possibilidade de aspirarem uma carreira profissional, já que a universidade não era para todos e claramente não era para os filhos dos trabalhadores. Os cursos profissionalizantes tinham caráter terminal, não davam acesso à universidade. Nesse contexto, as Escolas Técnicas Federais também tiveram o objetivo de desviar os estudantes do ensino superior, oferecendo uma formação rápida para o exercício da profissão, já que não haveria vagas para todos nas faculdades e nem todos chegariam lá. A Escola Técnica Federal de Goiás se tornou um projeto de sucesso reconhecido pela sociedade. A instituição adquiriu prestígio no Estado e, enquanto outras escolas públicas se desqualificaram, a Escola Técnica se tornou uma ilha de excelência entre as escolas públicas.

Ao ser transformada por decreto em CEFET-GO, a escola deixou de ser o que sabia que era, subordinada a um projeto de governo que a desconfigurou completamente. Fazia parte, também, dos planos do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso ajustar a educação aos moldes neoliberais, colocando-a a serviço do mercado e reduzindo o papel do Estado como mantenedor da educação profissional e superior. Coube também aos CEFETs a missão de oferecerem uma nova modalidade de cursos superiores, os cursos superiores de

tecnologia, com menor duração e direcionados a demandas específicas do mercado, os quais simbolizaram mais uma tentativa de atrair jovens que se preparavam para o vestibular e amenizar a demanda por vagas nas universidades públicas.

Em menos de dez anos, findo o governo de FHC e eleito Lula, uma nova transformação foi promovida na Instituição. Dessa vez, com uma roupagem mais democrática, o CEFET-GO foi convidado a aderir a um novo projeto do governo vigente para a educação profissional. Esse novo projeto mais uma vez remodelou a Instituição, metamorfoseando-a em uma outra escola, diferente do que foi a princípio a Escola Técnica Federal, diferente do que foi o CEFET-GO, mas caracterizada por uma abrangência que reúne no IFG um pouco das características da ETFG e do CEFET-GO, e que ainda se expande não apenas pela diversificação na oferta de cursos, mas também em estrutura física, com a criação de novas unidades de ensino alcançando cidades do interior do Estado. A Instituição que tinha um acesso restrito pelos concorridos processos seletivos, abriu-se a um público muito mais amplo, com um número de vagas maior e para cursos de diversos níveis. A escola sempre foi pública, mas a partir de então, ela passa a abrir-se e organizar-se oferecendo cursos para uma grande parcela da população. A partir do momento em que a instituição abre as portas para o público, ela não atende apenas a poucos privilegiados, perde um pouco da distinção e passa a ser enxergada com desconfiança.

Para os trabalhadores técnico-administrativos, como educadores e parte integrante da instituição, o período de 1999 a 2014 significou principalmente um tempo de instabilidade. O governo de FHC promoveu um verdadeiro sucateamento das instituições de educação federal, levando os servidores a condições de trabalho precárias. Sem reajustes salariais e sem realização de concursos para contratação de novos servidores, o quadro de técnico-administrativos foi se reduzindo gradativamente, sobrecarregando assim os técnicos que permaneceram na instituição. A falta de servidores em diversos cargos abriu espaço para a contratação de trabalhadores por meio de terceirização de serviços e também para os desvios de função entre os servidores técnico-administrativos efetivos. O fim do governo de FHC reergueu as esperanças de valorização do trabalho dos técnicos. No governo seguinte, do Presidente Lula, foi reformulado o Plano de Cargos e Salários da Categoria e voltaram a ser abertos concursos públicos. No entanto, vários aspectos das relações de trabalho na Instituição ainda não foram resolvidos pelo plano de carreira, como a contratação de trabalhadores por meio de contratos com empresas prestadoras de serviço terceirizado, os desvios de função, as possibilidades de promoção dentro da carreira de técnicos administrativos, a equiparação entre as carreiras de técnicos e docentes, e abertura de concursos

para contratação de servidores em número suficiente para funcionamento dos novos câmpus criados no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Muito recorrente, nos relatos dos TAES participantes da pesquisa, foi o problema dos servidores colocados em desvio de função porque tiveram os cargos extintos, ou principalmente porque o que eles sabem fazer é maior que as atribuições dos cargos que eles preenchem nos códigos de vagas da instituição. Essas situações são um problema que não se resolve tão facilmente: primeiro porque não se criam cargos de nível superior tão facilmente para enquadrar os servidores nos cargos pertinentes às funções que realmente exercem, e também porque nem todos os servidores que estão nessa situação vão fazer concurso e conseguir a vaga. É uma situação desigual e injusta que se perpetua enquanto a instituição se beneficia disso. A história institucional é expressiva em revelar que pessoas edificam a instituição para muito além do enquadramento na categoria, na medida em que se qualificam e que colaboram com a sua especialidade no edifício da instituição. Os técnicos administrativos são pessoas que edificam a instituição para além da carreira em que estão enquadrados, e é por isso que o governo e a instituição vêm criando arranjos e incentivos para que os servidores mantenham esse trabalho.

Como forma de reivindicar suas participações democráticas dentro da instituição, os servidores técnico-administrativos têm utilizado como estratégia a participação efetiva nos conselhos deliberativos, mas também relatam no dia-a-dia a necessidade de fortalecerem os diálogos e as estratégias de negociação e persuasão com a gestão nas disputas políticas que surgem dentro da instituição.

Como forma de negociação e reivindicação de direitos em âmbito nacional junto ao governo federal, as estratégias de negociação da categoria de técnicos administrativos resultam quase sempre em paralisações e greves. Isso se dá porque o governo não abre outros canais de negociação, restando as paralisações e greves como forma de pressionar o governo para o diálogo com a categoria. No entanto, nem sempre as paralisações e greves são compreendidas ou bem recebidas pelos estudantes, pela sociedade e até mesmo por parte dos colegas; é gerada dessa forma um desconforto que atinge mais a comunidade do que o próprio governo. Em geral, os negociadores do governo têm conhecimento de que existem essas pressões internas, e isso dificulta ainda mais as negociações. Assim foi, durante o período de 1999 a 2014, em todos os três governos que se sucederam.

O exercício de buscar a perspectiva dos técnicos administrativos, partindo do ponto de vista de que são profissionais que edificam a instituição também, significa trazer à cena personagens que estavam apagados do ponto de vista histórico. Narrar a história desta

instituição na perspectiva dos técnicos, trazendo visibilidade à história desta instituição escolar a partir da perspectiva desses profissionais cria expectativas muito grandes, e instiga a pesquisar ainda mais acerca das particularidades dessa carreira e principalmente no que se refere ao tangenciamento entre a carreira dos TAES concursados e os demais trabalhadores dessa instituição, contratados por meio de empresas prestadoras de serviço terceirizado.

Destaca-se o apego ao passado da Instituição enquanto foi Escola Técnica Federal de Goiás presente em todos os relatos dos técnicos participantes. Observa-se que, enquanto ETFG, tanto a Escola quanto os seus servidores técnico-administrativos encontravam-se em situação de estabilidade. A Escola e seus trabalhadores desempenhavam um papel bem definido que contava com o respaldo da sociedade. Com uma história de mais de 100 anos desde a sua gênese como Escola de Aprendizes Artífices, a identidade da instituição já se encontrava configurada quando foi criado o IFG. Ela já tinha suas raízes como escola, até mesmo profissionais que ingressaram depois que já era instituída, permaneceram com essa identidade incorporada de Escola. A implantação do projeto CEFET-GO descaracterizou e desestabilizou a instituição de tal forma que ela ainda está em recuperação. Mesmo findada a cefetização e transformada a Instituição em IFG, a estabilidade que a mesma já desfrutou não foi resgatada. Isso porque o IFG ainda não tem sua identidade bem definida. A grande abrangência dos cursos oferecidos que perpassam desde o ensino básico à pós-graduação e ainda a abertura da instituição para a oferta de cursos paralelos em projetos provisórios do governo permitem que a instituição possa se direcionar para vários cenários diferentes. Além de que a forma como se realizou a expansão forçou a instituição a se reconfigurar muito rapidamente, iniciando o funcionamento de novas unidades com estrutura precária, mas principalmente, o que significa um problema maior que a estrutura, sem planejamento adequado para a implantação dos cursos nos novos municípios alcançados pela Rede. Mais do que as deficiências estruturais, a falta de planejamento pode comprometer gravemente a eficiência da instituição, e pode ser objeto de futuras pesquisas.

Há um consenso sobre a necessidade da expansão da instituição. É necessário enfatizar que, mesmo com todas as deficiências que se puderam apresentar até agora, a expansão da Rede Federal significa um avanço grande para a democratização do acesso à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Destaca-se que não foram criadas apenas novas vagas, foram construídas novas edificações, realizados concursos para contratação de servidores, ou seja, realizou-se uma expansão concreta, que constitui uma política permanente. Em contraste com o esboço de expansão realizada nos 92 anos anteriores, em que não apenas foram criadas poucas e insuficientes escolas técnicas, mas outras ainda foram fechadas, os números da expansão dos IF's

são muito expressivos, sem contar a expansão das universidades federais. Fica claro que se trata de uma prioridade do governo vigente. Ninguém discorda da necessidade da expansão, mas um dos inúmeros desafios é definir ou recompor a identidade institucional. É um desafio que talvez o tempo histórico ainda não seja suficiente e talvez meu tempo de pesquisa ainda não consiga precisar o que será.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica agigantou a estrutura a ser mantida pelo governo federal e soa ainda instável, como a realização de um projeto deliberado pelo governo atual. A sensação de instabilidade é real e justificada, pois, da mesma forma que a instituição esteve até agora sujeita aos projetos governamentais para a educação profissional, assim permanecerá. E realmente não se sabe quais serão os projetos futuros a que estará sujeita esta instituição.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Walmir. et al. *Pesquisa para a Implantação das Unidades de Ensino da II: fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da região Centro-Oeste*. (Projeto de Estudo). Goiânia, 2007. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/projetos/projeto_implantao_uneds.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BARBOSA, Walmir. et al. *Metodologia de integração dos Institutos Federais aos seus contextos* (Pré-Projeto de Pesquisa). 2009.

BARTHOLO, Monica Graziella de Paolis. *Em Busca de Uma Escola – as políticas públicas e a implantação do Instituto Federal de Goiás Campus Inhumas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Brasília: UnB, 2011

BOLÍVAR, Antonio. Metodología de la investigación biográfico-narrativa: recogida y análisis de datos. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica*. Tomo II. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p.79-110.

BOLÍVAR, Antonio. De nobis ipsis silemus?": Epistemología de La investigación biográficonarrativa em educación. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 4 (1). Disponível em: <<http://redie.uabc.mx/vol4no1/contenido-bolivar.html>> Acesso em: out. 2015:

BOLÍVAR, Antonio. *Narrar la organización educativa: memoria institucional y (auto)biográfica en educación: miradas cruzadas entre Brasil y España*. Granada: EUG; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.330-355.

BOTO, Carlota. *A escola do homem novo: entre o iluminismo e a revolução francesa*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

BRANDÃO, Marisa. Cursos superiores de tecnologia: democratização do acesso ao ensino superior. *Trabalho Necessário: revista da Universidade Federal Fluminense*, Rio de Janeiro, Ano 5, v. 5, p. 1-15, 20076.

BRASIL. MEC/SETEC. Rede e-tec Brasil: apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. MEC/SETEC. Expansão da rede federal de educação profissional científica e tecnológica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BRASIL. MEC/SETEC. O que é pronatec. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 03 fev.2017.

BRASIL. MEC/SETEC. Programa mulheres mil. Disponível em:
<<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude (1975). *A Reprodução; Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA NETO, Antonio Gomes da. Educadores na LDB: gestores, técnicos e apoio escolar. *Revista Educação Pública*: Rio de Janeiro, v. 09, p. 1-5, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: Brasília, Df: Flacso, 2005. CUNHA, Luiz Antônio. O ensino profissional na irradiação do industrialismo 2005. Ed unesp. Brasília df flacso brasil 2005

CUNHA, Marcus Vinícius da. A educação no período Kubitschek: os centros de pesquisas do INEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 72, n. 171, 2007.

DIEESE. Relatório Técnico: o processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

DUARTE, Newton et al. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Educação e Sociedade*, v. 71, n. 21, p. 79-115, 2000.

DUBAR Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. FONSECA, Celso Suckow. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Nacional, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1986.

FÔRNO, Lúcio Américo Gomes Dall. *Tecnólogos x engenheiros: aspectos de uma luta em torno da definição de uma profissão*. 2015. 88f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. *Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Pedagógico Institucional (PDI) 2012—2016*. Goiânia, 2012.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Artmed; UFMG, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Internacionalização das políticas educacionais e repercussões no funcionamento curricular e pedagógico das escolas. In: _____. *Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores*. Goiânia: CEPED Publicações, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. *Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar*. Cadernos de Pesquisa, v. 46, n. 159, p. 38-62, 2016.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico José; HOSANA, Ivanise. Terceirização de Serviços Públicos e Reforma Gerencial: o Caso da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. *Revista ADM. MADE*, v. 18, n. 2, 2014.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: descolarização e empresariamento da educação profissional. *Perspectiva*: Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 269-301, jul./jul. /dez.,dez. 2002. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10379>>. Acesso em: 17 jan. 2016. Acesso em: 17/01/2016

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2002.

MATTOS, Marilucia dos Santos. Educação e projetos de desenvolvimento no Brasil: a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no início do século XXI. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2385/1/tese_6916_DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20MARI LUCIA.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2385/1/tese_6916_DISSERTA%C3%87%C3%83O%20FINAL%20MARI%20LUCIA.pdf). Acesso em 07-02-2017.

MEC/SETECMINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: – um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Livreto, 2010. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&Itemid=30192>. Acessado em: 10 abr. 2015.

MANSO, Edison de Almeida et al. *O Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia De Goiás: a trajetória histórica do câmpus Goiânia*. 2016.

MEC -MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Concepções e diretrizes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. 2010. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&Itemid=30192>. Acesso em: 10 abr. 2015.
 MEC. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. S.L. S.N. 2010.

MEC/SETEC. *Concepções e diretrizes dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Livreto, 2010. Disponível em: file:///home/chronos/u-23420532a5f795dcf6b2b4edf10587c3dd93b2f9/Downloads/if_concepcaoediretrizes.pdf Acesso em: 10 abr. 2015.

MEC. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. S.L. S.N. 2010

MEDEIROS, Arilene Lucena de. *A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte*. Natal/RN: IFRN editora, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho de. *Gestão institucional e evasão escolar no contexto de criação e expansão dos Gestão institucional e evasão escolar no contexto de criação e expansão dos Institutos Federais*. 2016.

OLIVEN, Ruben George. Cultura e modernidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, n. 2, p. 3-12, 2001.

OTRANTO, Célia Regina. *Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs*. Retta, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 89-110, jan-jun 2010.

PAMPLONA, Ronaldo Mendes; OTRANTO, Célia Regina. A educação profissional e a dicotomia social na reforma Capanema. Anais do I SIMPÓSIO PEDAGÓGICO E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO, p. 1-6, 2011.

PEREIRA, Patrícia. A volta por cima dos tecnólogos. *Revista Ensino Superior*. São Paulo:[sn], n. 103, 2007.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA/ MEC. *Expansão da Rede Federal*. Disponível em: em: 07/11/2017
<https://www.ufg.br/p/6405-historia>

RODRIGUES, José. Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de educação profissional. *Trabalho Necessário*, v. 3, n. 3, 2005.

SANFELICE, J.L. História das Instituições escolares. In.: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). *Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007, pp.75-93.

SANFELICE, José Luís. *História e historiografia de instituições escolares*. Revista HISTEDBR On-Line, v. 9, n. 35, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas II*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M.I.M, SANDANO, W., LOMBARDI, J.C. e SAVIANI, D. (Orgs.), *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas, Autores Associados, p. 3-27, 2007.

SILVA JR, Silva Júnior. *Reforma do Estado e da educação: no Brasil de FHC*. Xamã. São Paulo, 2002.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 66 (153), 165-72, Mai/Ago. 1985.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Relatório de auditoria*. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, junho de 2012. Disponível em: < <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97> >. Acesso em dezembro de 2015

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 14, p. 9, 2003.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados das escolas de aprendizes artífices, para ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial*, Brasília, DF, set.1909.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. *Diário Oficial*, Brasília, DF, jan. 1942. *Diário Oficial*, Brasília, DF, jan. 1942. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942414503-norma-pe.html>> Acesso em: 05 set. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.552, de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, fev. 1959. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm> Acesso em: 05 set. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 1961. Disponível em:<[planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)> Acesso em: 05 set. 2016.

BRASIL. Decreto nº 200, de 25 de setembro de 1967. Dispõe diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, set. 1967.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, nov. 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 217 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.948, de 8 dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 1994. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm#art3§5> Acesso em: 15 maio. 2016.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Educação profissional: legislação básica. *Diário Oficial*, Brasília, DF, abr.2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 14 abr. 2015.

BRASIL. Decreto-lei n° 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispões sobre a organização da Presidência da República, e dos Ministérios e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, mai. 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leisQL9649cons.htm> Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Decreto n°5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, jul. 2004. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5154.htm> Acesso em: 25 ago. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n° 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, jan. 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm> Acesso em: 10 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n° 11.249, de 23 de dezembro de 2005. Abre aos orçamentos fiscal e da seguridade social da união, em favor dos ministérios da ciência e tecnologia, da educação, da cultura e do esporte, crédito suplementar. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 2005. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11249.htm> Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. Decreto n°5.824, de 29 de junho de 2006. Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos TécnicoAdministrativos. *Diário Oficial*, Brasília, DF, jun. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5824.htm> Acesso em: 09 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n° 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de

Educação Tecnológica. *Diário Oficial*, Brasília, DF, abr. 2007. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm> Acesso em:
12 mar. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm> Acesso em: 01 mar. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº12. 513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador. *Diário Oficial*, Brasília, DF, out. 2011. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm> Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL. Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. *Diário Oficial*, Brasília, DF, out. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm> Acesso em: 17 maio. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. *Diário Oficial*, Brasília, DF, dez. 2012. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm> Acesso em: 12 set. 2016.

APÊNDICE A-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA ALEXANDRA

Pesquisadora Ivanillian (PI): Entrevista com Alexandra Joaquim, dia 05 de Maio de 2016, no campus Jataí do IFG. Na biblioteca. Ela é bibliotecária, coordenadora da biblioteca. Então Alexandra ... é.. Eu queria que você me falasse sobre você, assim, quem você é. Como você entrou aqui. Onde você trabalhava antes...

Alexandra (ALEXANDRA): Então, meu nome é Alexandra, né. Quando eu entrei no Instituto, eu era aluna do Instituto, né. Na verdade, era Escola Técnica Federal, era Escola Técnica Federal, né, e eu era aluna. E aí apareceu o concurso aqui na nossa cidade Jataí. Eu sou de Goiânia, mas estava morando aqui já em Jataí já há muito tempo, e quando a gente soube do concurso, eu soube através de um professor nosso de matemática. E, naquela época, aqui em Jataí nunca tinha aparecido um concurso. Tinha, já existiu UFG, mas as pessoas que trabalhavam lá vieram de Goiânia, então concurso o primeiro foi o do Instituto, que era Escola Técnica Federal, né. Aí eu prestei o concurso. Na época eu prestei para recepcionista, que, na verdade, o cargo é recepcionista porteiro. E... Aí eu comecei a trabalhar. Estudava, fazia o curso de edificações, sou Técnica em Edificações. E trabalhava lá também na Escola Técnica. E a gente estava iniciando. A escola conseguiu prédio ali, a Riachuello, que é da Escola Polivalente Dantemoscone. Aí a gente começou assim desde o início, até montar o mobiliário, ajudando em reforma, como limpar a escola, “tudinho”, porque na verdade a gente usou o espaço que existia lá neh. ... Mas alguma coisa?

PI: Você chegou quando começou o campus?

ALEXANDRA: Não... Na verdade foi assim. Eles vieram para cá em 88, né. Aí começou a abrir os cursinhos para a gente prestar vestibular para a Escola Técnica. E eu fui para lá fazer esse cursinho. Eu fazia só o cursinho à noite, e eles já davam aula lá, já tinha uma turma. Eu sou da segunda turma.

PI: Ah... Você já estudou aqui em Jataí mesmo?

ALEXANDRA: É, já estudei aqui em Jataí mesmo, mas a primeira turma também foi formada aqui em 88. Aí, em 89, eles passaram ali para a Riachuello, que era no outro prédio ocupado, foram para a Riachuello. Na Riachuello eu já era aluna quando a gente prestou o concurso. Prestamos o concurso em 89, né. Final de 89. Dia dois de Fevereiro de 90 a gente iniciou as atividades como servidora.

PI: Aí você fez biblioteconomia?

ALEXANDRA: É. Aí depois eu fiquei aqui mais... Terminei meu curso aqui, quando eu terminei o curso eu fui fazer estágio em Goiânia. E fui convidada para trabalhar no campus Goiânia. Aí eu fui trabalhar no campus Goiânia e terminei meu estágio como Técnica em Edificações. Aí foi depois de um ano, eu fiz cursinho, aí foi que eu fui fazer Biblioteconomia. Na verdade, quando eu fui para lá, como eu era recepcionista e considerada recepcionista e porteiro, eles. Quando eu cheguei lá na primeira semana que estava trabalhando, eu fui

convidada para trabalhar na biblioteca, que eles acharam que eu seria mais aproveitável na biblioteca do que ali na recepção. E já estava começando a ter terceirizado na recepção já. Aí eu fui convidada para trabalhar na biblioteca e minha intenção de ir para Goiânia era para fazer Engenharia Civil, que eu já fazia técnico em edificações ne... Aí eu fui conhecendo a biblioteca e fui gostando... Tentei meu primeiro vestibular na Engenharia Civil, não fui bem sucedida, não passei, passei só na primeira fase, na segunda não. Aí, como eu já estava um ano na biblioteca, eu gostava. Aí a bibliotecária de lá falou: “- Porque você não faz biblioteconomia? Você tá se dando tão bem aqui na biblioteca, está gostando.” Aí eu fiz, passei, fiz meus quatro anos de faculdade na UFG.

PI: Você se formou quando?

ALEXANDRA: Formei em 2000, Março de 2001 que a gente forma é no ano seguinte, né. Mas terminei o meu curso em 2000. Aí aqui em Jataí ia ter o concurso para... E eu já estava trabalhando lá, continuei na biblioteca fazendo meu curso e trabalhado na biblioteca. Aí quando aqui ia ter um concurso, ia ter vaga para bibliotecária, aí o diretor atual que estava aqui era o Wanderlubio e o Adenondes, me convidou. “- _Alexandra volta para Jataí, você está terminando seu curso a gente precisa de você lá como bibliotecária.” Desde o primeiro período eles me chamavam, e eu falei quando eu terminar eu volto. Aí ele me avisou do concurso, né. Só que aí por um motivo técnico, não sei o que aconteceu, não houve concurso naquele ano. E eles me trouxeram para Jataí, consegui trazer essa transferência e eu fiquei um ano sem... Trabalhando como bibliotecária, mas continuando com o mesmo cargo, aí no final do ano teve o concurso. Aí no meio do outro ano teve o concurso. Fiz o concurso e passei para bibliotecária, Aí eu tive um novo concurso dentro do Instituto, né, aí eu fiquei sendo bibliotecária. Aí já transformou em CEFET, já era CEFET. Aí eu fiquei sendo bibliotecária. Estou até hoje. Aí no ano seguinte eu peguei a coordenação, e já tem 14 anos que sou coordenadora.

PI: Sobre a carreira assim... O que você... Você sente que você é valorizada como servidora do instituto?

ALEXANDRA: Sou... Aham muito. Inclusive assim... É ontem mesmo, essa semana a gente teve um seminário sobre gestor, com gestor. Seminário dos gestores. Aí nesse seminário foi feita uma avaliação assim desse período que a gente está aqui, na verdade, a avaliação seria de 2013, final de 2013 até 2016, né. Só que aí a gente avaliou todo, todo o contexto, de quando era Escola Técnica, CEFET e agora Instituto, né. Essa transformação que houve assim, quando eu entrei no Instituto como bibliotecária, é... Entramos só duas bibliotecárias, até então só tinha em Goiânia, campus Goiânia e a unidade de Jataí, né. Então aí é CEFET Goiânia e CEFET unidade Jataí. Aí tinha uma bibliotecária lá e eu aqui, nós éramos só duas. Aí, assim, para ela foi muito difícil, porque ela entrou justamente quando estava fazendo essa transição de Escola Técnica para CEFET e eu já estava, então para mim foi mais fácil entender o que estava acontecendo, para ela não. Até porque até para as pessoas que trabalhavam, igual o meu caso, foi difícil assim. Foi uma transformação assim complicada, aí para ela que estava entrando foi mais ainda. Então eu sempre fui suporte para eles aqui. Porque eu fui a primeira, né, que estava aqui, aí quando ela entrou lá já não tinha mais nem uma bibliotecária, todas já tinham saído de lá. Já estava muito tempo sem bibliotecária. Então desde essa época eu considero assim que eu

sempre fui valorizada aqui. Fui convidada para vir para cá por conta dos meus méritos mesmo, já me conheciam, né. Até hoje eu estou no cargo por conta disso mesmo, porque já teve outros bibliotecários aqui, mas não pegaram a coordenação, eu continuei na coordenação. Que o nosso cargo ele é indicado, né. Aqui a coordenação da biblioteca não tem eleição ainda. É indicado pelo Diretor Geral e eu continuo na coordenação. Então eu considero que eu sou bem valorizada, e até para os meus colegas... Outros colegas aí depois agora vários campus eu sou um exemplo por ser a mais velha de campus, né. E mais velha de tempo de biblioteca.

PI: O que foi o complicado que você falou desse período da transformação do CEFET?

ALEXANDRA: É porque, na verdade, não foi tanto igual do Instituto, foi menor lá, claro com a transformação do Instituto, porque do Instituto aí veio a expansão, né, mas a dificuldade que achava era documental mesmo, o que seria, o que mudaria para a gente, porque foi uma transformação de Escola Técnica para CEFET, é... Para a gente que já estava, no meu caso, foi uma transformação assim mudou a sigla na verdade, mas para quem estava começando as documentações, a biblioteca teve que mudar, começando a ter curso superior que a gente não tinha, a gente era só o técnico ainda. Então, quando mudou curso superior teve que mudar muita coisa dentro da biblioteca, que a gente já sabia, né, que precisava, mas a gente ainda não tinha. Então a gente ficou perdido, e não tinha ninguém para nos orientar como vai ser. O primeiro reconhecimento do primeiro curso foi super... assim, ansioso para todos nós, tanto eu como ela em Goiânia. O primeiro foi Jataí, depois foi Goiânia. Então, assim, essa mudança que foi um pouquinho complicada, tanto para mim, quanto para ela. E até mesmo de mobiliar dentro da biblioteca, de serviço, de funcionário, essas mudanças assim. Que a nossa escola era considerada assim (desculpa)... Nossa biblioteca era considerada escolar.

PI: Depois já virou uma biblioteca universitária?

ALEXANDRA: É que na verdade até hoje não tem, né, a gente não tem um termo certo ainda, porque a gente não é nem escolar, nem universitária, nem especializada. Coincidência, eu faço parte do CBBI, que é a Comissão de Bibliotecas do Instituto, dos institutos. Aí a gente já com essa tentando ver qual uma nomenclatura vai ser a certa para as bibliotecas dos institutos. Tem até um documento dentro do Conife falando sobre isso. A gente vê como a gente vai se enquadrar, porque a gente também não é universitária, né, porque a gente também tem cursos técnicos, aí a gente está vendo qual a gente vai ficar.

PI: Sobre a expansão da instituição para os interiores ne. Você que trabalhou aqui em Jataí quando aqui era unidade descentralizada e agora que é Campus. O que mudou? Mudou alguma coisa? É mais fácil ou mais difícil?

ALEXANDRA: Não. No início eu percebi como já tinha muito tempo que foi mais fácil para a gente aqui em Jataí, como Campus. É. Assim mudou muita coisa e algumas descentralizações, assim, que a gente era muito assim, Goiânia, Jataí, né, a gente dependia muito de Goiânia. Até de tudo, físico, material, mobiliário, a gente dependia de Goiânia para tudo. Quando a gente mudou para CEFET algumas coisas já mudaram. Quando mudou para instituto assim no meu ver assim, melhorou 100% assim. Questão financeira, quando os institutos começaram era, tinha muito dinheiro assim, a gente comprava muito livro. Era bem diferente da crise que a gente está

passando hoje, né. Mas assim eu percebi só melhoras. Quando a gente transformou de CEFET para instituto. Aí já com a expansão, assim de começar os outros institutos, porque nos fomos os primeiros, aí sim muita coisa mudou, porque eu tenho muitas críticas sim pessoais contra essa mudança... Essa expansão. Aí a gente ouve de todos os lados. Com a expansão você acha que diminuiu alguma coisa para o campus que já existia? Não, eu não vejo dessa forma, mas eu vejo que a expansão assim, foi muito rápida, né. De uma forma assim, de cima para baixo e, assim, a gente não teve tempo de imaginar, de criar as coisas. Existe campus que está totalmente perdido, não sabe o que tem que fazer, não sabia, né, porque agora a gente está. Estou falando de biblioteca. A gente está assim, já tem o CIB que consegue organizar isso aí. Quando os bibliotecários chegavam novatos todos procuravam a gente, Goiânia e Jataí, porque não sabiam o que fazer. Não tinha políticas, né. Assim. Só criou o campus. Até espaço físico mesmo, tem campus que até hoje não têm biblioteca, tem uma sala emprestada. Está emprestada em prédios emprestados. Então, assim, essa expansão dessa forma assim todo mundo considera: “- Ah, foi o auge!” Eu considero assim que deveria ter sido mais lento. Pensando melhor, é. Porque o governo pensou em expandir, mas não preocupou assim... Igual, tem muitos campus hoje em dia que não têm todos os servidores, né. Não têm um quadro específico de servidor como deveria ser. Tem o imaginário do governo lá que só pode “tantos” por aluno, né. Só que a realidade mesmo é outra. Então essa expansão... Mas eu não vejo como negativa, eu vejo como positiva. No total, no amplo... No global eu vejo como positiva e não como negativa. Mas... Tudo que é novo causa um desconforto para alguma pessoa, né. E alguns campus ficaram assim. Jataí não. Eu não considero que Jataí ficou prejudicada. Campus Jataí não.

PI: Para Jataí foi bom?

ALEXANDRA: Foi bom... Eu considero que foi bom. É... Eu ouço em todas as reuniões, assim algumas reuniões, a preocupação, porque poderia ter sido diferente. Quatorze campus sendo que nem um tem tudo o que deveria ter. Eu entendo essa forma sim, mas eu acho que foi a questão assim de a administração ter preocupado. O governo soltou para o instituto e teve que fazer e não se preocupou com as outras coisas, né. Então por isso que a gente vê aí muitos campus com problemas, né. Problemas com estrutura física, problemas com servidores, né. Tem campus que têm pouquíssimos servidores, um faz aquele tanto de atividade e nesse ponto Jataí não teve nem um problema, né, porque já existia, né, todos os servidores. Está certo que a quantidade de atividades dobrou, a gente assim... O que a gente fazia antes no CEFET hoje o nosso serviço aumentou assim o dobro. Porque agora a gente tem curso de pós-graduação, aumentaram os cursos superiores, né, não é só mais um, tem vários, temos quatro, tem curso superior... Tem pós-graduação nos temos aqui, especialização campus Jataí já tem. Então aumentando tudo isso, aumentando os alunos, os serviços, aumentou na biblioteca e todas as atividades. E continua os mesmos bibliotecários.

PI: O quadro de servidor continua o mesmo?

ALEXANDRA: Às vezes até menor. Porque Jataí passa por uma diferença dos outros campus. Porque agora a gente tem um tanto de servidor que vai aposentar, que estão aposentando já, dois anos atrás. O que acontecia, a gente tinha um quadro de servidores chamado “servidores

de apoio”, que era pessoal da limpeza, departamento de limpeza, pessoa porteiro, pessoal, é.. O que eu tenho aqui ainda hoje é tenho pedreiro, motorista é... Pintor,

PI: Que com a terceirização vieram...

ALEXANDRA: Não, é porque esses cargos foram extintos, né. E foram substituídos pela, pelo serviço, né, terceirização na verdade, pelos contratos, né. Agora tem um contrato de serviço. Precisa de pintura, contrata um serviço, né. É diferente. Quando a gente iniciou não, tinha um para cada serviço. Tinha um mecânico, tinha um motorista, tinha um pedreiro, tinha as meninas da limpeza. Esses cargos, as pessoas ainda existem aqui com a gente, só que o cargo é extinto. E eles estão todos em desvio de função. Inclusive aqui na biblioteca eu tenho três serviços de limpeza e um pedreiro que me ajuda aqui na parte de auxiliar de biblioteca. Então, assim, é bem diversificado Jataí por esse motivo. E esses que estão aposentando nesses cargos não têm substituto. E tem uma lei, né, que o servidor aposenta, já pode chamar outro, esses cargos não podem chamar outro, porque são cargos extintos. Então, a partir de agora, de 2016 até 2018, nós vamos ter uma demanda, assim deveria ter, né, muito grande de servidor. Porque vai aposentar a maioria dos servidores, vai aposentar até 2018.

PI: Olha só... Ai terceirizado aqui não tem ninguém?

ALEXANDRA: Aqui dentro da biblioteca?

PI: É.

ALEXANDRA: Não... Nós temos uma terceirizada, mas ela só está fazendo um serviço para a gente provisório, porque o outro rapaz está de licença. Que ela é da portaria lá, e está atendendo aqui no guarda volumes à noite. De sete às dez. É só isso, o restante são esses servidores que ajudam a gente como auxiliar. Mas a gente tem auxiliar de biblioteca, tem assistente de administração na biblioteca também.

PI: Eles fazem o trabalho de auxiliar de biblioteca?

ALEXANDRA: Todos são auxiliares de biblioteca. Trabalham de auxiliar. De bibliotecária só tem eu e mais uma servidora, que é a Rose. O restante é esse. Eu tenho um vigilante aqui na biblioteca também, que faz serviço de auxiliar. Esses cargos todos estão extintos, foi decidido que eles teriam que ficar em desvio de função, né. Porque tem os contratos. Aí foram para os setores, e eu estou com esses quatro aqui. Na verdade, são cinco.

PI: O campus de Jataí costuma aderir às greves?

ALEXANDRA: Sim! Nos temos sindicato aqui, né. A gente tem um apoio aqui, né. Então a gente tem até um sindicato aqui dentro do Instituto, aí toda vez que tem greve é chamado, né, para as reuniões tudo. E a gente participa, a biblioteca sempre participa dos movimentos da greve. Quando a maioria da gente decide sim. Quando a maioria... Quando o comando de greve decide que os setores que devem ser, podem atender que são fechados, a biblioteca sempre está fechada e os servidores passam pro comando de greve.

PI: Porque impacta muito, né. O fechamento da biblioteca impacta bastante na greve.

ALEXANDRA: Impacta bastante... Aí a gente fecha. Aí a gente avisa os alunos com antecedência, né, aquele período que a gente tem de 72 horas e quando retoma também os alunos não são prejudicados com questão a quem estava com livro, quem tinha que devolver, quem paga multa, essas coisas a gente avisa eles também.

PI: Você avalia que você que já está aqui desde o período CEFET, é... Escola Técnica. Você avalia que teve alguma mudança nesses movimentos de greve?

ALEXANDRA: Teve... Teve... Hoje, inclusive agora nessa última greve eu participei do comando de greve, é. A gente, assim, nós, nosso sindicato aqui é o SINASEF, que, diferente dos outros campus, que já estão com FASUBRA, né. E aqui a gente já tinha o SINASEF e continua com o SINASEF. Então, assim, esse ano, do ano passado para cá, 2014, 15 e 16, o SINASEF está passando por algumas mudanças, né, algumas dificuldades, como todos, mas, no geral, no geral o SINASEF nacional ele teve muitas mudanças, a gente, eu até hoje como funcionária pública, né, que já estou há 26 anos, a gente não teve nem uma conquista que não foi pela greve. A gente considera isso, não teve nem uma conquista que a gente não conseguiu se não foi na greve. Nesses movimentos de greve, pós-greve também, aqueles grupos de trabalho, muitas coisas assim foi devido à greve que a gente conseguiu. Inclusive o plano de carreira, né, foi devido à greve .

PI: Te fazer uma outra pergunta. Você como profissional da instituição que também se formou aqui, né, fez um curso profissionalizante aqui , um curso técnico, né. É... Você como profissional que atua em uma instituição de educação profissional, como você avalia as mudanças assim na formação do profissional da escola técnica do CEFET, do IFG. Você acha que tem a mesma qualidade, a formação profissional dos estudantes?

ALEXANDRA: Acho até difícil, porque eu estou fora já há muito tempo, né, mas, assim, para mim como pessoa a escola técnica foi muito válida, muito válida mesmo. Mesmo eu não. Toda vez que eu sou chamada como egresso que eu tenho que falar sobre isso eu falo. Se não fosse a escola técnica eu não seria a profissional que eu sou hoje como bibliotecária. E assim ah você não seguiu, não fez construção civil e tal, eu não fiz porque eu me apaixonei pela biblioteconomia, mas se não fosse a escola técnica eu não seria uma bibliotecária, nem teria a profissão que eu tenho hoje, o que eu faço hoje, porque, mesmo eu não sendo mais... Trabalhando mais como técnico em edificações eu quis continuar no Instituto, quis continuar na rede. Aí eu fiz o concurso, né, eu fiz novamente e continuei na rede. E trabalho dessa forma aqui ajudando os alunos da rede, né. Eu acho que, assim, que foi muito importante e eu vejo que os alunos hoje aqui dão muito valor. Inclusive nesse seminário a gente falou sobre isso novamente, porque a gente tem os profissionais que são hoje os professores e foram alunos nosso aqui. A maioria dos nossos servidores aqui foram alunos nossos aqui. Então, tem alunos, tem filho de alunos. Hoje eu tenho uma servidora aqui que ela é filha de uma servidora, que está aqui com a gente. E tem vários professores aqui que foram alunos nossos também. Então eu considero assim que... Ouvi mudanças, várias mudanças, mas eu considero assim no global para melhoras. Melhorias mesmo. Hoje a gente tem um restaurante que antes a gente não tinha, tinha uma dificuldade, hoje a gente tem restaurante para o aluno, o aluno tem ajuda de custo para continuar os estudos aqui, né. Porque a gente pega muito aluno do interior também. Então eu acho que assim melhorou muito.

PI: Você se considera uma técnica administrativa educadora?

ALEXANDRA: Considero. Considero... Inclusive assim essa nossa profissão como bibliotecária a gente avalia muito o conteúdo que o aluno estuda, né. Para fazer essas aquisições a gente junta com os professores, quando o professor pede. A gente sempre está dando assessoria para eles, nesses trabalhos de TCC deles, então eu considero que a gente é educadora. Até mesmo ali na entrada quando eles vão entrar ali na biblioteca quando você dá uma informação como deve se comportar dentro da biblioteca, eu acho que eu já estou educando.

PI: Você tem contato com eles, é quando eles vêm aqui?

ALEXANDRA: É diretamente.

PI: Orienta o pessoal que faz trabalhos...

ALEXANDRA: Os TCCs, os trabalhos a gente orienta, também tem o pessoal do mestrado a gente orienta na dissertação e até mesmo uma busca assim, eles fazem pesquisa para o trabalho deles quando você faz uma referência junto com eles, você está ajudando eles. Eu considero isso é educação.

PI: Tem alguma coisa que eu não te perguntei e que você gostaria de falar?

ALEXANDRA: Não. Acho que não.

PI: Você gosta de trabalhar aqui?

ALEXANDRA: Gosto... Gosto muito de trabalhar aqui. Estou aqui já tem 26 anos. Eu deveria aposentar agora em 2018, mas como eu não tenho idade, com essa nova lei de 55 anos, eu não vou aposentar nesse período, mas eu gosto muito de trabalhar aqui, sempre falo para todos que eu fui professora no PRONATEC, né, curso de auxiliar de biblioteca e eu sempre falava para eles assim da minha paixão pela minha profissão e pelo Instituto, que eu estou aqui. Eu sempre falo, não tenho vergonha e me orgulho de estar aqui nesse tempo todo, né, 26 anos que eu estou aqui. As minhas colegas são mais novatas, né, e eu falo para elas assim que eu sou “Velha de instituto, né”...brinco com elas, e não de idade. Mas assim eu amo o que eu faço. Eu atendo todo mundo aqui com muito prazer. Eu amo o que eu faço gosto do que eu faço. E ontem eu vi uma frase aqui nesse seminário que eu achei assim que encaixa perfeitamente com a gente, uma fala na verdade. Não foi só uma frase, que ele é um servidor inclusive nosso aqui da biblioteca, falou assim que a gente está aqui esse tempo todo, assim a gente tem amor pelo Instituto, a gente assim abraça o Instituto e tudo o que ele oferece, tudo o que ele faz a gente está sempre presente, né, esses servidores que já têm 26 anos. Porque a gente às vezes vê alguns campus assim, que é novato, parece que não tem esse amor pelo Instituto. E quando chega um novato aqui a gente faz ele encaixar dentro dessa nossa paixão que a gente tem pelo Instituto, pelos alunos. E ele foi assim um senhor que vai se aposentar agora em setembro, que falou isso que é servidor aqui da biblioteca e ele foi muito feliz na fala dele que encaixou no seminário inteiro, que era a opinião de todos. Eu acho interessante e o mesmo que eu penso assim que a gente abraçou o Instituto e a gente ama o que a gente faz aqui.

PI: É o que eu penso também. Eu penso que se não fosse essa paixão. Se fosse assim cada um fazer só sua função o que é contratado para fazer essa instituição não andava igual caminha com a dedicação dos servidores.

ALEXANDRA: É... E a gente tem assim... Porque crise todo mundo passa, o Instituto inclusive agora está passando uma crise assim que em 26 anos que eu estou aqui é a primeira que eu vejo. Crise financeira, né. E aí a gente assim percebe que muita coisa assim está mudada. Vai ter que cortar muita coisa assim... Mas mesmo assim eu percebo que todo mundo está dando seu “jeitinho”, resolvendo as coisas da melhor maneira possível para não deixar as coisas irem por água a baixo, porque é uma crise e a gente está tratando igual se fosse igual na casa da gente. A gente fala que aqui é uma extensão não. Aqui é nossa casa e nossa casa está sendo extensão, porque a gente fica mais aqui do que lá. Então assim a gente conhece todo mundo, sabe da vida de todo mundo, dos familiares, a gente sempre está reunindo. E a gente, os que entram, os novatos, a gente faz esse acolhimento assim para eles perceberem que o Instituto, além de ser um local de trabalho, é um local de amor, de carinho pelos alunos. E graças a Deus esta funcionando.

PI: Eu só queria te fazer mais uma pergunta, já que você falou que trabalhou no PRONATEC. Como foi essa experiência, o que você acha da formação do PRONATEC?

APÊNDICE B-TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA – FERNANDO

Pesquisadora Ivanillian (PI): Entrevista com Fernando, no IFG campus Goiânia, no dia 02 de Maio, na sala s601, S1602. É... São 15h20min da tarde. Fernando, então. É... Queria que você começasse falando quem é você, de onde você veio quem é sua família. Quem que é o Fernando?

Fernando: É... Eu sou (Nome completo do participante – substituído pelo nome fictício Fernando). Sou nascido na Bahia né. E criado em Goiás e Minas, sempre indo para Minas e para a Bahia, e voltando para cá para Goiás. Quer dizer a maior parte do tempo morei em Minas ou Bahia. A minha família é baiana, e hoje também mora em Goiás e Brasília. É... Eu entrei no Instituto Federal de Goiás na verdade em 1988. Na verdade eu entrei em Minas Gerais na escola Agrotécnica, chamada escola Agrotécnica Federal de Salinas, no ano de 1988, e de lá eu pedi a minha redistribuição para a Escola Técnica Federal de Goiás, que aconteceu mais ou menos por volta de 1993.

PI: O que que fez você resolver vir para cá?

FERNANDO: Eu já tinha morado aqui em Goiânia antes né. Durante oito anos eu... Eu morei aqui em Goiânia e eu fui para Minas. Lá em Minas eu passei em um concurso e a minha mulher também passou em um concurso em Minas Gerais... E que tinha validade para o território nacional inteiro. Então ela .ela achou uma vaga aqui em Goiânia, e veio. Assumiu aqui na Escola técnica Federal de Goiás e aí por ser casado e para acompanhar a família eu vim para cá para a Escola Técnica Federal de Goiás.

PI: Como era o trabalho aqui quando era Escola Técnica Federal de Goiás. Você trabalhava na mesma função que você trabalha hoje. Ou era diferente?

FERNANDO: É... Eu não sei se você sabe, nós trabalhamos na CPA . E não sei se você ficou sabendo, mas. É... Eu fiz um concurso para vigilante na escola em oitenta e cinco mais ou menos. E com aquela esperança de estudar e um dia mudar de... Mudar de cargo, ou acumular dois cargos e... Em noventa e... Nos anos noventa, quando eu vim para cá eu comecei estudar, e aqui na... Na Escola Técnica Federal de Goiás eu trabalhei mais ou menos uns seis meses de vigilante. Nas portarias aí, e na verdade nas portarias da escola NE. E..aí eu comecei a estudar, comecei a fazer graduação na UFG em Letras. E..aí a direção já naquela época já havia falta de funcionário em todos os setores. Aí devido o fato de eu estar estudando e tal... A.. Os dirigentes daquela época já me convidaram para trabalhar em alguns setores da escola, fora... Fora do setor de vigilância. Eu aceitei. De lá para cá estou trabalhando até hoje em vários... Já trabalhei em vários departamentos da escola.

PI: Você já passou por onde aqui?

FERNANDO: Eu passei pelo Protocolo. Eu passei pelos Gabinetes da Direção geral. Eu passei pela comunicação social. Passei...

PI: Mas na comunicação social já no... Trabalhando na área de Letras?

FERNANDO: Sim..Exatamente. Quando... Quando eu... Devido o fato de eu ter feito Letras e também trabalhei. Eu trabalhava no Jornal Diário da Manhã na revisão. Então... Ai eu fui chamado para trabalhar na comunicação social. Até porque mesmo é..eu fazia um *link* entre o instituto ... Entre... Naquele tempo o CEFET Goiás e o Diário da Manhã. Então eu levava coisas do Diário da Manhã. [Ahh...]. Eu levava coisas da Escola Técnica Federal, do CEFET, para serem publicadas no Diário da Manhã. E foi por isso. Então aí eu fui convidado para trabalhar na comunicação social, porque eu era estudante de Letras e naquele tempo não tinha nem uma pessoa que ocupava... Não existia esse cargo de Jornalista nas instituições. Talvez na UFG sim, mas nos CEFETs, agrotécnicas ... não tinha o cargo de jornalista.. Então eles pegaram uma pessoa que sabia escrever mais ou menos e colocaram na comunicação social, onde eu fui inclusive chefe da comunicação social naquele tempo. ...[...] É e trabalhei em outros setores depois. Trabalhei na Procuradoria Federal... Trabalhei... É... Na Coordenação de Integração Escola Empresa. É... “O que mais”... Na editora do instituto. É .. To falando instituto, mas pode ser CEFET e pode ser Escola Técnica. Sempre a gente está falando o último.

PI: É... Hoje você esta exercendo qual função aqui no Instituto?

FERNANDO: Hoje eu trabalho no... Nos Recursos Humanos. Não tem assim... Não sou chefe de nada. Trabalho na parte de análise de processo. É... Na folha de pagamento também. É... Na parte de planos de saúde... Essas coisas. Parte de tudo que envolve do RH, os Recursos Humanos eu estou trabalhando hoje em dia nessa função.

PI: Você sente que tem visibilidade no seu trabalho aqui, é valorizado?

FERNANDO: Eu acho que não. Não é muito valorizado não, sabe, assim, não sei se porque tem muito... [...]... É muita gente e tal, muitos servidores. Eu acho assim, as vezes que eu já procurei a Direção, alguns dirigentes, e eu fui bem recebido, bem atendido e tal, mas no geral eu acho que não tem muita visibilidade não. Passa “meio batido”... “mais um na multidão”, eu acho.

PI: Toda vida foi assim, durante esse tempo todo? De quando era Escola Técnica, CEFET e agora também do mesmo jeito?

FERNANDO: É. Eu acho que sim..eu acho que sim, talvez [deixa eu ver]... Na Escola Técnica eu estava aí, “mais um na multidão”, fui chamado para a comunicação social. É... CEFET ..também[...].. assim..eu já fui chamado para fazer trabalhos importantes na escola sabe, assim.. Principalmente as comissões de processo administrativo, as comissões de avaliação da instituição, eu já fui convidado para fazer trabalhos importantes intelectuais mais. É... Qual foi mesmo a pergunta que você fez, mais importante?

PI: No seu caso a valorização está vindo em forma de trabalho.

FERNANDO: É isso mesmo...

PI: Novos convites neh.

FERNANDO: ...Novos convites, assim... Eles vêm assim à disposição porque eu nunca disse um NÃO pra escola. Sempre os trabalhos mais difíceis que ninguém quer fazer, tipo como trabalhar em processo de sindicância e tal..é.. Processo administrativo disciplinar, sempre. É.. em primeiro lugar é preciso que as pessoas que trabalhem nessas comissões sejam pessoas que produzem, que tenham certa facilidade em produzir escrito, falado. Então. É... Eles têm me convidado, eu tenho aceitado, mas assim. Mas eu acho que não é muito valorizado o serviço não.

PI: Melhorou alguma coisa no seu trabalho nos últimos... O que que melhorou nos últimos 15 anos? Desde que era Escola Técnica até agora?

FERNANDO: Melhorou assim...

PI: O que podia ter melhorado?

FERNANDO: “Pois é”, como eu te falei. Eu... Eu entrei com o intuito de estudar e como de fato estudei. Fiz até o mestrado, e queria fazer um concurso aqui para ser docente, mas devido às políticas de governo de concurso eu acabei desistindo. E... Mas o que melhorou foi isso, que. Alguns administrativos começaram a conseguir liberação para fazer mestrado, doutorado e eu também consegui minha liberação, então eu fiz o meu mestrado e isso ajudou, é... Me desenvolver intelectualmente e também me ajudou na parte de salário, melhorou bastante meu salário com isso.

PI: Você participou das greves da categoria? Qual foi sua participação nos movimentos de greve, no sindicato, você já se envolveu você é filiado?

FERNANDO: Não... Eu sempre fui filiado no sindicato onde eu estou. Aqui, em Minas Gerais, eu sempre me filiei. E... Mas eu nunca gosto... Eu nunca participei de greve... Assim. Porque eu trabalho. Minha mulher também é funcionária pública, então eu sempre fiz um. Assim um acordo com ela. “Tipo assim”, é. Com medo de o governo cortar o salário de ambos, então sempre combinei com ela assim: ela faz greve, e eu não faço greve. Apesar achar justa a luta das pessoas, a luta por melhores salários, por melhores condições de trabalho, mas assim eu sempre quis trabalhar e deixar que ela participasse da greve, então pelo menos a metade do salário garantido NE. Então eu praticamente nunca participei de greve não.

PI: Nem das reuniões lá também...

FERNANDO: É já ouvi... Já fui a algumas assembleias, e participei às vezes. Não falando, mas ouvindo e votando. Mas assim... Mas depois, entrar na greve mesmo eu nunca entrei não. Às vezes... [pode...] não lembro direito, posso ter tirado um dia ou outro no meio da greve, mas, assim, entrar na greve do início ao fim nunca entrei não.

PI: Você percebeu alguma mudança, assim nos movimentos de greve, de como era antigamente para o jeito que é agora?

FERNANDO: Ah eu acho que as greves antigamente elas eram melhor organizadas, mais bem organizadas, porque eram greves que na época certa eram combinadas com outras categorias e tal. E hoje em dia às vezes a gente vê a greve aqui começando em momentos que outras instituições ainda não entraram, ou então instituições estão saindo, e nós estamos entrando em

greve aqui. Então... É... E às vezes entram alguns campus, igual Campus Goiânia, e outros Campus não entram em greve. Então... É... Eu acho que o movimento de greve piorou um pouco em relação aos movimentos de época de Escola Técnica e CEFET.

PI: Sobre a avaliação que você faz você faria assim da educação profissional que é oferecida aqui pela escola. Você acredita que é uma boa formação de qualidade?

FERNANDO: Eu acho que sim! É. Porque veja só, o corpo docente é muito bom sabe, muito bom. É. Ele é muito incentivado a se especializar. Então muita gente com mestrado, doutorado, pós-doutorado, então é um corpo docente bom, uma clientela boa. Agora assim, eu acho que enquanto a escola trabalhou com nível tecnológico eu acho que não foi muito bem assim compreendida pela sociedade, então com isso houve certo prejuízo. As pessoas preferem mais quem fez licenciatura...

PI: Eles falam aquele período CEFET, que tinha aqueles cursos mais curtos...

FERNANDO: É. E acho que... Talvez eu to... Talvez ainda tenha algum curso tecnológico aqui. Acho que tem sim. Mas, assim, então aí a pessoa prefere pegar a pessoa que fez, contratar alguém que fez engenharia civil, por exemplo, do que quem fez tecnologia em edificações, por exemplo. Então teve esse problema, agora eu acho que as formações são boas, devido ao corpo docente, a clientela é boa, e o próprio resultado, os próprios resultados, a gente vê, a cada ano, saindo no ENEM, colocando o Instituto aqui, esse Campus, vários campus do Instituto em primeiro lugar no ENEM entre as escolas públicas, então acho que isso é uma das provas que o nível de ensino é bom. Não chega a ser tão excelente, mas acho que é muito bom ...muito bom!

PI: Você acha que é, tem assim a mesma qualidade que tinha na época que era Escola Técnica?

FERNANDO: Eu acho que na época de Escola Técnica... Na época de Escola Técnica era só mesmo o ensino técnico e depois teve uma época, acho que teve o ensino médio integrado, mas, assim, é... Eu acho que em razão de... Da própria, do comportamento dos hábitos da sociedade daquele tempo dos alunos, eu acho que a formação na época de Escola Técnica era bem... A formação era bem boa. Assim bem concentrada, bem boa e por culpa até um pouco da própria clientela hoje em dia eu acho que a formação hoje em dia acho que caiu um pouco em relação à Escola Técnica. Mas também tem muitos alunos bons que ajudam a levantar isso.

PI: Mas a clientela que você fala assim, como quem assim?

FERNANDO: É. Eu estou falando assim é, pela minha própria experiência de idade. Eu lembro e vejo que, por exemplo, eu mesmo tive o sonho de entrar aqui na Escola Técnica devido ao, até o uniforme que a escola técnica usava na época, que era uma camisa amarela e calça de outra cor marrom e preta com aquele símbolo da escola, até o uniforme que era usado, aquilo causava uma vontade de estudar aqui. Então, todo mundo que estudava aqui na época de Escola Técnica sabia o que queria, comportava bem, se dedicava bastante, não tinha esse monte de gente no pátio que você vê toda hora. É... Pessoas fumando, querendo beber fora da escola, fazendo um monte de coisa aí. Então era assim. Era uma clientela muito concentrada naquilo que eles queriam NE. Então hoje em dia como a clientela é muito aberta, os alunos saem e entram na escola a hora que querem. Então isso fez com que é... Diminísse um pouco, na minha opinião, a qualidade da escola e tal. Não da escola, mas assim é que quem faz a escola são os professores e os alunos né. Então se o aluno não, se ele não capricha, se ele não se dedica

então isso acaba refletindo no nível da escola e nas avaliações, acaba que ENADE e ENEM, a escola acaba se prejudicando com isso por culpa também dos alunos. Apesar de que a escola, como eu falei ela, ela tem se saído muito bem nos exames de ENEM .

PI: Você sempre trabalhou mais na área administrativa. O seu contato com os alunos mesmo é bem... Bem pequeno neh?

FERNANDO: Isso... É. Quando eu trabalhei na coordenação de integração escola empresa, eu tive acesso aos alunos mais em questão de estágio. Os alunos... Os alunos e as escolas e as empresas. É que queriam alunos para estagiar, aí eu tinha contato com as empresas e com os alunos, mas não foi muito tempo que eu trabalhei lá. Então, eu tive esse contato com os alunos. Quando eu estagiei também, quando eu estava fazendo cursos de Letras lá, eu estagiei aqui na escola, e fui para a sala de aula, dei aula junto com os professores, aí tive contato com os alunos. Mas, assim, na maior parte do tempo eu exerci essas funções administrativas e fico mais em contatos mesmo com os professores e administrativos.

PI: E na gestão neh.

FERNANDO: E na gestão. É.

PI: Você. Assim. Sente que você faz parte da formação educativa dos alunos, ou você acha que você esta assim mais no bastidor da instituição?

FERNANDO: Você quer saber se, “tipo assim”, se eu contribuo de alguma forma com...

PI: Se você se sente um profissional educador.

FERNANDO: Bom. É com relação a... Bom com relação aos alunos. Você está falando com relação aos alunos neh? Então... Nem tanto assim, porque eu quase não tenho contato com eles e aí não tenho oportunidade de... De mostrar essa parte e no contato que eu tenho com eles aí, quando eles me procuram, raramente procuram, mas quando me procuram, às vezes entram até errado na porta nossa ali e tal. Então eu... Eu dou o maior, assim atendo da melhor forma possível sabe. Mostrando mesmo que a gente está aí para atender bem aos administrativos, aos alunos. Até mesmo quando precisam da gente, nos Recursos Humanos, por exemplo, para fazer cópia de pouca quantidade de material. Às vezes o aluno fala que está tudo fechado, a gente é, procura atender bem sabe. Então, assim, eu gostaria de atuar melhor, de ter mais contato com eles, mas o próprio ramo que a gente trabalha não dá muito contato. Então, por isso que não posso nem muito dizer assim que eu sou educador porque não tenho muito contato com eles, mas se tivesse com certeza faria um trabalho melhor.

PI: (Risos) Não que não seja bom o seu trabalho, mas eu penso que assim pela sua formação profissional de Letras é, a profissão de letras é uma profissão mais do papel neh.

FERNANDO: Do papel. Inclusive é. Muitos alunos têm me procurado de longa data para corrigir TCC, por exemplo, essas coisas. Eu corrijo, cobro o menor valor possível. É. Para ajudar neh. É... Já participei de banca de defesa de TCC aqui na escola a convite de pessoas do departamento 1. Então. É... Tive lá nas bancas, ajudo nesse sentido assim, sabe?! Então, o que eu posso fazer eu tenho feito, mas acho que talvez se eu trabalhasse em um dos quatro

departamentos eu tivesse mais condições de interagir com os alunos, de fazer um trabalho mais de educador mesmo, mas por enquanto ainda não deu, sabe?!

PI: Você gostaria assim de ser... Ou você acha que seu perfil é mais de ficar na parte mais administrativa?

FERNANDO: Então... Eu gostaria de atuar como docente e sendo docente mesmo. Mas já ouvi falar, por exemplo, que o departamento um na área de línguas, eles, já há um bom tempo eles tem aí uma ideia de trabalhar um projeto de línguas mesmo... Língua portuguesa... Língua inglesa, em integração com a universidade americana. Então... E. Já ouvi falar que eles teriam interesse de colocar para trabalhar com eles lá em alguma sala, alguma sessão, esses administrativos que têm bom conhecimento em língua portuguesa e língua inglesa. E aí, nesse sentido, se um dia vier assim a criar esse departamento, me convidassem, eu trabalharia lá até mesmo talvez para atuar como... [Como é que eu falo]... Como um “tirador de dúvidas”. Essas coisas assim [como que eu falo]... “tipo” uma monitoria de ajuda em língua portuguesa e inglesa também, eu gostaria de trabalhar. Se um dia vier a criar talvez eu queira trabalhar. Eu acho que eu gostaria sim de trabalhar. Fazer esse contato com eles.

PI: Se tiver um concurso para docente, assim do jeito que você quer, você faria também?

FERNANDO: Eu faria para alguns campus. Eu não faria para todos os campus não. Eu, por exemplo, já fiz concurso para trabalhar no Instituto Federal de Brasília na área de gramática, que é uma coisa que eu gosto na língua portuguesa, muita gente não gosta, eu gosto de trabalhar com gramática. Eu gosto de trabalhar com redação. Então eu já fiz e não tive sucesso. E, dependendo do campus aqui, de algum campus eu gostaria de fazer. Apesar que eu já “tô” quase para o final de carreira, acho que não valeria muito a pena mais porque eu teria que começar na carreira lá embaixo, de novo assim. Aproveitaria o tempo, mas para a aposentadoria, mas, então, dependendo do campus eu até faria, mas eu não faria para qualquer campus do Instituto não.

PI: É... (Risos) Você observaria o quê?

FERNANDO: É... É porque tem alguns campus que têm alguns professores em alguns departamentos, nem gostaria muito de falar isso, mas, tem alguns campus que o departamento que envolve aí a parte de línguas e literatura muitos professores meio complicados sabe.

PI: Aham... É por causa de pessoal mesmo?

FERNANDO: É por causa de pessoal mesmo, assim não tem nada... Não tem problema nenhum com ninguém, nem um servidor do Instituto hoje em dia, mas assim eu evitaria trabalhar em alguns campus que tem, que eu vejo a fama de que a parte de línguas mesmo e literatura é complicada. Tem algumas pessoas complicadas nesses departamentos, então tem campus que eu nunca ouvi falar nada e eu teria coragem de fazer concurso para lá. E tem campus que eu não faria não. É um dos motivos que eu desisti mesmo. Primeiro eu desisti. Bom, por um bom tempo eu queria fazer concurso, mas foi na época do Fernando Henrique, há um tempo atrás, não tinha concurso, era raridade. Aí depois eu fiquei sabendo que se eu passasse em um concurso eu teria que desistir de uma. Eu só poderia ficar em um. Eu não poderia acumular. Então o meu objetivo, eu falei lá no comecinho dessa fala, eu... O objetivo era acumular os dois cargos. Aí não teria como acumular. Aí eu perderia talvez a estabilidade, começaria tudo de novo. Então... Durante

um bom tempo não teve concurso, por isso eu não fiz. Aí depois começou a ter concurso, e eu comecei a fazer alguns, mas eu vi que o nível... Quando eu fazia concurso eu não tinha mestrado, eu só tinha graduação, a licenciatura, nem especialização eu acho que eu não tinha. Então, eu me deparei com muitos mestres e doutores, inclusive gente que fez nos Estados Unidos e tal. Doutorado e mestrado, então, eu vi que eu estava fraco para participar de um concurso. Aí depois que... Quando intensificou mais a realização de concurso foi quando eu especializei, fiz o mestrado, aí já foi mais recentemente, foi a partir de 2010, então eu já estava mais... Meio desmotivado para mexer com aula. Além do mais eu escolhi a língua inglesa, e hoje em dia talvez eu preferisse Espanhol para fazer um concurso, então eu não. Estou desistindo.

PI: É... Sobre a expansão dos campus, você sempre.. Desde que você foi redistribuído, você sempre ficou aqui em Goiânia... Nunca... Você conhece os outros campus?

FERNANDO: Conheço. Eu Conheço Jataí... Conheço Inhumas. Conheço Anápolis, Luziânia, Itumbiara, eu acho que só. Esses que eu conheço.

PI: Você sente que essa expansão, ela foi positiva ou foi negativa. Ela representou assim um salto de qualidade ou precariedade?

FERNANDO: Não. Acho que até agora, até esse momento a gente pode ver como um salto de qualidade. Uma coisa boa que aconteceu para o estado de Goiás, para as comunidades, para as cidades. Então, assim, até esse momento eu vejo assim de forma positiva. São escolas boas, escolas grandes, muito bem equipadas. A recente. Eu esqueci de falar, eu fui em Aparecida também. Então, o campus Aparecida, por exemplo, que um dos que eu andei assim bastante, é um campus muito bem instalado, vasto, com estrutura muito boa, com professores bem formados. Então, assim, acho que o estado de Goiás, ele ganhou com isso, toda a sociedade ganhou com isso. Então eu vejo de forma positiva. Aumentou também o número de vagas e eu acho isso positivo. Agora eu espero que os próximos governos, se eles não fizerem mais expansão, mas pelo menos que eles mantenham esses campus e mantenham a estrutura, pelo menos igual está agora, né. Mantenham a estrutura... Mantenham a realização de concursos. E mantenham essas escolas. Eu vejo como muito positivo para o estado.

PI: No seu trabalho afetou alguma coisa, as expansões?

FERNANDO: É... Afetou sim para aumentar o trabalho né. Por exemplo, aqui, esse campus Goiânia aqui, ele foi a sede do Instituto praticamente. A sede começou na cidade de Goiás, e veio para cá para Goiânia e depois foi para Jataí e começou a expandir então. E por um tempo aqui, assim que o Instituto foi criado por lei, aqui acumulou ao mesmo tempo o campus Goiânia e a Reitoria. Então, quando a Reitoria estava aqui dentro parece que dividiu as “coisas” com a gente, a realização dos trabalhos administrativos. Aí depois que a reitoria saiu e com a criação de vários campus, acho que aumentou muito o trabalho aqui, apesar de que cada campus faz o seu trabalho, mas é comum de vez em quando aqui a gente receber por exemplo atestados médicos de cidades, por exemplo, que não têm médico, não tem o CIAS lá. Então, assim, às vezes vem para o campus Goiânia. Não é muitos não, mas vêm algumas coisas de alguns campus, principalmente cidade de Goiás, às vezes até da própria Reitoria, aqui de Inhumas, Anápolis, vem algum trabalho, muito pouco mas vem para a gente fazer aqui no campus Goiânia. Então aposentaram alguns servidores, outros passaram em outros concursos e foram embora e o RH, por exemplo, está bem “diminuído” aqui, está com o corpo bem reduzido aqui no campus Goiânia e o trabalho só aumenta. É muita contratação de professores substituto,

efetivo. Então a alteração que houve foi nesse sentido assim. Aumentou o trabalho... Aumentou o trabalho e diminuiu o número de pessoas que faziam o trabalho.

PI: A pergunta é essa: Você acredita que a instituição mantém a mesma qualidade com a criação dos novos campus?

FERNANDO: A mesma qualidade... Eu acho que a instituição, ela tem procurado manter a qualidade né, pelo fato de dar oportunidade a todas as pessoas que estão nos campus é... Se qualificar, então em todos os campus as pessoas estão saindo para fazer mestrado, doutorado. É assim... Uma prioridade assim é... a escola incentiva bastante não cria problema. E tem liberado os professores e os administrativos para fazer. Então isso é uma tentativa de manter a qualidade e inclusive, e como eu falei, criando espaços bem adequados para que as aulas ocorram de forma bastante é... Adequadas, adequadamente.

PI: Tem alguma coisa que eu não te perguntei, que você gostaria de falar?

FERNANDO: Ahh. Eu acho que... Assim... Uma coisa que eu tenho a queixar do... Não é desse Instituto aqui é da rede federal mesmo, inclusive dos institutos e das universidades, é a falta de um plano de carreira que te ajude mais, por exemplo, é.. Em 2005 foi criado um plano de carreira através da Lei 11091, mas foi um plano de carreira meio fajuto, meio travado. Pra você ver... Em 85 houve um enquadramento e as pessoas que, que por exemplo trabalhavam em profissões mais humildes, mas que estudaram, elas foram bem enquadradas. Eu não estava no serviço público em 85, entrei em 88, mas as pessoas que estavam, por exemplo, trabalhavam... [vamos supor.], sem querer desmerecer ninguém... Todo mundo é digno, mas vamos supor alguém que ocupava o cargo de motorista, que tinha o curso, que fez um curso superior de Geografia, por exemplo, Administração, ele foi enquadrado e passou a ser um profissional de Geografia, de Administração e receber por isso. Aí o que aconteceu. Aí em 2005 veio um plano de carreira que prende você. Eu por exemplo é... Já cheguei no nível de mestrado e mesmo se eu fizer doutorado melhora um “pouquinho” meu salário, mas eu não mudo o meu nível sabe. Então é a lei 8102, ela prevê algumas possibilidades de mudança, mas que estão paradas lá na lei 8.112. Então fala-se que foram proibidas as ascensões funcionais, que eram as mudanças de cargo. Ou então outras pessoas chamavam de concurso interno, que não tem mais. Então o que que acontece, nos estamos aí com plano de carreira que existe, mas que não te permite você a crescer. Então você estuda, cresce, chega lá em cima, mas não pode mudar de cargo. E há uma discussão por aí, que esta acontecendo por aí nos sindicatos que outras carreiras, outras categorias na própria Advocacia Geral da União as pessoas já mudaram de cargo. Mesma coisa da Constituição de 88. Porque a alegação é que depois da Constituição de 88 não é mais possível você mudar de cargo sem fazer concurso, concurso externo, concursos públicos. E não é verdade porque algumas categorias do serviço público já mudaram e estão mudando de cargos sem fazer concurso público. Na Advocacia Geral da União já aconteceu. Aqui na escola, no Instituto, na época do CEFET, na época de Escola Técnica, já depois da Constituição de 88, algumas pessoas mudaram de cargos. Então eu não estou querendo que seja uma coisa assim totalmente de graça, mas que como em qualquer empresa acho que deveria ter uma maneira de você é... Crescer dentro da instituição por tempo de serviço, por dedicação e por estudo também sabe. Então, assim, eu, por exemplo, venho me dedicando há muitos anos desde 88, igual eu falei para você, eu nem participo de greve mais, até mesmo no sentido de querer trabalhar mesmo, estudei, fiz mestrado e tal, e não cresci muito na carreira. Porque o plano de carreira não permite você crescer. Então, assim, não é uma coisa só do Instituto nosso, todos os institutos e todas as universidades. Então isso é uma coisa que precisaria melhorar. E eles precisariam

interpretar algumas possibilidades que estão presentes lá na Lei 8.112 e que ninguém presta atenção.

PI: E as funções que são delegadas para você são funções que requerem o seu nível de estudo NE. O nível que você tem de curso superior de Letras e o mestrado NE, que você não está trabalhando mais na função que você entrou. Quer dizer assim, a gente não está falando da pessoa mudar de nível à toa NE. Mas sim de reconhecer qual o trabalho que a pessoa está fazendo NE.

FERNANDO: Exatamente! Sempre que a escola precisou de mim aqui, em trabalhos que a gente acha que é bastante intelectual, como os processos administrativos disciplinares, comissões de sindicância. É. E também nas avaliações institucionais, como também na comunicação social. Ou então sempre eles me colocaram nesses trabalhos devido ao meu estudo, NE. Então nada mais justo do que eu reconhecer. Eu dar a minha parte e eles darem a parte deles também sabe. Inclusive é, quando a escola tem até hoje alguns convênios com os Estados Unidos e com a Alemanha, por exemplo, várias vezes é... Diretor geral... É.. Diretor de departamento, outros profissionais da escola precisaram de mim para fazer traduções de ofícios, de artigos e de outros tipos de textos em inglês para mandar para a Alemanha, para os Estados Unidos e eu nunca neguei, sempre fiz. E, então, assim o Instituto usa o saber da gente, mas é meio difícil crescer NE na instituição porque, a princípio, a lei não permite. Mas tem formas de crescer sim se, como já falei a terceira vez se, observa se algumas possibilidades que estão lá na lei 8.112, se não me engano é um item que fala em promoções, parece que é um item na lei 8.112, que fala das promoções do serviço público. Então, por exemplo, lá o que a gente chama de ascensão funcional foram cortadas mesmo algumas coisas. Transferência parece que foi cortado, mas com redistribuição, e tem, parece que tem, a palavra promoção lá, inserida dentro das promoções, que haveria uma possibilidade de você crescer dentro da instituição mudando inclusive de cargo. É o caso de algumas pessoas aqui que foram para a Advocacia Geral da União, ficaram lá um tempo emprestadas e depois mudaram de cargos, ou aqui mesmo dentro da instituição.

PI: Seria um trabalho para o MEC, a estruturação da nossa carreira?

FERNANDO: Seria. Seria um trabalho para o MEC. É. Ver essa possibilidade. Eu tenho lido alguns artigos aí, alguns textos na internet de alguns sindicatos que falam que. Textos muito esclarecedores que mostram que tem como sim. Basta ter interesse, quando há interesse lá do governo federal, sempre passando pelo MEC, quando é uma categoria que eles têm interesse, eles conseguem é... Enquadrar... [vamos dizer assim]... Essas pessoas em outros cargos, aproveitando o nível de ensino deles. Agora, quando não tem interesse, e como o grupo nosso é imenso de servidores, são muitos servidores, mais de um milhão de servidores, parece que eles não têm muito interesse com isso não. Mas, dentro da lei 8.112, se não me engano nas promoções teria como fazer algumas... Algumas mudanças de cargos logicamente que observando o merecimento, o estudo de cada um, né. E o que a pessoa tem proporcionado para a instituição. Eu igual eu falei no começo, eu nunca neguei de qualquer serviço que já me pediram para fazer aqui, às vezes até perigoso, como trabalhar em processo, por exemplo, administrativo disciplinar que dá demissão de servidores, isso é perigoso. Eu já trabalhei em processo administrativo disciplinar que deu demissão do servidor. Então, isso chega a ser perigoso para a gente. Mas eu nunca deixei de fazer esse tipo de trabalho. Então a instituição, talvez a União das instituições, porque talvez se um instituto só quisesse ele não conseguiria, mas se os institutos e universidades quisessem e fizessem uma articulação nesse sentido melhoraria para todo mundo, né. Só isso eu acho que eu queria complementar, é o que eu vejo

de defeito nessa carreira nossa. Eu nem falo muito questão de salário, tem muita gente que reclama de salário e “não sei o que”... “Trarara”... Eu acho que não. Eu acho que nós não estamos ganhando milhões aí, mas sempre a gente sabe que a média salarial nossa comparando com a iniciativa privada, os mesmos cargos, aqui a gente recebe melhor. Então precisaria é, um plano de carreira que possibilitasse você, através do estudo, seu merecimento, seu trabalho, crescer um pouco mais. Então essa é a falha que tem no Instituto, nos institutos, nas universidades.

PI: Você gosta de trabalhar aqui?

FERNANDO: Gosto! Gosto de trabalhar aqui. Estou aqui. Às vezes eu tiro férias e estou aqui trabalhando. Estou de recesso e estou trabalhando. Inclusive meu recesso do ano passado e esse ano eu só tirei pedaços do recesso. E o meu chefe me liberaria tranquilamente. Quer que eu tire para não ficar nada para trás, mas eu sou viciado. Gosto de vir para cá. Gosto do Instituto e gosto de trabalhar aqui. Então... Não sei o que vou fazer quando aposentar, ne. Mas gosto de trabalhar aqui.

PI: Muito obrigada Fernando!

FERNANDO: De nada!

PI: Muito obrigada mesmo!

FERNANDO: De nada!

APÊNDICE C-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA FREDERICO³⁸

Pesquisadora Ivanillian (PI): Entrevista com Frederico, técnico administrativo do IFG, no campus Senador Canedo. Dia dois de Maio de 2016, dez horas da manhã. Bom Frederico. Queria me você me explicasse assim , quem é você ne. De onde você veio como você chegou ate aqui?

FREDERICO: Eu sou (Nome completo do participante – substituído por Frederico), servidor do Instituto Federal desde o seu surgimento, né. E também do CEFET, toda sua trajetória, do início à transformação IFG. E na Escola Técnica desde 1990. É... Antes de trabalhar no Instituto Federal, Escola Técnica e CEFET eu trabalhei na área da educação também no estado. E eu já convivia com os estudantes, procurava saber conversar com os estudantes, saber as dificuldades e, por incrível que pareça, eu sonhava com a atuação de uma escola sem ter o conhecimento da escola técnica. Sabia da existência da escola técnica, tinha irmãos que tinham estudado na escola técnica, mas o sonho que eu tinha de uma...

Continuação 2º parte:

Apesar de a gente saber de todas as dificuldades, eu ainda. Se fosse para eu poder escolher. Se eu tivesse condições de escolher a expansão, mesmo com toda essa dificuldade, ou ter só cinco campus do jeito que é o de Goiânia, ou não sei se seria igual o de Goiânia, mas com a qualidade que as pessoas queriam, eu preferiria os quinze campus, com todas as dificuldades, porque essa dificuldade não vai passar e a Instituição, ela vai continuar, nós vamos passar e a Instituição vai continuar. Então eu ainda acho que foi positiva a... Essa expansão, se a gente for olhar as pessoas que estão sendo beneficiadas com a qualidade diferente da que eles teriam se não tivessem a instituição.

PI: Você acha que a contratação de servidores acompanhou?

Frederico: Claro. Não tem os Recursos Humanos, tanto de professores e técnicos administrativos, ele tem que acompanhar esse crescimento, ainda é. Falta mais contratação, falta! Mas também é outra vertente que a gente pode ver como positiva. Porque são muitas pessoas, inclusive ex-alunos, né, que hoje trabalham na instituição. Eu acho que essas pessoas têm um carinho muito grande pela Instituição, mesmo com toda dificuldade. Não teria esse crescimento de concurso se não houvesse a expansão. Então, às vezes, eu vejo até pessoa que acabou de entrar na Instituição criticar. Vem cá você. Se não tivesse feito não estaria aqui. “Tá” certa que foi pelos seus méritos, mas os méritos aconteceram porque houve a oportunidade. Sem a oportunidade, você pode ser o melhor, não tem oportunidade, não tem como demonstrar. Não critica a pessoa, porque se a pessoa está fazendo isso para lutar pela melhoria eu acho que a gente tem que respeitar. Agora se está fazendo simplesmente para denegrir a expansão para criticar por questões políticas, aí eu acho que não é bem por aí. A política nossa não é política partidária. A política nossa, é política de educação, política estudantil. Defender a educação

³⁸ Uma parte da gravação desta entrevista se perdeu por falha no equipamento.

pública, gratuita e de boa qualidade. Isso é o que eu acredito e é claro que a partir do momento que você luta por melhorias nas condições de trabalho dos servidores, dos trabalhadores de forma geral, você está melhorando a qualidade do ensino. Porque se o professor ele só trabalha na instituição, ele vai ter mais condição de estar focado na formação que ele está dando. Antes dessa carreira, que foi aprovada agora em 2013, os professores trabalhavam em outras instituições. Às vezes trabalhavam até mais de dois lugares e isso tirava o foco deles. Então é. Nessa questão também houve uma melhoria em relação à tanto CEFET quanto o IFG. CEFET e escola técnica têm os ganhos, tem o pessoal que entrou agora que não tem aposentadoria completa, mas eles têm outras coisas que têm também que foi outra luta que a gente teve, que era os professores substitutos que ganhava bem menos do que os professores efetivos e não era justo já que ele estava dando a mesma aula, ele só não tinha vínculo. A única coisa que era diferente, ele não tinha vínculo de estabilidade, que ele tem um prazo determinado, mas o salário não poderia ser diferente. E hoje o salário, se eu não estiver errado, mas parece que é equivalente ao do professor que ele substitui. E ele tem todos os direitos sindicais, enquanto é servidor que tem um efetivo.

PI: Como que foi sua trajetória de sindicato?

FREDERICO: Pois é. Eu, quando eu vim para Goiânia, ainda os servidores públicos não podiam se reunir enquanto sindicato. Aí tinha a associação dos servidores, né, porque para mim todos eram servidores. Tantos os professores quanto os técnicos administrativos são servidores, só que um é da categoria de técnico e outro da categoria de professores... Mas tinha essa divisão, até na associação dos servidores e a associação dos professores, que era a APETEFEGO, não podia ter ainda sindicato. As festas eram feitas separadas, né, os professores faziam as festas deles, o administrativo fazia deles. A sala que hoje é a sala de servidores era a sala de professores, tanto é que o administrativo não podia entrar. Quem entrasse era um problema sério para quem entrasse na sala. Aí a gente veio na época, o Paulo Cesar que foi o Reitor, a Gisele e tantos outros lá que participaram na criação do sindicato. Transformou a APETEFEGO no que hoje é o SINTEF. E eu vim lá de Jataí como uma pessoa que sempre lutei pela coletividade, sempre tive essa vontade, né, não era uma coisa imposta, mas é porque eu achava assim que eu sinto bem quando todo mundo ganha, até porque eu faço parte de todo mundo, quando todo mundo ganha eu também ganho. Quando você ganha por um mérito que você estudou, fez um curso, aí sim é uma coisa individual. Mas se tem aquela luta coletiva de melhorar a sua qualidade de vida de você ter um estímulo para poder fazer esses cursos que a gente está fazendo, porque antes não tinha esse estímulo, né.. Eu vou fazer um mestrado, um doutorado, só vou gastar dinheiro não vai adiantar nada. Hoje não. Hoje adianta muito para a gente. É. E eu comecei assistindo, né, filiei logo quando foi criado já me filiei ao sindicato e participei como base. Viajava com o pessoal, fui aprendendo, conversava com o Paulo, com a Gisele, até que eles me chamaram para fazer parte da diretoria. Aí eu fiquei durante acho que uns quinze anos na diretoria. Fui do conselho fiscal, fui tesoureiro, e depois fui coordenador. E, quando a gente estava lá, a gente tinha transformado o sindicato que era presidencialista, né, onde é focado só em uma pessoa para diretoria colegiada. Aonde a decisão era feita em colegiado e tinha três servidores, um técnico administrativo, um docente e um aposentado que seriam a direção executiva mesmo, né. O pessoal que entrou aí voltou atrás mudou e, pois presidencialista de novo, que é uma coisa que fica muito centrado a decisão de uma só pessoa.

Mas como se diz, eles fizeram a mudança. Se é melhor, ou não é melhor, acho que cada um tem seu posicionamento. E aí nesse tempo a gente teve a luta para poder, primeiro foi que aconteceu uma das primeiras lutas, porque a gente recebia um salário “pequeninho” e a gratificação era 160% do nosso salário.

PI: Nossa!

FREDERICO: Só que a qualquer momento poderia chegar alguém lá e falar: “- Não, essa gratificação, ela não vai ter mais.” Já que não fazia parte do salário. Tanto é que eles iam mudar, era HAGAI, que era gratificação de atividade executiva, aí eles estavam mudando para GEDAI, até a gente começou a fazer trocadilho com aquele é, com aquele seriado que tinha, né. Só que era uma coisa que de início parecia bom, mas não era. Por quê? Porque eles iam funcionar igual a agir dos professores também, que era.. Você ia ganhar de 0 a 190% era 200% do seu salário. Oh, vai aumentar 40% da gratificação, vai ficar bom, né, para quem conseguisse lá em fim. Só que só uma parcela de 20% poderia alcançar esse total.

PI: Como que alcançava?

FREDERICO: Através de pontuação, ou seja, você ia depender de outras pessoas te fazer avaliação, você, se fosse uma pessoa que fosse te avaliar que não gostasse de você, poderia te avaliar mal e você... O que era pior, você poderia zerar, ou seja, o salário que você recebia de quinhentos reais, ia ser só os quinhentos reais, os oitocentos reais que era de gratificação você ia perder, que é o 160%. Então, você recebia quinhentos de salário e oitocentos de gratificação, dava mil e trezentos. Com essa manobra do governo lá você poderia ficar com mil e quinhentos? Poderia, mas poderia ficar só com quinhentos. E isso não ia ser todo mundo, além de ser uma gratificação produtivista, não tinha aquela qualidade. Então ia todo mundo correr, brigar para ficar na frente do outro, como aconteceu com os professores que tiveram essa gratificação produtivista. Que teve um professor, quem fazia parte da banca conseguia a pontuação máxima e aqueles amigos deles. Muitos lá tiveram tempo lá de a pessoa estar procurando lá e querer ir até ir para vias de fato, mesmo com o professor, por causa da avaliação que não estava concordando. A gente também acabou com esse agir. Mas o nosso, nós conseguimos uma vitória que eu acho que ficou quase que somente com os servidores da rede das universidades, da educação, que foi de incorporar ao salário todo esse vencimento. Mas, ajudou justamente porque hoje você tem um salário base bem maior, mas na época do Fernando Henrique ele acabou com o anuênio, que cada ano você recebia 1% de gratificação. Eu parei com 9%, hoje se eu estivesse eu estaria ganhando 26% em cima desse salário base meu. E você entrou em 2011, você tem cinco anos. Estaria já com 5% nessa gratificação. E por aí vai, né, então tinha essa gratificação que parou, você não tem, mas tem agora a questão da gratificação por qualificação. Se fosse hoje um mestrado 52% de quinhentos, daria só quinhentos e cinquenta, mas em cima de mil e trezentos já é muito mais, né. Então essa foi a grande vantagem. E a criação dessa carreira que primeiro eles queriam colocar o doutorado só para o pessoal da classe E. O doutorado só para o pessoal da classe E. Não sei se você ficou sabendo disso?

PI: Não!

FREDERICO: Se você fosse da classe D, você não podia fazer doutorado, só podia fazer até mestrado, e quem fosse da classe C só podia fazer até especialização. Não podia fazer mestrado, ele até poderia, mas não iria adiantar nada na questão funcional dele. Nessa última greve a gente corrigiu essa questão, porque o que a gente usou para convencer, que o salário ele já determina a diferenciação, quem é da classe C já tem um salário menor, o 52% vai ser indiferente dos 52% da classe E. Os 75% vai ser diferente. Então aí já há uma alteração. E conseguimos essa mudança e também a questão de que tinha, parece que era diferente, questão da gratificação de especialização, mestrado e doutorado, eles eram diferentes.

PI: Pros níveis, né.

FREDERICO: Não é diferente também assim se ele fosse direto ou indireto, hoje não, hoje vale de forma igual, só a graduação que parece que tem...

PI: Se fosse direto ou indireto você fala, assim, em relação com à atividade?

FREDERICO: ...Com a atividade eu não tenho certeza que continua, mas foi uma outra coisa que a gente mudou. Mas na nossa carreira nós não conseguimos o que a gente queria, porque o que a gente queria era o salário base do DIEESE e o step de 5%. Na época, a gente conseguiu de 3%, e, com essas mobilização que a gente teve, essas greves, a gente conseguiu, parece que agora no próximo ano vai para 3,8, né. Esse ano... O ano passado parece que mudou para 3,7. Talvez quando você entrou parece que era 3,5 o step . Sabe qual que é o step?

PI: Sei, mas eu não entendo direito, esse...

FREDERICO: É o seguinte... De um ano e meio a um ano e meio também era dois anos que mudava de padrão de vencimento. Aí a gente também diminuiu para dezoito meses. A cada dezoito meses você muda de padrão de vencimento, aí você está hoje no padrão de vencimento um da sua carreira, no primeiro ano. No segundo ano, quando tiver os dezoito meses, aí você muda para o dois, você já começa lá... Você é de qual classe?

PI: Da D.

FREDERICO: D... Então você já começa provavelmente no padrão de vencimento dezesseis, é por aí, não é? Dezesseis, dezessete, porque você já pega acho que no meio da carreira da classe C. Não é isso o seu vencimento?

PI: É... Acho que é...

FREDERICO: ...Você já olhou na grade completa, porque tem a A, B. Eu sei que AB a classe E pega também na metade da classe B, porque aí vai a cada dezoito meses você muda de padrão de vencimento. Se você entrou só para ilustrar, né, você hoje está em um padrão de vencimento dezesseis, dezoito meses você vai para um padrão de vencimento dezessete, que é a carreira por tempo de serviço, a cada dezoito meses você vai mudando. E essa mudança acrescentava 3% e hoje acrescenta é... 3,7. Mas se a gente estivesse conseguido como a gente queria que era o salário do DIEESE, hoje está em torno de três mil, ou quatro mil reais, e o step de cinco mil, o seu salário era o dobro do que você ganha hoje, que seria o mais correto, né, que é um salário...

Porque você fica sem poder montar uma empresa, você sendo servidor público, você não pode ter várias coisas, você é impedido de fazer. Então por isso o servidor tem que ter um salário diferenciado do mercado particular. E aí esse é o step. E tem aquele de capacitação, que são os cursos que você faz, você também muda de padrão de vencimento, né. Que quando você pula do um para o dois você sobe, não sei se você viu, mas vai subindo. Aí você pode subir duas vezes, os dezoito meses pelo tempo de serviço, e por um curso que você fez, ao invés de você subir um padrão de vencimento, você sobe dois, você vai, ao invés de subir dezessete, você vai para dezoito, porque aí já vai dar sete vírgula alguma coisa. Dá mais de 7,2, porque acumula né, por isso que quando aumenta o step quem está mais no fim da carreira o aumento é maior.

PI: Porque já vai somando, né...

FREDERICO:...Vai somando geral. E também esse da qualificação que aí já é sobre o vencimento que é uma porcentagem que foi inclusive para igualar aos professores, né. Que os professores têm essa gratificação de 75%, que agora é a próxima luta, para a gente igualar seria o RSC, está também na luta aí. E tem uma coisa aí, que essa mais é em “off”, né, quem está dentro da instituição sabe que os professores tem quarenta e cinco dias de férias. Nós só temos trinta dias, nós não recebemos pelos quarenta e cinco dias como os professores,

PI: Tem aqueles dias de recesso...

FREDERICO: Mas a gente tem o recesso que não é um direito, mas é uma concessão para que a gente tenha o mesmo tratamento dos professores também, foi luta também que a gente teve muito tempo. Questão das trinta horas também. Que só Goiânia que tinha, né, porque na época de escola técnica alguns servidores ganharam na justiça para fazer as trinta horas, aí eles passaram para todo mundo. Só que os campus que iam sendo criados estavam fazendo quarenta horas, aí houve a mobilização dos servidores desses campus, e a gente enquanto sindicato foi também na luta com eles e conseguimos eles convenceram a gente de for só depois de dois anos por causa da implantação. Não dá para contratar todos os servidores de uma forma instantânea, né. Os quarenta e cinco servidores vão sendo contratados de tempo em tempo até completar o quadro do campus. E aí convenceu que os dois primeiros anos seriam quarenta horas e depois as trinta horas. E hoje eu acredito que está desse jeito. E outra coisa também que essas lutas que a gente teve, inclusive de escolha dos diretores que na época de escola técnica não era eleição, era uma consulta. Tinham três candidatos. Aí você... Vamos supor que tivesse seis candidatos, os três melhores, mas com a melhor votação ia lá para o MEC e o MEC podia escolher o terceiro. Não necessariamente ele escolheria o que a comunidade escolheu. Mais uma vez nós usamos uma brecha que tinha. O que a gente fazia, todos faziam as chapas com três nomes para serem mandados, ao invés de mandar o primeiro, o segundo e o terceiro, mandava os três da mesma chapa. Sabendo que os outros dois não iriam aceitar, iam inventar alguma desculpa lá para não aceitarem, para que o que a comunidade escolhesse fosse feito isso. E a gente teve algumas eleições dessa forma. Depois eles mudaram o decreto que eu acho que funciona até hoje na Universidade, que 70% dos votos são dos professores para a escolha do reitor e 30% tinha que ser dividido entre os estudantes e os administrativos. Mais uma vez nós usamos estratégia para poder não ser desse jeito. O que a gente era um terço. Um terço, um terço, mas o decreto falava diferente. Na época o professor ***** , como foi feito desse jeito e ele perdeu a eleição, ele

achou que ele iria ganhar, aí ele ia contestar lá no ministério que não foi feito conforme o decreto. A gente convenceu na época que era o conselho diretor mandar o nome daquelas pessoas, mas não usando a consulta. Ele ia utilizar o resultado da consulta, mas o documento não iria, mas assim... Segundo a consulta... Mas não... Segundo a disposição do conselho diretor. Porque ele tinha essa prerrogativa de não precisar consultar, ele poderia mandar os nomes sem precisar da consulta.

PI: Se na instituição não fizesse, não poderia nem ter...

FREDERICO: Se não fizesse, o conselho superior poderia indicar os três que iam para lá. E ele fez desse jeito, como se não fosse feita a consulta, mas usando a consulta. O documento era uma prerrogativa do conselho diretor, sem ser utilizada mais uma vez, que foi na época que o **** foi o diretor, ****, irmão da **** (professora *****). Então algumas coisas que a gente fez, não querendo burlar a legislação, mas favorecer a democracia dentro da instituição e essa luta pela democracia continuou até que hoje a gente tem essa escolha feita no formato que a gente faz. Quando eu... Porque eu já participei também de comissões eleitorais. Uma das comissões eleitorais que eu participei a gente fez diferente do que o pessoal faz hoje, que hoje eles fazem é.. Três segmentos, né. Você que participou... É o docente. Como tem mais docente do que administrativo, o peso do voto do administrativo é maior. Só que, como eu já tinha falado, não tem essa distinção, quem eu vou puxar porque eu sou administrativo, mas pelo que era justo. Aí o que era justo, um terço era para os alunos e dois terços eram para os servidores administrativos e docentes, que aí o peso ficaria o mesmo, tanto de professor quanto de administrativo, e passou a ser feito, nessa foi feito desse jeito. Aí eles voltaram, mas hoje o peso do voto do lado administrativo é maior.

PI: Na proporção é a mesma, né. Mas como nós somos muitos.

FREDERICO: É. Agora é claro que aí vai depender da quantidade de administrativo que vai votar, quantidade de docente que vai votar, quantidade de aluno, porque dos alunos também o peso é muito pouco, mas principalmente em Goiânia, que é em torno de 20% de alunos que vão votar nas eleições. Então, o peso não fica tão menor. Espero que essas pessoas que vão voltar que são alunos, que são pessoas conscientes, né. Que não são pessoas que estão indo aí por questão é.. De manipulação, porque se for está bom, está bem representado.

PI: Você diz assim que algumas coisas vão assim... Os servidores vão usando estratégias para moldar. Agora as outras coisas que você falou que nós conseguimos é greve, né?

FREDERICO: É. A greve, eu sempre tive essa consciência, é a última instância para a gente conseguir. Você tem que tentar negociar o máximo possível, porque se você conseguir sem ter greve é maravilha, porque quem já participou de greve... É ruim para os estudantes, é ruim para os administrativos e é péssimo para os professores, né. Então, se a gente tivesse outra ferramenta. Igual muita gente fala: “-Ai, vocês tem que usar outra ferramenta!”

Mas qual? Qual que faz mais pressão? Porque com a greve, às vezes, a gente não consegue tudo o que a gente tem direito, imagina se não tivesse greve. Então, a greve é um direito primeiramente garantido na constituição, é uma ferramenta legítima de contestação da falta dos

direitos e tem que ser usada sempre que for necessário. Não tem aquele negócio de: “- Ahh, vocês fizeram greve o ano passado!” Mas esse ano o governo não faz o que ele deveria fazer. Não faz o dever de casa, porque se ele fizesse uma das coisas que diminuiria bastante a questão da greve seria a aprovação da negociação coletiva, né. E o aumento de reposição das perdas salariais anuais, né. Ainda que fossem só as perdas é.. Inflacionárias já era alguma coisa, que desse 1% só de ganho, até a gente igualar com os outros poderes. Os benefícios nossos são muito ruins, muito ruins... Os do executivo não é só o da educação não. É do executivo de forma geral. Isso aí se você tem o conhecimento da diferença do auxílio alimentação.

PI: Qual que é essa diferença?

FREDERICO: Nós hoje, nós estamos com quatrocentos e setenta e três, não é isso?

PI: É. Porque teve um “aumentozinho”.

FREDERICO: Isso ... Porque antes era pior ainda. O pessoal do judiciário ganhou oitocentos e oitenta reais de auxílio alimentação. Ou seja, dá para fazer a feira do mês, só com o auxílio alimentação. Outra coisa, o auxílio creche nosso...

PI: Trezentos e vinte, né...

FREDERICO: É porque aumentou, né, também, nessa negociação, mas o do judiciário e dos outros poderes é seiscentos reais. E por aí vai, sempre assim uma discrepância muito grande que não é uma justificativa lógica para ter. A não ser a que o judiciário é um número menor servidores e o executivo é um número maior. A única justificativa é que um real aumentado para um servidor é a mesma coisa que dez reais aumentados para o poder judiciário. Mas é uma justificativa que não se explica, né. Quer dizer, ela se explica, mas não justifica, não justifica essa questão. Então, tem essas diferenças, essas lutas, que a gente tem que estar lutando por nós servidores além de estar lutando pela sociedade também e, muitas vezes, a gente é injustiçado, atacado por essa sociedade que a gente luta em favor delas, né. Principalmente quando atinge um deles também. Porque, muitas vezes, a pessoa está olhando só pela formação dela. Não está muito preocupada. Eu sei que tem vários colegas nossos hoje, né, você, acho que participou de algumas greve como aluna, né?

PI: Foi!

FREDERICO: Eu sei e é normal não ter aquela satisfação de estar parado, não saber quando é que vai formar. Todo mundo que entra na escola quer formar o mais rápido possível.

PI: Quer prestar vestibular, né.

FREDERICO: ...Quer prestar vestibular, quer fazer um concurso. Talvez nessa época nem pensava em concurso ainda, pensava mais era em vestibular e continuar os estudos. Mas a gente é. Tinha essa consciência, a gente não estava fazendo uma coisa para prejudicar os estudantes, mas para ajudar os servidores e indiretamente estar ajudando os estudantes também. Então, com isso, a gente ficava mais tranquilo de falar não, eles não sabem o que estão fazendo, né. Estão falando isso aí, muitas vezes é por aqueles professores que têm empresa, que o salário dali é só

um “bico”, que não vive a Instituição, não está nem aí pela Instituição, ele quer é dar as aulas dele e sair dali. Nas férias, quer fazer as férias dele, que eram iludidos, posso falar, por esses professores, que chamaram inclusive os professores que eram a favor da greve de vagabundo, né. Não sei se você ainda estava lá, mas fizeram assim um barulho feio mesmo, de pressionar, de xingar, não deixar o pessoal entrar. Fazer o que, né, a gente luta pelo que a gente acredita, e não porque a gente vai ser exaltado, mas também quando a gente for sofrer essas pressão a gente tem que aguentar também .

PI: Está mais difícil conseguir a adesão dos professores e dos alunos agora ou era mais difícil antes?

FREDERICO: Olha na época de Escola Técnica, que os servidores públicos eram proibidos de fazer greve, pela lei, na época da ditadura principalmente. Que aí eu tenho um pouco de conhecimento da história e também dos meus irmãos que estudavam lá, eram os alunos que faziam a movimentação pelas mudanças. Já que os professores não podiam. Então eles viam aquela coisa que ia prejudicar e chegaram a derrubar diretor lá na movimentação de estudante. Hoje eu... É acredito que está começando a ter essa ruptura de novo de administrativo e docentes. Primeiro, pela questão de que a carreira nossa de administrativo é a mesma do pessoal das universidades, então não tem diferença nenhuma. Dos professores já tem diferença da carreira. Com essa questão de igualdade o sindicato que os representava se achou no direito de modificar o estatuto deles e abrangendo os administrativos dos institutos Federais, tanto de Goiás, IFgoiano. Então se você é administrativo, você vai ser representado por eles. Mas é. Eu acredito, eu sei que o administrativo está com essa tranquilidade de representação, mas ele tem que pensar mais uma vez é na instituição no todo. Não adianta eu estar bem e meu colega estar mal, ele estar mal representado, sem representação. Tem que estar todo mundo bem representado. E o SINASEF, ele é chamado também quando vai negociar com os administrativos, e é chamado quando vai negociar com os docentes. Ele é o legítimo representante dos docentes e dos administrativos. E se a gente tem essa organização de servidores junta, sem vaidade, sem nada eu acho que fortalece a nossa luta. Você “ta”... Se a coisa é feita para poder dividir, dividido a gente sabe que tudo dividido é mais fácil. Não é à toa que essas leis, esses é... A própria carreira dos professores divide eles em cinco partes. Porque o governo hoje ele pode dar um aumento só lá para os doutores, ele não precisa dar aumento pros... . Como foi feito, dado aumento diferenciado. Ou seja, “aí” deu tanto de aumento para os doutores, mas doutores eu sei que tem mais, são dois doutores , ah, dá 10% para uma especialização, são cinco mestre. São cinco mestres, para especialista dá 1%, é a maioria.

PI: Fica o mesmo argumento da diferença entre a nossa carreira e a do judiciário.

FREDERICO: Isso. Ai vai. No meu entendimento ficaram cinco carreiras de professores. Mesmo podendo ascender à outra, mas na hora de negociar lá, você tem que negociar com cinco. Se fosse uma carreira igual a nossa em que aumentasse lá no piso e ele refletisse para todos, aí sim seria uma coisa diferente. Seria uma carreira. Inclusive o próprio Andes elogia a nossa carreira, dos administrativos, que é a carreira que deveria ter uma carreira única. E a luta mesmo seria a carreira única de professores e administrativos. Todos. Você chega ali na classe E estariam os professores, porque não tem professor sem graduação. E quem fosse da classe E

também estaria na mesma carreira dos professores. E ele poderia ascender pelo mestrado, doutorado igual ao professor, seria o ideal. E, com isso, faria o que... Seria uma luta única, porque quando você fosse lutar pelo... Fosse uma questão salarial, porque tem as outras questões também da Instituição, como já tinha falado aí que houve outras lutas inclusive para barrar a privatização, mas na questão salarial a luta ficaria unificada, não teria aquela... Ah não o governo deu tanto...Vai lá e chama o....

PI: Só os professores para negociarem...

FREDERICO: ...vamos negociar com os professores, e ainda tem esse racionamento de sindicato, tem o sindicato criado lá, que é aquele, nem vejo mais falar dele... (eu esqueci... uma dos professores lá que é...) É o fórum dos professores que negociaram com o governo nas últimas vezes, mas eles foram altamente criticados por causa disso. Mas é. Tem ainda esse negócio. O governo vai e chama o sindicato que quer negociar. Aí negocia em nome de todos... Nem todos. Esses sindicatos que eles chamaram ele representa 1% dos professores das universidades, enquanto o Andes representa mais de 50%. Aí é uma sacanagem. Foi onde os professores, a última vez os professores, porque a criação desse sindicato foi, saiu daqui de Goiás, da ADUF, né. É ADUF mesmo (Associação dos Docentes das Universidades Federais de Goiás). Aí eles criaram esse sindicato para negociar diretamente com o governo. Foi justamente na época que entrou o governo do PT, aquelas pessoas que eram a favor, que não queriam questionar o governo, não queriam fazer greve, porque o governo era um governo dos trabalhadores. Não. Ele é do trabalhador, mas quando ele faz ponte pro trabalhador tem que ter o mesmo tratamento que os outros governos, né. Era esse o nosso pensamento. Então esse pessoal, eu não sei como que está, eles seguraram a greve o máximo possível. Até que os professores atropelaram a direção e fizeram a última greve que eles participaram aí. Então eu mais uma vez eu falo a greve ela é uma coisa extrema, muito estressante, muito ruim para todos, mas é a ferramenta que é dada pela lei. Se ninguém não tirar, não conseguir tirar a gente continua tendo esse direito.

PI: Bom... Frederico tem mais alguma coisa que você gostaria de falar que eu não perguntei?

FREDERICO: Não... Aí se por acaso tiver alguma coisa que você ver lá que faltou, você pode falar que a gente faz. No mais, é que é uma satisfação muito grande trabalhar. Ah, tem uma coisa que você perguntou se eu sou ouvido, se as minhas opiniões... Parece que tem aqui... Eu acredito que sim, né. Até porque várias coisas que a gente sugeriu enquanto servidor foram feitas com dedicação. Coisas básicas mesmo, né, a das carteiras de estudante que a gente tinha que sair de todas as salas para pegar assinatura dos estudantes na carteirinha. Então era uma coisa que não tinha lógica. Já que o diretor não assinava carteira. Para que assinatura do aluno? Aí eu falei, vamos substituir essa assinatura por um documento oficial do estudante. Hoje tem o número do RG, foi uma mudança que a gente criou. Na central de desenho tinha as régua, às vezes o pessoal amarrava os negócios lá e dava ... Estragava o negócio da régua lá, aí eu e o seu João lá criamos uma pecinha que você regulava o tamanho da corda.

PI: Ah eu já usei (Risos)

FREDERICO: Você já usou? Pois é aquilo lá foi também foi feito na época que eu trabalhava na central de desenhos. E sempre que o pessoal fosse sair candidato eles chegam, conversam com a gente, pedem opinião, pedem apoio. Hoje eu estou no conselho superior, dentro do conselho superior, a gente é ouvido é respeitado, né. Como um membro, até porque a gente não está falando ali somente em nome da gente, mas em nome dos servidores administrativos, mas não me restrinjo a defender só o técnico administrativo. Eu defendo o que for de positivo para os estudantes, o que for de positivo para os professores eu defendo. Então votei algumas matérias lá que estavam favorecendo aos estudantes, outros que favoreciam aos docentes, e também os administrativos, que é obrigação nossa e foi por isso que a gente foi eleito, para ser o representante deles. Então nesse ponto eu penso que é... Eu tenho um... É... Sou ouvido e penso: eu sou respeitado! A gente vê a hora que a gente chega lá, os pró-reitores, os reitores vêm cumprimentar, perguntar alguma coisa. Questionar, pedir alguma opinião e isso eu acredito que é uma coisa que eles acreditam que a gente pode contribuir com alguma coisa. Não é uma obrigação, mas eles ouvindo a gente, vendo algumas questão dessas aí é uma forma de valorizar o trabalho da gente, né. E a gente saber que a gente foi útil. Que a gente está chegando o tempo da gente de instituição, mas que a gente deixou esse legado aí, que deixou esse trabalho. E que se a gente não fez mais foi porque houve oposição a muita coisa, né, que a gente luta. E se a gente não fez isso mais não foi por falta de luta não, foi por falta de talvez até de compreensão de alguns colegas que a gente estava lutando por eles ali e eles fazendo oposição a gente na luta. Colegas mesmo que eram os que tinham. Só quando acabavam às vezes as mobilizações que iam perguntar. Quanto que a gente ganhou? (Risos) Então muita gente eu via, mas é normal, a gente. Eu não entrei para poder... Numa movimentação dessa não foi para ser elogiado, mas porque eu acredito que eu achava justas, né, essas lutas. Sempre que é luta justa eu estou. Hoje a escola, ela tem um tratamento, foi umas das coisas que eu analisei, foi a da criação da comissão de raças, gêneros e etnia parece uma coisa assim. A gente vê hoje que há uma política voltada para esse povo, né, para que todo mundo tenha um tratamento igual. Então a luta que a gente começou, que a gente vê, então é sinal que a gente está no caminho certo. E a gente foi ouvido, né, porque se a gente não fosse ouvido talvez muitas coisas mesmo não teriam acontecido. Está certo que eu fui só um a mais nessa luta, se eu estivesse sozinho eu não teria conseguido, isso eu tenho muita certeza. Se a gente conseguiu foi porque eu acreditei em outras pessoas e outras pessoas acreditaram nessa luta e junto a gente conseguiu muito. A dos alunos mesmo foi junto com os alunos, eu pegava e orientava eles a entrarem com mandato de segurança para não pagarem aquelas matrículas. Quando o Geraldo me chamou lá e perguntou por que eu estava fazendo aquilo. Eu falei uai é porque a constituição... (o pessoal tudo arrumadinho, tudo bem vestido esse pessoal não precisa). ... Professor, mas a questão não é financeira não. A questão é política, a constituição fala que não pode pagar. “- Ah então eu vou liberar para todo mundo?” Mas essa é a intenção, liberar para todo mundo. Foi quando eu... Não sei se você já estava lá, o João Cortes era o diretor aí ele começou a fazer uns boletos para as pessoas pagarem se quisessem. E eu pegava e falava... Como é que é paga? Paga não! Paga não, porque não é obrigação. E esse dinheiro você não tem controle sobre isso. E a gente tem que fazer com que a instituição seja totalmente gratuita mesmo, como é hoje. Também é uma satisfação para a gente saber que foi uma luta, não acabaram as bolsas, como disseram, mas é isso. Agora eu tenho que assinar um para você, né?

PI: É... Obrigada Frederico. Obrigada demais mesmo.

FREDERICO: De nada! Qualquer coisa que você precisar...

PI: Quando eu comecei a fazer a pesquisa logo eu já me lembrei de você por causa disso, né. Porque você é um técnico que a gente tinha presente no nosso dia a dia, né. Não só você, vários colegas seus também, né. Que a gente tem assim como... Fez parte da formação da gente, né, como aluno na Instituição.

FREDERICO: Não estava ali. Parece que uma pressão querendo ir embora logo, olhando para a carga horária. Para ver. Meu horário saiu. É o que você está falando, era uma satisfação de estar ali conversando com vocês, de estar orientando. Quantos alunos... A Kerem mesmo ficou com raiva de mim porque estava matando aula para ficar ali de baixo dos negócios. Falei “- Kerem, você pode ficar outro horário, não precisa ser no horário de aula não.” Hoje é colega nossa de serviço, gosta demais da gente. O Fernando, esposo dela, então, é uma satisfação que eles perceberam que não foi uma coisa que eu estava fazendo de querer mostrar minha autoridade, né. Porque uma coisa é você querer mostrar autoridade, e outra coisa é você saber que aquilo ali não vai ajudar. Aí qual era a conversa que eu falava com eles. Gente vocês estão tendo uma oportunidade que poucas pessoas têm. Não estou mentindo. Outra coisa o mercado de trabalho, ele é hiper, super, competitivo, vocês vão entrar nesse mercado de trabalho. Vocês têm duas oportunidades, ou estar no topo ou estar lá buscando o que vier. Você que vai fazer a escolha, não sou eu. Eu não posso escolher por você. Isso você vai pensar na sua casa lá. Você sozinho. Outra coisa, o tempo ele é implacável. Independente da nossa vontade ele vai passar. Isso ninguém discorda, né. Também as coisas vão acontecer também independente da nossa vontade. Não vão acontecer? Muita coisa acontece independente da nossa vontade, mas como elas vão acontecer para a gente depende das nossas escolhas. Você escolher ficar aqui, não querer nada com nada, ele também não vai ter nada com nada. Mas se você escolher buscar, estudar. Tem momentos de diversão? Tem! Não estou falando para você não se divertir, mas tem momento certo. Porque não teria graça você estar no cinema lá no escuro com a lanterninha lendo um livro, né. Seria esquisito. Da mesma forma, não dá para você estar numa sala de aula, estar todo mundo ali buscando adquirir conhecimento e você estar lá jogando um “truco” lá dentro da sala de aula. É totalmente oposto. Aí com isso alguns eu convenci, outros não, mas os que eu não convencia no outro ano já tinha uma conversa mais tranquila. Tinham repetido, perdido o ano, então sentiam aquilo ali, né. Falavam “- É uai...” A escolha foi sua de não buscar, você não precisava estar aqui mais um ano. E esse trabalho eu acho assim. Falava assim. **Isso não é trabalho seu, mas eu me considero um educador. E eu acho que se de dez que eu falar eu conseguir um já valeu a pena, porque poderia não ser nem um, né.. Por falta de uma orientação não por a pessoa não querer. Não é abrir a cabeça, porque ninguém faz a cabeça de ninguém. Mas a partir do momento que você pede a pessoa para pensar, para fazer uma reflexão das atitudes dela, do que ela esta fazendo, do que ela pode fazer, ela começa a é...Ela que sabe.** Porque o tempo passa e muito gente aí esta cansando de ver gente aí que não tem nada, né, que não fez nada e o tempo passou do mesmo jeito. Aí quando eu tenho a oportunidade eu falo gente quantos... Passaram na sua vida? E nunca aconteceu nada. Vai ficar aqui... Vai ser duro...

FREDERICO: Você tem caneta aí?

PI: Tenho. Tenho sim! Deixa eu investigar aqui como que eu faço pra..

FREDERICO: Ai vou ter que rubricar essas outras que eu não assinei, né!?

PI: Isso!

APÊNDICE D-TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA COM HELENA³⁹

PI: Com relação a essa certificação do ENEM, vocês tiveram alguma escolha, alguma alternativa? Ou não?

HELENA: Não.

PI: Chegou algum documento?

HELENA: Sim! Chega um documento, por isso que eu falo para você, de leis decretos, portarias, tudo é cumpra-se, né, tudo é ditatorial. Inclusive nós tentamos ponderar um tempo em relação a essa certificação. Aí depois teve que fazer, tudo bem, fizemos... Estávamos fazendo já as certificações. Mas aí, nas certificações, tinha a questão das proficiências, são as declarações de proficiências. Proficiência é quando o aluno não finaliza todas as etapas dos códigos, né.

PI: Na mesma prova?

HELENA: É na mesma, porque ele pode depois, por exemplo, se ele foi reprovado em matemática, no outro ano ele faz a matemática que aí pode, né. É o somatório das disciplinas aprovadas, né. Códigos e linguagens aprovados... Então essas a gente tentou por um tempo não fazer sabe, ficou relutando, muito tempo a gente não estava dando, mas aí depois ainda com a *****, no final da *****, né. A *****, que estava lá na reitoria, antes desse último reitor aí, eles meio que um ditatorial, nós temos que cumprir mesmo, a Instituição está sendo pega pelo ministério público em relação a isso, nós temos que cumprir, aí foi isso que falou para nós e nós começamos a cumprir. Porque a gente via que isso era uma grande dificuldade, porque acresce a Instituição, ele entra com processo de proficiência, aí depois você tem que recapitular, no próximo ano você tem que pegar aquele processo novamente para ver, para dar o somatório, para dar a certificação, já é mais trabalho, né, são quatro vezes, você pode vir quatro vezes para pegar uma certificação, quatro anos, enquanto em um você faz um né. Então aí o problema iria quadruplicar, né, ficar quatro vezes maior. Então por isso que a gente pegou. Mas a gente está caminhando. Por isso que a gente falou para você que a demanda é muito grande, cresceu demais sabe, e aí é onde que não cresceram os servidores. A força de trabalho não cresceu em vista da demanda de procura.

PI: O PRONATEC não chega aqui não?

HELENA: O PRONATEC sim tem na Instituição. Inclusive está até acabando uma turma, né. Eu até já participei de questão de bolsista lá, de orientadora escolar, orientadora educacional, fora do meu horário de serviço. Mas como diz que agora com essa mudança aí de presidente não vai continuar, né. É a fala né, eu não sei te falar se vai continuar ou não. Mas até então estava tendo a turma ainda, 2015/2 ainda estava tendo uma turma. Foram seis cursos que

³⁹ Uma parte da gravação desta entrevista se perdeu por falha no equipamento.

fizeram por último agora. Aí são separados outra coordenação, separada, aí tem a coordenação própria para isso.

PI: Não vem para cá não?

HELENA: Não. O que quis também colocar, que uma coisa que também através de uma briga polêmica de comissão eu coloquei a fala de uma servidora nossa que inclusive é minha irmã, para estar participando dessa comissão é para não deixar vir para cá a pós-graduação. Eles quiseram assim muito colocar a pós-graduação aqui sabe. Aí a gente não deixou, falou não. E são normas, legislações, tudo diferenciado, aí a agente vai ter que lidar com públicos diferentes sabe, assim não dava. Foram feitas assim muitas e muitas coisas. Aí por final... Tá, criaram a secretária em outro espaço, mesmo assim queriam que guardasse as pastas aqui, porque eu estou te falando que eles acham que aqui é um caixote de lixo, né. Aí assim acham que tudo tem que ser depositado aqui, aí nós também não concordamos, aí eu liguei para o pró-reitor lá (nem falo o nome), ainda conversando por telefone. Aí ele falou: Não Helena, mas aí o servidor virá aí na hora que vocês estão em atendimento vai lá pega a pasta. Aí eu falei assim: Ah professor, tá bom. A gente é o seguinte, então eu posso ir à sua casa, né. E você me conhece? Conheço! Porque ele vai falar que é servidor que a gente conhece. Aí então a gente pode ir à sua casa, que você me conhece, eu sou servidora pública. Você me conhece... Vou lá na sua casa, entrar no seu quarto, mexer nas suas gavetas, nas suas gavetinhas de meias, de cuecas, mais íntimas, né. E aí se acontecer alguma coisa lá, se eu colocar a meia no lugar da cueca, a cueca no lugar da meia, a blusa do lugar da “coisa”. Aí você pode depois virar e falar: Sabe quem mexeu aqui? Não sei o que... Porque aí não pode, né. É... Aí ele ficou assim... Porque é a mesma coisa que você está querendo fazer com a gente, né. “Tipo assim” aqui são nossos servidores, nós sabemos nosso trabalho aqui como que demanda nosso trabalho, nossos procedimentos, né. Mas aí vem outro servidor de outro setor e fica aqui tendo a nossa chave, entrando aqui fazendo o que quer, não pode. Assim que nós convencemos, né. Você entendeu, né. Aqui é por convencimento as coisas são meio que assim. Aí convencemos eles que não daria certo eles ficarem aqui. Aí eu falei assim também que é um público diferenciado, por exemplo, um cara da pós-graduação já fez, né.. Já está em um nível assim igual a vocês, aí ele vem aqui, senta aqui para ser atendido esperando atender um aluno de EJA, por exemplo, um aluno de EJA para uma matrícula gastando quase quarenta minutos para ensinar o cara a preencher uma ficha. Dá para entender? Não vai ter paciência, né. Não vai ter aquela paciência, é diferenciado gente o atendimento, né. Um público é diferenciado de outro público. Aí tá bom. Sei que aí acabou. Graças a Deus morreu... Ficou para lá, criou a secretária para lá e está para lá... Vem “por” aqui não. Aí veio outra discussão de querer também jogar aqui a EaD. EaD do campus, por exemplo a EaD do campus é aquela pró-funcionário, que eu também participei de módulos de pró-funcionários, eu sei como é que é na época. Então, assim, aí o que acontece, eles queriam que ficassem aqui as pastas. Eu falei não.

PI: Só as pastas também?

HELENA: Pois é, as pastas, que as pessoas iriam ficar também em outro lugar. Aí iria ficar as pastas aqui, as pessoas. Eu falei assim: como que vai ficar? E eu assinando os documentos. Eu falei assim: Como eu vou fazer coisas que não fui eu que peguei essa documentação? Aí veio

assim todo mundo de EaD aqui, veio diretor de EaD, veio o coordenador de EaD, mas o nosso diretor... Aí veio um “punhado”, “tipo” igual uma reunião assim, vieram uns dez para tentar me convencer. E eu no meio dos dez lá. Aí falaram: Olha eu sou meio que jurássica aqui, né (*Jurassic Park*, lembra daqueles antigo, né). Vocês pegam assim não é uma pessoa novata, porque se fosse uma pessoa novata, porque eles gostam muito de novato sabe, é, a direção gosta muito de novatos, porque os novatos que chegam são como eu falei, né. Eu quero novato... Então você vai fazer isso e isso bonitinho. E ele vai fazendo tudo bonitinho. Mandou, falou, ele está fazendo. Aí não é igual eu que já passei por uma vivência muito grande na escola, conheço muitos caminhos na escola, e que se acontecer eu conheço. Por exemplo, EaD, quando ele falou é EaD eu falo vocês ganham bolsas, né. Aí já começou a calar aí. Aí rola dinheiro, rola bolsa. A diretoria lá todos ganham bolsas. Todos servidores ganham uma bolsa para fazerem tal coisa, né, administrar isso aí. Aí chega assim na hora todo mundo ganha bolsa. Aí chega seu eu na hora vou expedir documento e vou ficar fazendo documento não é uma vez só não.

PI: E eles são muitos NE...

HELENA: Não é uma vez só, se fosse uma vez só aí a gente podia pensar, mas não é uma vez só. Sabe por que não é uma vez só? Porque o cara perde documento, quer requisitar outro, sabe, uma segunda via, essas coisas assim, e aí o nosso pessoal daqui não está ganhando bolsa. Vai ficar trabalhando para isso? Para quem está ganhando bolsa? Entendeu? Rola a questão do dinheiro aí, e a gente sabe disso. Aí já começou a ficar calado. Aí então e a gente sabe também que todo projeto, que antes de começar, eu vou lá e faço uma pesquisa dentro da área. Vi o projeto, negócio do MEC para essa área. E eu sei que quando fala aqui tem específico bolsa para isso, para secretariado. Secretariar o curso, então tem que ter a secretaria deles. Eles ganham para isso. Até que eles abriram até uma diretoria lá, né, tem até uma lá no Jardim América, né. Aí saiu, não tem mais aqui, mas o que ficou, como eu falei, tudo isso falei a questão também, como eles pegam esse documento? Porque eu também sei de casos em que a Instituição, a pessoa fez a matrícula, porque a questão é mais convênio das escolas, né os prófuncionários, convênios de outras escolas estaduais, né, municipais fazendo formação dos profissionais, no primeiro momento os pró-funcionários são esses. Fizeram matrícula sem olhar toda documentação, o aluno começou a fazer os cursos novos, foi olhar havia gente fazendo módulos que nem curso médio tinha, supostamente tem que ter.

PI: Tem!

HELENA: A legislação é que você tem que ter o ensino médio para você ter o curso técnico, aí não tinha. Você entendeu? Ah... Tem isso? Tem! Eu sei que tem. E agora como que eu vou assinar um documento em cima disso? E aí a diretora, já foi falado isso lá, e eles vão ter que resolver, como é que iria ser feita a questão desse certificado, se iria aceitar, como eles foram detectados isso lá mesmo.

PI: E eles mesmos emitem os certificados? Eles emitem lá mesmo?

HELENA: Aí é isso que eu estou querendo falar para você. Aí o que ficou nesse “rolar do fritar dos ovos”. De muita discussão, porque aí depois de tudo isso eles também não quiseram assumir uma parte. Aí ficou de nós fazermos um acordo lá. Ficou de nós fazermos. Dois anos. Dois anos

eu tenho que assinar, foram os primeiros dois, eu vou ter que assinar esses documentos entendeu? Aí é um cheque em branco que eu assino. Eu falo que é um cheque em branco, porque a menina faz lá, depois que também eu falei assim, só vou fazer isso depois que você mandar toda a documentação, memorando falando que esta tudo ok com o documento dessa pessoa. Aí eu fiz todo um rigor técnico lá, fui lá expliquei como é que é. Aí depois de muito tempo elas começaram a solicitar as documentações das pessoas lá. Aí tanto é que nas últimas matrículas elas fizeram aqui nessa sala, eu emprestei a sala para a gente ficar ajudando eles a fazerem as matrículas e tipo um treinamento, né. E tirar as dúvidas e essas coisas todas mais, para ver a questão da documentação. Aí só sei que eu passei... Fiz esse compromisso que tinha que fazer a Instituição, né, tinha que fazer esses dois anos que ficaram sem essa que não tinha nem diretoria na época. Aí eles não quiseram também... Aí a gente assumiu, mas a partir de 2013 para lá é com a diretoria de lá. Que é uma coisa que eles ainda forçam em querer jogar aqui. Então, em alguns documentos da instituição a gente tem que fazer aqui, EaD, mas não está aqui. Que esses antigos que eu faço aqui, mas nem a documentação está aqui, porque o aluno volta então tudo que fala sobre isso tem que ficar em um determinado espaço lá que você sabe onde que é. Por exemplo, cursos que antigamente faziam uns cursos básicos aqui antigamente, que é igual esse PRONATEC que faz curso de qualificação de curta duração. A escola fez na época uns convênios com a CUT... Fazia esses cursos sabe. Curso de garçom, secretariado, teve esses cursos pequenos de capacitação. Então aí quem deu toda essa certificação foi ali na AGEPS, que é o curso de extensão, então eles têm os registros lá e as pastas estão lá, não é aqui, você entendeu? Então assim as pessoas têm que saber onde que é determinado setor para você ir arrumar. Por enquanto, eles falam assim que é meio complicado, eles passam até na frente para não brigar... A Ju brincava, falava assim: “- Gente vocês não vão lá na CORAI não, não pode ir na CORAI campus Goiânia.” Porque eles não queriam que a gente “tipo assim”, nós éramos aquelas antigas velhas que nós sabíamos as questões das brigas, né. Então eles não podem, tinha que ficar tudo bonitinho lá que era para...

PI: Que eles iam ficar domadinhos sempre (risos).

HELENA: Isso... Desse jeitinho. Aí ela virava e até brincava assim, quando eu estava dentro da seleção, antes quando eu mudei para cá, ela brincava e falava assim: “- Helena, dos antigos quem é que está lá?” Eles já falam desse jeito, dos antigos quem é que esta lá entendeu? Assim há só eu e outro “fulano” lá, o resto era tudo novato. Então, assim, é mais fácil lidar com novato, né, o servidor novato que está entrando, do que um que está em três anos de probatório, né ... Não é aquele que questiona muito, né. Mandou está fazendo... E do que lidar com uma pessoa que já tem mais tempo de casa (risos) e sabe, né, das coisas como é que são feitas. Então por isso que eu falei que eu tinha cansado de participar dessas coisas assim de chefia, né, e aqui dentro mesmo eu já coloquei e eles não pegam. Na época que eu era do conselho técnico pedagógico, a gente participava, eu brincava com a Madiana e a Julia, falava assim: Oh, eu vim hoje de vermelho viu, ah porque vieram na reunião, porque o que vem, o que bate rebate.

PI: (Risos)

HELENA: Entendeu? Mas assim na brincadeira, então assim a gente tinha também uns ideais, mas eram discutidos politicamente corretos, não é briga, briga de brigar de ficar de mal, não é assim, né, não é nesse termo que a gente fala ...

PI: Resolver o que tem que resolver...

HELENA: É uma briga em relação, assim que a gente fala é uma briga, é com os políticos, é de justificativas, né, que a gente fala, tem a questão do convencimento, quem tem o poder do convencimento, quem fala mais alto, acaba ganhando. Aí eu falei para a Gilda, brincava para ela assim: Aí Gilda, eu queria ter feito o curso de história, porque o curso de história para explicar assim, porque eu achava bom quando eles explicavam assim cronologicamente você sabe aquela regra, né, cronológica de tempo, né, de anos e tudo mais. É tão bom na hora que a pessoa chega e vai explicando aquilo ali, que você fica visível para outro entendeu? Entender né... Aí eu falava que queria ter participado assim, eles falam assim cronologicamente “assim” “assim”... E esse ano foi “assim” e “assim” essas coisas para explicar mais. Questão histórica, né. Porque igual fui na reunião ontem da UFG aí a pessoa falou assim: “- Ah eu não sei se vamos pegar mais docente, aceitar docentes dos institutos virem para cá.” Questão dos sindicatos para a ADUF, porque nós já temos assim por exemplo é áreas enormes de construção, não sei o que, não sei se a gente vai querer dividir esse espaço com eles. Aí eu peguei e falei desse jeito: Ah, mas isso aí foi construído historicamente, né, não foi feito agora, né, vocês não têm essa verba, essa construção não foi feita agora. Tanto é que pode ser que um dos próprios... Eu mesmo posso ser uma pessoa administrativa que passa no concurso e venha ser docente, eu não vou participar? Não vou estar entrando sendo docente, participando? Aí eles ficaram calados, entendeu? Está participando quem faz parte do meu histórico, muitas coisas que estão aí, muitos de vocês aqui nem eram nascidos quando foi construído, entendeu? Que historicamente isso vem numa questão histórica, não foi agora, aqui agora, né. A sua neném tem uma história, né. A história dela passou-se aqui, veio primeiro a mãe, tem os avós, tem todo um processo, hereditariedade, né, uma questão histórica. Então assim a gente tem que valorizar isso que o que você está fazendo agora na sua pesquisa, né. Você está partindo da sua visão agora nova, de realidade agora, mas você está ouvindo o anterior, que já foi historicamente construído, né, e como foi construído. Então a gente não pode desprezar em nem um momento, a partir de um exemplo, se eu liguei aqui, né, briguei com o marido e tal, vou ali e rasgo o meu álbum de fotografia, adianta rasgar? Não adianta rasgar, a história foi embora? Não adianta eu queimar NE uma história, então na realidade quem foi por detrás dessa cortina aí, né. Então a gente é assim, a partir do que já foi construído fazer a sua história.

PI: Você sente que é valorizado seu trabalho aqui?

HELENA: Bom. No meu caso aqui agora com os nossos novos gerentes e diretor sim, porque até em relação ao que você está vendo aqui, fotos aqui do setor, está ele ali, estão os gerentes brincando que a gente faz reuniões com o grupo. Porque aqui anteriormente, né, teve um histórico aqui dessa sessão, dessa coordenação, do pessoal meio que se estranhando aqui dentro, entendeu? E nos organizacionais teve assim uma época assim, uma época que eu estava aqui, aí a gente se organizou tanto para uma fala dele, porque a gente assim é uma equipe grande, né, uma equipe assim que cada um sabe o que tem que fazer, não precisa estar falando o que tem

que fazer, né. Então assim brinquei que aqui é uma diretoria colegiada (risos). Porque cada um sabe assim, cada um é mais ou menos é chefe do seu setor, você sabe o que tem que fazer, é até meio difícil tem hora falar com a pessoa lá. Falar você vai falar com o grupo, porque nós estamos precisando de servidor, entendeu? Então, tem todo esse fato, assim, nessa parte a gente... O nosso campus aqui, só no nosso campus, “deu” para entender? Se fosse como escola técnica, como CEFET ainda, que não tinha a reitoria para lá, a gente é, porque a gente tem um bom relacionamento com a direção, bom relacionamento com meu chefe superior, que é o gerente também. É assim em termos assim de equipe mesmo a gente trabalhando, né. Mas aí o que eu falo para você, a solicitação no termo fica difícil porque o nosso diretor, ele é voto vencido enquanto reitoria. Aí nesse termo a gente não é atendido. Só nesses termos. Mas em termos de relacionamento com diretor e coordenador nosso clima é assim super amigável.

PI: Você gosta de trabalhar aqui?

HELENA: (Risos) Gostar de trabalhar aqui nesse setor sim, né. Porque eu preferi várias vezes, inclusive quando eu vim para cá em 2011, que eu retornei do... Foi em 2010, que eu vim para cá, em 2011 assumi a chefia. 2010. Final de 2010 que eu retornei do mestrado, que eu estava afastada para mestrado, né. E antes estava na seleção, o que acontece. O diretor veio e disse: “- Helena, para onde você quer ir?” Eu falei assim. Olha... eu prefiro ir para CORAI, certo a CORAI porque tal.. Porque aqui é um ambiente só de servidores administrativos. Não temos docente mandando em nós não...

PI: (Risos)

HELENA: Entendeu, né? Aqui são só administrativos. Porque eu acho que o administrativo é uma visão minha de fora que ainda não convivi pessoalmente, só convivi em termos quando eu era coordenadora da Escola Técnica. Coordenadora pedagógica da Escola Técnica. E a gente participava dos conselhos. Na hora que a gente, o administrativo com professor junto, tinha época de a gente entrar e a gente ouvir fala de docente de chegar assim e falar assim: Eu só converso com pessoas que têm nível de mestrado para cima.” É... Tem uns que têm uma empáfia sabe louca, “pisou na gilete” se acha, né. Mas, assim, enquanto Escola Técnica, nossa! A gente tinha super amizade com os docentes, né, mas depois assim de CEFET já teve algumas diferenciações, mas também continuou. Mas de reitoria ainda ... Aí que o “trem” pegou, a gente nota muito isso. Então, assim, nossa meu chefe é muito bom para mim, para a instituição, para os servidores e tudo mais! Diretor também. Isso que eu estou falando em termos de coleguismos de trabalho a gente não tem esse problema. Nem em termos de profissionais estarem trabalhando, em termos de acadêmicos aqui conversando, tem que fazer documento essas coisas, é fácil, chego lá peço para ele assinar um documento, não tem burocracia nenhuma, certo? Então assim não tem nadinha dessas resistências. A única coisa que nós, assim, achamos difícil neste momento que eu estou aqui no meu cargo aqui é essa relação de solicitação de servidor e não ser atendido, é só nessa parte e algumas coisinhas também administrativamente falando em relação de... Faz uma coisa aqui... Faz uma senha ali e tal, chorando uma verba, mas a gente consegue a coisa sabe. Mas assim é um trabalho que eu gosto de fazer. É um trabalho assim que eu fico no meio dos alunos, né. É um trabalho que a gente pega no início que uma parte ingressante da escola, que é o início, meio e fim. Eu passo todas as etapas, que é o ingresso,

todo o meio do aluno e o fim, né. Chegada do diploma e depois ainda tem os pós que eles vêm aqui de egresso. Mas só nossos alunos, se fala pós é só de egresso. Agora se você, por exemplo, for para a área que eu entrei a primeira vez, era área fim, que o aluno só vai lá na hora que ele está na época de estágio, certo? Era uma área fim. Aí tem áreas assim diferenciadas, então assim eu gosto meio do aluno, na seleção, nossa eu amava também, esse contato com o público eu gosto.

PI: Uma técnica educadora?

HELENA: É. Eu gosto sabe. O convívio com o aluno, conversar com o aluno, essas coisas, sabe. Ser amada ou não ser amada, né. Eu brinco com o “menininho” lá da editora (esqueci o nome dele agora), que esta lá, na última vez que eu estava ele estava lá de coordenação lá na editora, ele foi nosso aluno aqui na época do ensino médio, né, que deu trabalho. O ensino médio que foi uma curta duração e foi trabalhoso. A época da separação da educação técnica profissional para o ensino médio, a escola não era a nossa identidade.

PI: Eu já estudei aqui.

HELENA: Só educação do ensino médio, porque toda vida foi médio integrado, né. Então assim eu acho, assim na visão, né, minha, que a gente diz tudo e tem tudo comprovado, a educação profissional ela ajudava na educação do ensino médio, assim os dois juntos nas duas áreas. Porque o aluno mostrava a responsabilidade que o aluno tinha que ter na questão profissional. E assim ajuda a educar, ajuda a educar isso aí. Ajuda a educar para o mundo do trabalho, entendeu? Não é aquele “menininho” que está aqui só para estudar aquela coisa sabe, aquela bagunça de escola. Nós tivemos isso aí uma época. Aí os meninos ficaram meio bravos comigo, né, a gente pegava muito no pé, não queria nem ver coordenação pedagógica. Todo lugar que vai coordenação pedagógica ninguém quer saber. “ – Oh, o coordenador está chamando você para conversar.”, “nossa senhora” era o “bedel”. Aí então foi que ele falava para mim, você vê ele comigo, ele comigo assim conversava “de boa”, mas se eu fosse conversar com ele fora no pátio... Teve uma vez que ele chegou para mim e falou assim: “ - Helena, você não me dirige a palavra lá no pátio.” Desse jeito...

PI: Risos. Ele ficava com vergonha.

HELENA: É, isso é o que eu estou querendo falar para você, a gente tinha uma certa intimidade em comum, mas não podia conversar fora, porque ninguém gosta da coordenadora, né.

PI: De ser chamada a atenção.

HELENA: Achando que se eu fosse conversar com ele, se eu chegasse assim a conversar com ele estava chamando a atenção. Aí todo mundo já ficava lá... O que a Helena queria com você... Aquelas coisas, sabe. Minha irmã uma vez falou: “ - Helena “do céu”, seu nome foi tocado no salão de beleza lá, o povo falando.” (Risos). Eu falei gente, então é desse jeito, era amada e odiada, mas era a minha função.

PI: Eu me lembrei quando eu decidi fazer essa pesquisa e sobre a perspectiva dos técnicos administrativos, que eu sou técnica administrativa e aí eu me lembrei de você, você foi uma das pessoas que eu fiz questão de fazer contato, porque eu me lembrei disso, né. Que você é uma técnica administrativa que fez parte da educação dos alunos, né. Você não (pelo menos na época que eu estudava que foi de 2001 a 2004), você não era assim uma pessoa de papel, né, você era uma pessoa que fez parte da educação dos alunos que estudaram nessa época, então considere-se uma técnica administrativa educadora, né.

HELENA: Foi. É porque foi na época que eu assumi, né. Então a gente assim, é uma vez que eu falei que voltei do meu mestrado o professor quis me colocar no departamento. Ele falou: “ - Helena, você tem a formação, né, você é mestra e tal educação, você não pode ficar lá assim, né, porque “tipo assim” eu vou ficar aqui, que pelo meu conhecimento eu mais ajudaria muito mais no departamento do que aqui.” Aí eu peguei e falei: não dessa vez eu quero ficar é lá. Aí teve que fazer uma reunião com as pedagogas que iriam se aposentar e eu tive que apelar para a questão da função. Eu falei assim: olha professor se você me colocar lá aí vai ser desvio de função, eu posso entrar com um processo. Aí eu falei assim que eu não queria ir para o departamento e ele falou “ - Não estou forçando ninguém não.” Mas ele estava meio que forçando, entendeu? Ele falando que as pedagogas iriam para os departamentos, que era função de ficar nos departamentos. Aí tinha no estudo tudo bem, que era isso mesmo, então falei assim: mas é minha função também estar naquele setor lá que eu vim para ajudar, porque lá também a gente olha isso, não é só administrativamente falando, entendeu? Você não está vendo que as análises que a gente faz daqueles documentos, tanto é que vem aqueles pareceres. Tanto é que muitas vezes ele quis cobrar: “ - Isso não é parecer técnico não, Helena!” Presta atenção, né, professor. É um parecer técnico sim do cargo que eu exerço. Que é só para falar o que está na pasta do aluno. Mas apesar de que você sabe que nossa visão... Vou falar para você que todos, você tem direito de entrar. (Risos) Eles ficam bravos.

PI: Eles querem cobrar de você às vezes que você exerça a função que você é capaz de exercer e não a que você foi contratada para exercer.

HELENA: Isso. E muitas vezes eu fiquei mesmo em desvio de função muito tempo. Muito tempo se for pegar por algumas coisas que fiz muito aí na escola, fiquei em desvio de função. Uma que eu falei que não tinha ganhado nada da Instituição para fazer minha formação, a única coisa que eu ganhei foi o que, foi o afastamento, né. O afastamento sim, eles me deram o afastamento para eu estudar. Só do mestrado que eu tive, né. Afastamento de dois anos para estudo. Só isso, o resto. Na especialização tudo fui eu que paguei com meu dinheiro. Então quer dizer que eu não tinha que devolver nada para a instituição, entendeu? Mas é assim, tudo igual você está enxergando novinha, precisando da gente a gente está aí para ajudar, né. E assim o que podemos contribuir de alguma forma. E brigar sempre... E na briga que eu falo para você e aqui na fala que você está colocando é uma briga no bom sentido. A briga que eu falo é política e a briga do convencimento, você tem que estudar para isso, certo, porque assim os governantes vão até usar uma fala aqui do Pedro. Que os governantes, eles não têm medo daqueles que eles podem dar auxílio, eles têm medo dos que eles podem dar conhecimento, porque aí as pessoas, né, os pobres, né, sabendo dos conhecimentos e dos direitos que eles têm, aí eles vão poder reivindicar mais, entendeu? Então por isso que os governantes têm medo desses que sabem dos

direitos deles. Não dos que eles podem estar lá pagando. Danas, que é os que eles falam lá, paliativos, né. Tem que dar uma boa educação e tudo mais, porque esse o governo tem medo, sabe dos direitos deles. Então, assim, é um governante, qualquer um, você vai conversar com a pessoa detentora de um conhecimento você vai ser detentora de um conhecimento, você sabe daquele conhecimento e você vai lá defender aquela causa. Você sabe argumentar todos os sentidos daquilo. Aí sim... Aí desse embate eles têm medo sabe, do que aquele que vai e só aceita, você tem que fazer isso e isso... ahamm tô fazendo.. Entendeu? Esse para ele, ele está mandando. Esse é que eles querem junto deles. Por isso é que eles falam que estava cheio só de novato lá. Na hora que começa dar trabalho eles te expulsam, trabalho é o quê? Começa a questionar as coisas. Quem questiona eles querem longe, né. Vai pensando aí na sua visão.

PI: Estou pensando...

HELENA: Vai pensando, onde que fica. Por isso que é como eu estou falando, você sabe o seu direito, né, não é assim, igual seu marido está lá, você pode estar exercendo isso, você exerce ali seu direito de resguardo com a neném, estudo, mas também tem outro direito: questão de família, né. Eles têm muito jeito de estar ajudando nesse sentido também. A gente não está aqui para separar uma família, né. E sim para juntar educativamente, né. E há de se arrumar um jeito.

PI: Amém! Obrigada viu! Mas muito obrigada mesmo!

HELENA: Mais alguma coisa?

PI: Não. Eu que te pergunto. Mais alguma coisa?

HELENA: Não. Eu só estou aqui para ajudar, se puder contribuir.

PI: Contribuiu demais. Muito obrigada!

APÊNDICE E-ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DAS ENTREVISTAS

O que significou ser servidor técnico-administrativo na instituição, no período de 1999 a 2014, a visibilidade de seu trabalho e os limites de sua atuação na instituição.

1. Quais são as atividades que você exerce no IFG?
2. Quais atividades você exercia na Escola Técnica?
3. O que mudou no seu trabalho quando a instituição virou CEFET?
4. O que mudou quando a instituição virou IFG?
5. Você sente que seu trabalho tem visibilidade e é valorizado?
6. Algo mudou em relação à valorização do seu trabalho?
7. Você sente que suas opiniões são valorizadas nas decisões importantes da instituição?
Algo mudou em relação a isso nos últimos 15 anos?
8. Quais você acredita que sejam os limites de sua atuação profissional na instituição? Isso melhorou ou piorou nos últimos 15 anos?
9. Você tem participado das greves da categoria?
10. Você percebeu alguma mudança nesses movimentos nos últimos 15 anos?
11. O que melhorou no seu trabalho nos últimos 15 anos?
12. O que poderia ter melhorado no seu trabalho e ainda não melhorou?
13. A terceirização de serviços na instituição afetou seu trabalho?

Avaliação da educação profissional oferecida pela instituição, quando da passagem da Escola Técnica Federal de Goiás para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

1. Você acredita que a instituição oferece uma formação profissional de qualidade?
2. Isso mudou nos últimos 15 anos?
3. A qualidade dos cursos da instituição melhorou ou piorou desde que deixou de existir a escola técnica?
4. Você acredita que os profissionais formados pelo IFG e pelo CEFET têm a mesma competência profissional que os profissionais formados pela Escola Técnica?

- A expansão da instituição para o interior do estado, com a criação dos novos campi do IFG.
 1. O que você pensa sobre a expansão da instituição para o interior do Estado através da criação dos novos campi?
 2. Você conhece os novos campi?
 3. Você acredita que a instituição mantém a mesma qualidade com a criação de novos campi?
 4. Houve mudanças no seu trabalho, em decorrência da expansão?
 5. A contratação de servidores acompanhou o aumento da oferta de vagas na instituição?
 6. Com o aumento da demanda o seu volume de trabalho aumentou?